

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA

**A evolução econômica recente do Estado do Rio de Janeiro –  
1985-2010**

HENRIQUE RABELO SA REGO  
matrícula nº.: 106075567

Profº. René Louis de Carvalho

SETEMBRO 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA

**A evolução econômica recente do Estado do Rio de Janeiro –  
1985-2010**

---

HENRIQUE RABELO SA REGO  
matrícula nº.: 106075567

Profº. René Louis de Carvalho

SETEMBRO 2013

**As opiniões expressas neste trabalho são da exclusiva responsabilidade do autor**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, a minha família pelo constante apoio durante os anos de minha formação, com especial destaque para minha avó Marion, que me acolheu e me apoiou sempre que precisei. Não menos importante, agradeço ao meu pai, minha mãe e meu padrasto que sempre me incentivaram nas minhas conquistas.

Agradeço também ao Governo Federal, a Universidade Federal do Rio de Janeiro e ao Instituto de Economia pelo centro de excelência que me foi proporcionado para a realização de minha formação.

Devo também mandar meu cumprimento ao meu chefe Mauro Osorio que me inseriu na temática da economia do Rio de Janeiro e colaborou fortemente com a minha formação como economista.

Agradeço, ainda, as pessoas que me apoiaram durante minha estada na faculdade, colegas e amigos que fiz nessa época, com destaque especial para Anderson Walther, Diogo Senna, Guilherme Andrade e Marcos Filgueiras. Além deles, agradeço aos meus colegas de apartamento, Gustavo Lambert e Guillaume Boitel que sempre me ajudaram quando precisei.

Não posso esquecer de agradecer a minha namorada Júlia Figueira de Ornellas da Silva que me incentivou, apoiou e me aturou nesse tempo. Peço desculpas a ela pelos dias que não pudemos aproveitar e quero dizer que ela é uma pessoa que enche minha vida de alegrias. Muito obrigado!

Por fim, mas não menos importante, quero agradecer ao meu orientador Rene Louis de Carvalho, pois sem ele este trabalho não poderia ter sido desenvolvido com tanta precisão e consistência técnica.

## RESUMO

Este trabalho buscou analisar a evolução recente da economia do Estado do Rio de Janeiro e seus municípios. A partir da análise das variáveis de PIB e emprego formal, observou-se que a mudança da trajetória deste território se deu a partir do ano de 2004, apesar de o crescimento do ERJ ter sido menor do que a média do país, contrariando algumas teses de que esta mudança teria ocorrido na década de 1990. Além disso, foi demonstrado que o crescimento foi puxado principalmente pelo setor da indústria extrativa mineral, em sua maior parte vinculada à exploração de petróleo em alto-mar. Já os dados das receitas fiscais do Estado do Rio de Janeiro apresentaram uma forte evolução durante todo o período, não se diferenciando do restante do país, tendo, inclusive, obtido um crescimento mais elevado que a média nacional, devido ao repasse dos recursos de royalties do petróleo. Além disso, mostrou-se que o crescimento se concentrou nos municípios litorâneos que foram beneficiados pelo pagamento de royalties e que permitiu um forte aumento da capacidade de gastos do setor público municipal. Por fim, acredita-se que este trabalho contribua para uma maior compreensão da evolução recente da economia do Estado do Rio de Janeiro, tanto no desenvolvimento do estado como um todo, quanto pela questão territorial.

## SÍMBOLOS, ABREVIATURAS, SIGLAS E CONVENÇÕES

CRJ	Cidade do Rio de Janeiro
ERJ	Estado do Rio de Janeiro
ESP	Estado de São Paulo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISS	Impostos sobre Serviços
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
II PND	Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PIB	Produto Interno Bruto
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
RMRJ	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
VAB	Valor Adicionado Bruto

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b><i>CAPÍTULO I – CARACTERÍSTICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E CONCEITUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....</i></b>	<b><i>12</i></b>
<b>I.1 – O ESTADO DO RIO DE JANEIRO INSERIDO NA DINÂMICA FEDERATIVA</b>	<b>12</b>
<b>I.2 – CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO .....</b>	<b>14</b>
<b>I.3 – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE A EVOLUÇÃO RECENTE DA ECONOMIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....</b>	<b>22</b>
<b><i>CAPÍTULO II – A EVOLUÇÃO ECONÔMICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO COMPARATIVAMENTE ÀS DEMAIS UNIDADES FEDERATIVAS ENTRE 1985 E 2010</i></b>	<b><i>26</i></b>
<b>II.1 – DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS ANALISADAS.....</b>	<b>26</b>
<b>II.2 – EVOLUÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO .....</b>	<b>28</b>
II.2.1 – Evolução do PIB fluminense .....	28
II.2.2 – Crescimento comparativo do PIB fluminense .....	30
II.2.3 – Evolução setorial do PIB fluminense.....	35
<b>II.3 – EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL .....</b>	<b>37</b>
II.3.1 – Evolução do Emprego Formal fluminense .....	38
II.3.2 – Crescimento comparativo do Emprego Formal fluminense .....	40
II.3.3 – Evolução setorial do Emprego Formal fluminense.....	43
<b>II.4 – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS FISCAIS DOS ESTADOS.....</b>	<b>47</b>
II.4.1 – Evolução das Receitas Fiscais fluminense.....	48
II.4.2 – Crescimento comparativo das Receitas Fiscais fluminense.....	51
<b><i>CAPÍTULO III – A DINÂMICA REGIONAL RECENTE DA ECONOMIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO .....</i></b>	<b><i>56</i></b>
<b>III.1 – DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS ANALISADAS .....</b>	<b>57</b>
<b>III.2 – EVOLUÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO NOS MUNICÍPIOS FLUMINENSE .....</b>	<b>58</b>
<b>III.3 – EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NOS MUNICÍPIOS FLUMINENSE ..</b>	<b>66</b>
<b>III.4 – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS FISCAIS NOS MUNICÍPIOS FLUMINENSE ..</b>	<b>75</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>89</b>
<b><i>Referências Bibliográficas .....</i></b>	<b><i>93</i></b>

## LISTA DE GRÁFICOS, MAPAS E TABELAS

### GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Variação percentual anual do valor do PIB do Estado do Rio de Janeiro e sua evolução (100=1985) entre 1985 e 2010.....	29
<b>Gráfico 2</b> - Evolução do volume do PIB nos estados selecionados entre 1995 e 2010 (1995=100).....	31
<b>Gráfico 3</b> - Variação anual do volume do PIB para os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e para o total do Brasil, entre 1995 e 2010.....	33
<b>Gráfico 4</b> - Participação percentual dos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais no PIB nacional entre 1995 e 2010.....	34
<b>Gráfico 5</b> - Índice acumulado da evolução do VAB do Estado do Rio de Janeiro, segundo os setores de atividade econômica, entre 1995 e 2010.....	35
<b>Gráfico 6</b> - Número de empregos formais e variação percentual anual no Estado do Rio de Janeiro, entre 1985 e 2010.....	39
<b>Gráfico 7</b> - Índice (1985=100) da evolução do número de empregos formais em alguns estados selecionados, entre 1985 e 2010.....	40
<b>Gráfico 8</b> - Variação anual dos empregos formais nos principais Estados do Sudeste e no total do Brasil entre 1985 e 2010.....	41
<b>Gráfico 9</b> - Evolução da participação percentual no total de empregos formais do Brasil para os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, entre 1985 e 2010.....	42
<b>Gráfico 10</b> - Índice acumulado da evolução dos empregos formais do Estado do Rio de Janeiro, segundo os setores do IBGE, entre 1985 e 2010.....	43
<b>Gráfico 11</b> - Variação percentual anual das Receitas Correntes do Estado do Rio de Janeiro e sua evolução (100=1986) entre 1986 e 2010.....	48
<b>Gráfico 12</b> - Gráfico 12 - Variação percentual* anual das Receitas Tributárias do Estado do Rio de Janeiro e sua evolução (100=1986) entre 1986 e 2010.....	49
<b>Gráfico 13</b> - Composição das Receitas Correntes, segundo as Receitas Tributárias e demais receitas, nos anos de 1986 a 2010.....	51
<b>Gráfico 14</b> - Índice de evolução (100=1986) das Receitas Correntes nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e no total das Unidades Federativas, entre 1986 e 2010.....	52
<b>Gráfico 15</b> - Índice de evolução (100=1986) das Receitas Tributárias nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e no total das Unidades Federativas, entre 1986 e 2010.....	53



<b>Gráfico 16</b> - Variação percentual anual das Receitas Correntes nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e no total das Unidades Federativas, entre 1986 e 2010.....	53
<b>Gráfico 17</b> - Variação percentual anual das Receitas Tributárias nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e no total das Unidades Federativas, entre 1986 e 2010.....	54
<b>Gráfico 18</b> - Índice de evolução real do VAB industrial nos municípios selecionados, entre 1999 e 2010.....	62

## MAPAS

<b>Mapa 1</b> – Municípios do Rio de Janeiro segundo a faixa de variação percentual do PIB, entre 1999 e 2010.....	59
<b>Mapa 2</b> - Municípios do Rio de Janeiro segundo a faixa de variação percentual do VAB industrial, entre 1999 e 2010.....	61
<b>Mapa 3</b> - Municípios do Rio de Janeiro segundo a faixa de variação percentual do PIB, entre 1999 e 2003.....	63
<b>Mapa 4</b> - Municípios do Rio de Janeiro segundo a faixa de variação percentual do PIB, entre 2003 e 2010.....	64
<b>Mapa 5</b> - Municípios do Rio de Janeiro segundo a faixa de variação percentual dos empregos formais, entre 1985 e 2010.....	68
<b>Mapa 6</b> - Municípios do Rio de Janeiro segundo a faixa de variação percentual dos empregos formais, entre 1985 e 1989.....	69
<b>Mapa 7</b> - Municípios do Rio de Janeiro segundo a faixa de variação percentual dos empregos formais, entre 1989 e 2000.....	70
<b>Mapa 8</b> - Municípios do Rio de Janeiro segundo a faixa de variação percentual dos empregos formais, entre 2000 e 2004.....	72
<b>Mapa 9</b> - Municípios do Rio de Janeiro segundo a faixa de variação percentual dos empregos formais, entre 2004 e 2010.....	74
<b>Mapa 10</b> – Relação entre as Receitas Tributárias e as Receitas Correntes das Prefeituras dos municípios do Estado do Rio de Janeiro, em 1995.....	76
<b>Mapa 11</b> - Relação entre as Receitas Tributárias e as Receitas Correntes das Prefeituras dos municípios do Estado do Rio de Janeiro, em 2010.....	77
<b>Mapa 12</b> – Variação percentual anual das receitas correntes das prefeituras dos municípios do ERJ, entre 1995 e 2010.....	79

<b>Mapa 13</b> - Variação percentual anual das receitas tributárias das prefeituras dos municípios do ERJ, entre 1995 e 2010.....	80
<b>Mapa 14</b> - Variação percentual anual das receitas correntes das prefeituras dos municípios do ERJ, entre 1995 e 2000.....	81
<b>Mapa 15</b> - Variação percentual anual das receitas tributárias das prefeituras dos municípios do ERJ, entre 1995 e 2000.....	82
<b>Mapa 16</b> - Variação percentual anual das receitas correntes das prefeituras dos municípios do ERJ, entre 2000 e 2005.....	84
<b>Mapa 17</b> - Variação percentual anual das receitas tributárias das prefeituras dos municípios do ERJ, entre 2000 e 2005.....	85
<b>Mapa 18</b> - Variação percentual anual das receitas correntes das prefeituras dos municípios do ERJ, entre 2005 e 2010.....	86
<b>Mapa 19</b> - Variação percentual anual das receitas tributárias das prefeituras dos municípios do ERJ, entre 2005 e 2010.....	87

## TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Composição do VAB do Estado do Rio de Janeiro, por setores de atividade, entre 1995 e 2010.....	36
<b>Tabela 2</b> - Variação percentual anual dos empregos formais no Estado do Rio de Janeiro.....	39
<b>Tabela 3</b> - Composição dos empregos formais do Estado do Rio de Janeiro, por setores do IBGE, entre 1985 e 2010.....	44

## INTRODUÇÃO

O Estado do Rio de Janeiro é um dos mais importantes estados brasileiros, tanto do ponto de vista da população, quanto da economia e da cultura. Apesar de seu território diminuto, se consolidou com um dos principais eixos do país, sendo sua capital uma das principais marcas brasileiras no exterior. Em relação a sua economia, ele vem recuperando, nos últimos anos, sua importância no cenário federativo, após longo período de crise. A existência da crise neste território é consenso na bibliografia existente, tendo atingido o seu auge nas décadas de 1980 e 1990. A retomada do crescimento é confirmada, nos anos mais recentes, pela conquista da sede de diversos megaeventos, porém é importante identificar quando e de que forma esta inflexão econômica se deu, uma vez que o estado e a cidade foram beneficiados recentemente por quantidades consideráveis de investimentos, principalmente em infraestrutura, mas que devem diminuir após a realização destes megaeventos.

Este estudo tem por objetivo identificar a trajetória pela qual o Estado do Rio de Janeiro percorreu nos últimos anos, de forma a evidenciar os principais períodos de sua evolução recente e realçar as causas de tal fenômeno. Adicionalmente procura determinar quais regiões de seu território apresentaram maior dinamismo recentemente.

O capítulo I, que foi dividido em três partes, busca, em um primeiro momento, definir de que forma o território fluminense se insere na economia do país, ressaltando os principais fatores que o definem. Em seguida se faz um panorama histórico da constituição do estado e de sua capital, desde a ocupação dos portugueses. Esta seção é importante para este estudo, pois demarca de que forma o ERJ se construiu e lança luz sobre diversas singularidades existentes na análise da crise e da atual estrutura da economia fluminense. Por fim é feita uma revisão dos principais autores que tratam da crise e da recente inflexão econômica, apontando suas razões, causas e consequências.

O capítulo seguinte, dividido em quatro seções, aborda a análise dos dados econômicos na esfera estadual, de forma a buscar identificar o momento mais adequado para apontar a ocorrência de uma inflexão positiva da economia fluminense. A primeira seção traz uma explicação sucinta de cada variável analisada, são elas o PIB, o emprego formal e as receitas públicas disponíveis dos estados. Na seção seguinte se inicia a análise dos dados do Produto Interno Bruto estadual, no período entre os anos de 1985 e 2010. A partir dela pode ser observado os diferentes períodos pelo qual a economia fluminense passou, a evolução deste território frente

às principais economias do país e quais os setores que mais contribuíram para a trajetória do PIB do ERJ. A outra seção aborda os dados dos empregos formais, com uma estrutura bastante semelhante à seção anterior, e acaba reforçando as hipóteses avistadas na evolução do produto fluminense. Por fim, a última seção deste capítulo traz os dados das receitas correntes e tributárias disponíveis para o governo estadual, em que se percebem diferenças consideráveis na trajetória destas variáveis comparativamente às outras duas variáveis analisadas anteriormente.

O capítulo III, que está dividido em quatro seções, traz uma análise territorial da evolução econômica recente no ERJ, uma vez que o momento da inflexão do total do território foi definido no capítulo anterior, neste buscou-se identificar quais municípios e regiões contribuíram mais com a inflexão, analisando a partir da periodização definida no capítulo II. Na primeira seção são abordadas as variáveis a serem analisadas e suas características e singularidades na esfera municipal. As três seções subsequente trataram de analisar a evolução do PIB, dos empregos e dos dados fiscais dos municípios do Estado do Rio de Janeiro, tanto no total do período, como na periodização definida anteriormente.

Por fim são apresentadas as principais conclusões do trabalho, ressaltando os questionamentos e os destaques encontrados neste estudo.

## **CAPÍTULO I – CARACTERÍSTICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E CONCEITUALIZAÇÃO HISTÓRICA**

Este capítulo, que está dividido em 3 seções, tem por finalidade apresentar algumas características do Estado do Rio de Janeiro, sua contextualização histórica e uma revisão da bibliografia existente sobre a evolução recente da economia do território fluminense.

A primeira seção deste capítulo busca expor as principais características desta Unidade da Federação e de que maneira ela se insere na dinâmica federativa brasileira, ressaltando-se a importância de identificar os momentos de mudança de trajetória e as causas destas.

Na seção I.2 realiza-se uma abordagem da história do Estado do Rio de Janeiro, desde o início da ocupação por parte dos portugueses, até o final do século XX. Houve a tentativa de uma contextualização da formação histórica da economia local, além de buscar ressaltar as principais causas da crise ocorrida na segunda metade do século passado.

Por último, este capítulo procura trazer as principais reflexões sobre a dinâmica recente da economia do Estado do Rio de Janeiro, apontando os principais nomes e suas reflexões sobre o tema.

### **I.1 – O ESTADO DO RIO DE JANEIRO INSERIDO NA DINÂMICA FEDERATIVA**

O Estado do Rio de Janeiro é uma Unidade Federativa da República Federativa do Brasil, localizada no Sudeste do país, possuindo o terceiro menor território entre os estados brasileiros. Apesar da diminuta área territorial, possui a terceira maior população, com quase 16 milhões de habitantes e o segundo PIB entre as Unidades Federativas, ficando atrás apenas do Estado de São Paulo.

A privilegiada localização do Rio de Janeiro, próximo a dois grandes centros urbanos (São Paulo e Belo Horizonte), a existência de portos e de uma indústria já estabelecida favorecem o estado para que este se mantenha como um dos mais importantes do Brasil.

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro e sua capital apresentam uma grande importância no cenário estadual, possuindo cerca de 70% do PIB, dos empregos e da população do território fluminense. Esta concentração faz com que o Estado do Rio de Janeiro seja o mais

metropolitano entre as 27 Unidades Federativas, e gera singularidades no estudo do seu território, posto que as demais regiões pouco representam no acumulado do estado.

Outra singularidade que deve ser levada em conta quando da análise do território fluminense, é a presença de boa parte da cadeia produtiva vinculada a extração de petróleo e gás em alto-mar. Do ponto de vista exclusivo da extração de petróleo, o Estado do Rio de Janeiro corresponde atualmente, por 72% da produção nacional<sup>1</sup>, o que destaca a importância tanto desta UF em relação à extração de petróleo, quanto desta atividade na economia local. Em adição a isto, a exploração deste recurso natural gera, adicionalmente, as receitas de royalties e participações especiais para o governo do estado e para algumas prefeituras, ampliando a capacidade de gastos do setor público.

Entre os setores da economia do ERJ, o setor terciário é aquele que responde por grande parte do produto local, mas a indústria apresenta uma importância considerável, em certas localidades do seu território, como no Norte fluminense, onde se concentram as atividades vinculadas à exploração do petróleo, na região Serrana, onde há uma concentração têxtil e metal mecânica, e no Médio Paraíba, onde se encontra um conjunto de indústrias metalúrgica, siderúrgica e automotiva. Já a Região Metropolitana possui uma indústria diversificada, com siderurgia, naval, refino e bens de consumo não duráveis. Na agropecuária, o estado não possui relevância, servindo, basicamente, para abastecer ao consumo interno<sup>2</sup>, porém ainda há necessidade de importação dos produtos alimentícios de outros estados. A exceção neste setor é a pesca, em que o Rio é um dos maiores produtores do país.

Além da importância econômica, o Rio de Janeiro é o estado brasileiro que mais recebe turistas, tanto nacionais quanto internacionais, sendo que a grande maioria deles vai para a cidade do Rio. Este grande fluxo de viajantes pode ser explicado pelo fato da antiga capital ser a cidade brasileira mais conhecida no mundo e, para o turista nacional, de ser uma referência cultural no Brasil.

Portanto, o Estado do Rio de Janeiro e sua capital apresentam uma economia consideravelmente forte, com uma população grande e uma produção cultural relevante. Porém ainda apresenta diversas carências, como um dos piores resultados do ensino público<sup>3</sup>, uma rede

---

<sup>1</sup> Estes dados foram obtidos a partir Boletim da Produção de Petróleo e Gás Natural da ANP, do mês de março de 2013. Disponível em <<http://www.anp.gov.br/?pg=36407>> acesso em 1º de julho de 2013.

<sup>2</sup> Segundo MAGALHÃES e DOMINGUES (2009), a produção agropecuária interna era responsável por 12,2% do consumo do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>3</sup> Segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, do INEP, para o ensino médio, no ano de 2009 o Estado do Rio de Janeiro possuía uma das cinco piores notas entre as 27 Unidades Federativas brasileiras. Em dado

de saúde deficiente, um sistema de transporte ineficiente e uma falta de planejamento nas esferas públicas, o que prejudica a resolução dos problemas.

Destaca-se que o Rio de Janeiro vem recebendo particular atenção do Governo Federal nos últimos anos, posto que a sua capital receberá a final da Copa do Mundo de futebol em 2014 e sediará as Olimpíadas em 2016. Esta é uma oportunidade que não deve ser esquecida, pois há muitos anos que o Rio não recebe tanta atenção e o planejamento para maximizar o legado deixado por esses megaeventos deve ser bem estruturado.

Por fim, cabe destacar que a economia do Rio de Janeiro, até recentemente, se encontrou em uma situação de crise<sup>4</sup>, porém vem apresentando nos últimos anos indicadores econômicos e sociais de reversão deste quadro. Por se tratar de uma das principais regiões do país, a análise da trajetória recente e da sua inflexão ganha importância, tanto pelo peso desta na economia nacional, como por proporcionar elementos empíricos para análises de outros estados brasileiros. A determinação do momento de inflexão é relevante no sentido de procurar determinar os principais fatores que causaram a mudança da trajetória.

## **I.2 – CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Após ter sido mapeado em 1502, por André Gonçalves, a baía de Guanabara só começou a interessar a coroa portuguesa após a ocupação francesa, que buscou a exploração do pau-brasil lá existente. Com a retomada militar da região por parte dos portugueses, o império lusitano estabeleceu ali um dos seus portos mais estratégicos para a porção meridional dos seus territórios nas Américas.

As características geográficas do seu território, com uma baía protegida por maciços e com uma entrada relativamente estreita permitindo uma maior proteção contra invasões, e sua posição geográfica, estando na rota dos navios que carregavam a prata do império espanhol, além de oferecer uma possibilidade de incursões por terra às minas do eldorado castelhano, fizeram com que Portugal passasse a dar uma atenção especial ao Rio de Janeiro.

Adicionalmente, a posição geográfica do Rio possibilitava um comércio direto com a costa africana, principalmente com Angola, que tinha como sua principal atividade o tráfico de

---

mais recente, para o ano de 2011, houve uma melhora do índice do ERJ, porém este ainda se encontra na pior posição entre os estados das Regiões Sul e Sudeste. Dados obtidos pelo site: <<http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/planilhas-para-download>>, acessados no dia 1º de julho de 2013.

<sup>4</sup> Esta situação de crise será abordada de forma mais extensa na seção I.2 e I.3.

escravos. Boa parte destes escravos eram, inicialmente, enviados para as minas de prata peruanas, e gerou um fluxo monetário considerável para a cidade.

Dada estas características e, com a descoberta do ouro em Minas Gerais, sua proximidade com o maior tesouro da colônia portuguesa, fez com que o Rio de Janeiro se tornasse a cidade das Américas de maior importância para a coroa lusitana. A existência do porto relativamente fortificado, com alguma importância comercial e uma população já estabelecida fizeram com que a cidade do Rio passasse a ser o eixo logístico de escoamento da produção de ouro. Inicialmente este metal era levado até Parati, no chamado Caminho do Ouro, transportado por via marítima até o Rio e dali era enviado para Portugal. Por riscos de pirataria no trajeto Parati-Rio, a coroa portuguesa ordenou que fosse encontrado outro caminho, que chegasse diretamente à cidade do Rio, o que foi concluído no início do século XVIII, o chamado Caminho Novo das Gerais.

O porto do Rio também possuía o papel de porta de entrada da mão de obra escrava africana que trabalhava nas minas. Este fluxo intenso de mercadorias, tanto de chegada (escravos) quanto de saída (ouro), fez com que a cidade possuísse uma grande interação com as demais regiões do país e do mundo. Criou-se uma identidade cosmopolita na população, como expõe Lessa (2000):

*“[O Rio] foi o espaço cosmopolita do país: pelo Rio o Brasil articulou-se com as demais sociedades. Foi a cidade preferida pelo estrangeiro para fixar-se e tendeu a ser a porta de recepção e incorporação dos visitantes. Posteriormente foi ponto de atração dos migrantes internos. Lugar onde nossa sociedade processou seu diálogo interno e sintetizou a polifonia nacional, o Rio assimilou ideias de fora e de dentro e sinalizou inovações comportamentais para todo o país.” (LESSA; Carlos, 2000, p. 67).*

Com objetivo de aumentar a fiscalização sobre o ouro extraído em Minas Gerais, Portugal transferiu a capital do Vice-Reinado para a cidade do Rio de Janeiro em 1763, demonstrando a ampliação da importância da exploração deste minério na economia do mundo português.

Com as Guerras Napoleônicas ocorrendo na Europa e o apoio explícito da coroa portuguesa aos ingleses, principais rivais dos franceses, a corte lusitana se viu obrigada a fugir de Portugal, que estava na iminência de ser invadido pelo exército de Napoleão, e se refugiar no seu principal território extra-oceânico. Em 1808, D. João VI e seus cortesãos se estabelecem no Rio de Janeiro, fato que legitimou a capitalidade da cidade e colaborou para a manutenção do Brasil como um país único.



Provavelmente três fatos são marcantes para a explicação das diferenças entre a evolução geopolítica da América espanhola e da portuguesa. O primeiro foi a não existência de sociedades mais complexas no território Tupiniquim, o segundo foi o fato da principal riqueza da colônia ter sido localizada num local relativamente central do território, gerando interação com os habitantes do Sul, que provinham gado à exploração aurífera, e do Nordeste, que forneciam grãos e outros alimentos secos. Em terceiro, a instalação da família real no Rio de Janeiro ampliou a centralização do território nacional, uma vez que o Governo estava muito mais próximo do que no lado espanhol da América, proporcionando uma maior identificação nacional.

Em 1834, foi decretada a separação da cidade do Rio com o Estado, o primeiro passando a ser denominado Município Neutro, até a proclamação da República, sendo posteriormente denominado Distrito Federal. Este fato gerou uma singularidade na atual Unidade Federativa do Rio de Janeiro, visto que a política executada na sua capital diferia do que era realizado no restante do seu território. Isto marcou, em boa medida, a evolução econômica tanto do interior fluminense, que não recebia investimentos constantes da administração nacional e ficou relegado à função de produtor primário, quanto da cidade do Rio, que possuía a prioridade nos investimentos centrais e ficou responsável pela prestação de serviços e gerenciamento do porto.

A partir do momento que virou capital, a cidade do Rio de Janeiro reafirmou sua centralidade política e adquiriu uma grande importância no cenário cultural brasileiro. As elites brasileiras passaram a buscar referências na cidade, incrementando a força do comércio.

Enquanto a sua metrópole se constituía com base nas atividades vinculadas à sede do Governo central, o interior fluminense se desenvolveu em torno do abastecimento de sua capital, entregando alimentos perecíveis e produzindo açúcar e cachaça para serem usados como moeda de troca no tráfico negreiro. Este comércio apresentou uma importância significativa para a economia do Rio de Janeiro, onde se estimam que aos fins do século XVIII havia cerca de 600 engenhos na região.

No início do século XIX, o Rio de Janeiro começou a produzir café, que apresentava preços internacionais que garantiam uma taxa de lucro considerável. Inicialmente as terras utilizadas pelos cafeicultores se localizavam no maciço da Tijuca e foram responsáveis pelo grande desmatamento ocorrido na região. Com a chegada da família Real em 1808, houve uma pressão inflacionária sobre o preço das terras na cidade do Rio, ocasionando uma transferência da lavoura para áreas mais afastadas do centro urbano. Devido ao desmatamento da Floresta e ao crescimento populacional da capital, o abastecimento de água passou a ficar comprometido,

culminando, em 1844, na desapropriação das terras ainda cultivadas do maciço por parte do Governo de D. Pedro II e no início do reflorestamento da região.

Terras propícias ao cultivo de café foram localizadas no Vale do Paraíba fluminense, onde ocorreu uma considerável exploração agrícola. Esta produção lançou o Brasil no chamado ciclo do café, que se estendeu até meados do século XX, sendo responsável pela principal atividade econômica pós-ciclo do ouro. Com o uso intenso do solo com técnicas de cultivo arcaicas, ocorreu a perda de produtividade da terra, fazendo com que a produção se deslocasse para o Estado de São Paulo, o que iniciou o processo acelerado de desenvolvimento econômico deste estado.

Com a perda de produtividade da produção de café no Estado do Rio de Janeiro, aliado à abolição da escravidão, que era a principal mão de obra utilizada na produção dos grãos fluminenses, diferentemente do que ocorrera no Estado de São Paulo onde se utilizavam imigrantes, a região fluminense do vale do Paraíba teve uma decadência econômica considerável. Além disso, a cidade do Rio passou a receber um contingente considerável de ex-escravos, que, por não terem onde morar, reforçaram o fenômeno de formação das favelas.

Já a Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro se desenvolveu a partir do início do século XVIII, tendo como principal característica a de apoio ao transporte do ouro pelo Caminho Novo das Gerais. Lá se instalaram pousos e se desenvolveu um sistema de logística para fornecer suprimentos aos transportadores do metal, o que veio a formar vilas e cidades. Já no século XIX, a região passou a receber atenção do Governo Central, onde os imperadores enxergaram um local com clima muito agradável e vegetação abundante. Em 1843 D. Pedro II assina um decreto que cria a cidade de Petrópolis e ele estabelece lá sua segunda residência. Até a transferência da capital para Brasília, Petrópolis manteve a sua função de segunda residência dos chefes de estado brasileiro.

Com a Proclamação da República, a autoestima brasileira estava em uma crescente, porém a sua capital, que era a imagem do país transmitida para o restante do mundo, apresentava diversos problemas. Entre 1903 e 1906, sob a gestão do prefeito Francisco Pereira Passos, com apoio do presidente Rodrigues Alves, se viu uma mudança radical na cidade do Rio de Janeiro, que havia se desenvolvido de forma desordenada e constantemente sofria com diversas epidemias causadas pelas péssimas condições sanitárias da cidade. A reforma tinha como modelo o que fora feito em Paris por Haussmann, abrindo diversas avenidas e desapropriando os cortiços. Essas

desapropriações tiveram um efeito negativo, pois não se destinou habitações suficientes para o reassentamento dos moradores, o que acabou reforçando a formação das favelas.

A partir dessa reforma a cidade do Rio passou a ser chamada de Cidade Maravilhosa, reflexo da imagem positiva que o Brasil vislumbra para sua capital e transmitia para o restante do mundo.

Durante a República Velha, o Rio de Janeiro desempenhou um papel neutro na política nacional, apesar de reunir os principais políticos em sua capital, as decisões eram feitas pelo que foi chamado de Política do Café (São Paulo) com Leite (Minas Gerais). O Rio de Janeiro exercia a função de abrigar o debate nacional. Mesmo com a mudança da política, o Rio continuou exercendo este papel até 1960, quando da mudança da capital para Brasília.

Por ser a capital do Brasil, a cidade do Rio sempre apresentou um grande contingente de forças militares no seu território, para que fosse impedida qualquer revolta ou tentativa de tomada do poder. Com exceção das revoltas do Vintém (1880) e da Vacina (1904), quase todas as revoltas foram feitas por forças militares, em busca de melhores condições de trabalho (revolta da Chibata em 1910) ou buscando uma maior legalidade na política nacional (revolta da armada entre 1893 e 1894 e a revolta dos 18 do forte em 1922). Apesar de estas revoltas terem sido violentamente reprimidas, elas iniciaram os movimentos para as requisições pedidas.

Apesar de o Brasil, na primeira metade do século XX, apresentar mudanças significativas de sua política e de sua economia, como a revolução de 1930, o Estado Novo e o fim do ciclo do café, a cidade do Rio manteve sua condição bastante estável, com a sua economia sendo movida pela presença da capital e sua política dependente da nacional. Porém nessa época se observa a migração do principal parque industrial do país, que passa a ser no Estado de São Paulo. A partir da década de 1920, a economia paulista supera a fluminense, tanto pelas suas manufaturas, quanto pela produção agrícola, o que alguns autores justificam esta trajetória pela maior diversificação da indústria Carioca, que era voltada para atender a demanda urbana de sua cidade, enquanto em São Paulo os investimentos se concentraram em alguns setores mais novos e tecnologicamente mais adiantados.

Já o interior do Estado do Rio de Janeiro recebeu investimentos federais, com o objetivo de diminuir a concentração industrial no Estado de São Paulo. Entre as empresas criadas, cabe destaque a Companhia Siderúrgica Nacional, em 1941 no município de Volta Redonda, a Fábrica Nacional de Motores, em 1942 no município de Duque de Caxias, e a Companhia Nacional de Alcalis, em 1943 onde hoje se localiza o município de Arraial do Cabo. Esses investimentos

estatais, aliados à criação de empresas privadas, fez com que o antigo Estado do Rio de Janeiro conseguisse acompanhar a evolução da economia nacional.

Além destas estatais, a criação da Petrobras em 1953 foi relevante, não por sua produção à época, mas por seu impacto econômico no Estado e na cidade do Rio de Janeiro a partir do fim da década de 1990. A presença desta estatal dinamizou uma parte da economia fluminense, tanto pelas suas atividades diretas quanto pelo pagamento dos royalties da exploração de petróleo em alto-mar.

A segunda metade do século XX foi marcada por varias mudanças, tanto políticas quanto econômicas, para o Estado e a cidade do Rio. Em 1960, o presidente Juscelino Kubitschek (JK) inaugura a nova capital, chamada de Brasília e localizada no Planalto Central. A ideia de mudança da capital do país, levando esta mais para o centro do território, já era antiga, porém a população carioca e seus políticos não acreditavam que a transferência fosse realmente efetivada.

A mudança da capital fez com que o então Distrito Federal se transformasse no Estado da Guanabara, e tivesse a possibilidade de eleger através de votos, pela primeira vez, o seu governante. Carlos Lacerda fora eleito em 1960, e promoveu a política da Belacap, em oposição à Novacap (Brasília), que consistia na execução de melhorias urbanas e do abastecimento de água, de forma a dificultar a consolidação da nova capital, que era o principal projeto de JK, seu maior rival.

O fato da cidade do Rio ser uma unidade da Federação atenuou a diminuição da renda ocasionada da mudança da capital, porém mergulhou a economia do antigo Estado do Rio de Janeiro em uma crise, pois suas atividades estavam prioritariamente voltadas a atender a demanda da capital nacional. A região do interior do estado fluminense que mais sofreu foi a Região Metropolitana, que era constituída por uma população densa que trabalhava, em sua maior parte, na cidade do Rio, ou seja, os impostos gerados pelo seu trabalho ficavam retidos no Estado da Guanabara e não provinham melhorias para os municípios do entorno. Este fato ocasionou uma desestruturação bastante acentuada nos demais municípios da Região Metropolitana e seus efeitos persistem até hoje.

Outro fato que atenuou, em um primeiro momento, o impacto da mudança da capital foi que mesmo após a transferência, muitos órgãos federais e ministérios foram mantidos na cidade do Rio até a consolidação da transferência na década seguinte.

Com a renúncia de Janio Quadros à presidência, João Goulart assume o cargo máximo do executivo nacional, inconformado com tal fato, Carlos Lacerda orquestrou, junto aos militares,

um golpe de estado. Em 1964 os planos se concretizam e os militares assumem o poder do Brasil, e só o largariam mais de 20 anos depois. Uma das primeiras medidas adotadas pelo novo regime foi a da cassação do mandato de toda a ala esquerda, o que repercutiu mais no Estado da Guanabara do que nos demais, pois a política no Rio sempre fora radicalizada, tanto pela esquerda, quanto pela direita, o centro quase não possuía representatividade na Câmara. Com a insistência dos militares em permanecer no poder, Carlos Lacerda passa a exercer oposição ao Governo e é cassado, junto com todos os seus apoiadores, deixando a política do Estado da Guanabara nas mãos de figuras de menor expressão política que passam a exercer seu controle através de políticas clientelistas, como expõe Silva (2004):

*“[...]uma crise social específica no território carioca e fluminense, que deriva centralmente da transferência da Capital para Brasília em 1960, da falta de massa crítica existente na região sobre a realidade econômico-social local, das cassações ocorridas que vão permitir que a lógica fragmentária e clientelista passe a ter um peso nessa região mais do que proporcional à existente nas demais unidades federativas do país, ao menos comparativamente ao que existe nas regiões Sul e Sudeste.” (SILVA; Mauro Osorio da, 2004, p. 287).*

Como já dito, a economia do Estado da Guanabara mantém seu dinamismo, porém muito apoiada pelo poder público, que aplica incentivos fiscais e cria os Distritos Industriais. Apesar de apresentar um crescimento considerável, o incremento da produção fica aquém do obtido pelo restante da nação. Já o antigo Estado do Rio de Janeiro também apresenta algum crescimento, porém este dinamismo deriva de investimentos federais nas estatais.

Em 1975 ocorre a fusão entre o Estado do Rio de Janeiro e a Guanabara, depois de mais de 130 anos de separação. Existem alguns pensadores<sup>5</sup> que afirmam que a fusão ocorreu como forma de neutralizar a política da cidade do Rio de Janeiro que insistia em votar na oposição, enquanto o interior fluminense apresentava um voto mais “comportado” para os militares no poder. Porém, segundo Silva (2004), a questão política já estava resolvida com o controle do MDB (oposição) da cidade do Rio por parte de Antônio de Pádua Chagas Freitas, político bastante ligado ao regime:

*“Um exemplo desta fragilidade de análise [da fusão] seria a ideia de que a existência de uma lógica atrasada e clientelista vigente no antigo Estado do Rio teria trazido prejuízos para a nova institucionalidade surgida a partir de 1974, esquecendo-se de levar em conta que a política no novo estado do Rio de Janeiro é hegemonizada a partir da base clientelista organizada por Chagas Freitas no território carioca.” (SILVA; Mauro Osorio da, 2004, p. 289).*

---

<sup>5</sup> Dentre eles, pode se citar Evangelista (2005): “[os motivos da fusão possuíam] uma variável política, ou seja, o foco oposicionista existente na Guanabara, particularmente na segunda metade da década de sessenta, de certo modo afastava a Guanabara da rota de novos investimentos promovidos pelo governo federal, assim, a fusão facilitaria a constituição de um pólo menos crítico ao regime militar.”

A década de 1970, tanto para o Brasil quanto para o Rio, apresentou taxas de crescimento aceleradas, porém os problemas estruturais começaram a aparecer, como a inflação e o endividamento externo. O primeiro choque do petróleo em 1973 mostrou a fragilidade da estrutura econômica brasileira quanto a distúrbios internacionais. Objetivando diminuir esta ameaça, o general Ernesto Geisel, então presidente do Brasil, lança o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que consistia na internalização de diversos processos produtivos, diminuindo assim a dependência no setor externo. Dentre as políticas do plano, estava a substituição de importações e a busca pelo aumento da produção interna de energia elétrica e petróleo.

O Estado do Rio de Janeiro se beneficiou de investimentos deste plano com a construção das usinas nucleares localizadas em Angra dos Reis e o início da exploração de petróleo em alto-mar na bacia de campos. Apesar destas atividades não terem gerado uma quantidade considerável de empregos ou atraído novas indústrias, elas possibilitaram um aumento da arrecadação de impostos, aumentando assim a capacidade de investimento do setor público.

Porém, com o segundo choque do petróleo em 1979 e a elevação da taxa de juros básica dos Estados Unidos da América, a dívida externa brasileira disparou, pondo fim ao II PND antes de maturada todas as suas políticas. Com a crise da dívida externa, os investimentos federais foram reduzidos, gerando uma diminuição dos gastos públicos. O Rio de Janeiro que já vinha crescendo abaixo da média nacional, passou a experimentar um decréscimo considerável de sua dinâmica, fato que durou por mais de uma década.

*“Se em meio à acentuada expansão da economia nacional, o Rio de Janeiro não conseguiu romper sua trajetória de esvaziamento relativo, muito improvável seria, se nos anos 1980 conseguisse fazê-lo. A renda interna estadual cresceu tão somente 2,65% (acumulados) ao longo da década, assim, a participação estadual na renda do país declinou de 13,2% para 12,3% no período.” (SILVA; Robson Dias da, 2004, p. 83).*

Com a contração dos gastos públicos a economia sofreu uma perda de dinamismo, além disso, a aceleração da inflação ampliou a crise para a população de renda mais baixa, que não possuía acesso ao sistema bancário e sofria mais diretamente as mazelas do aumento dos preços dos produtos. Esta situação gerou um aumento da degradação social, tanto nas favelas da cidade do Rio de Janeiro, quanto nos municípios periféricos da Região Metropolitana, o que acabou culminando numa escalada da violência armada, que encontrava financiamento pelo tráfico de drogas e se refugiava nas regiões onde a presença do Estado era menos significativa.

A perda do dinamismo, o aumento da violência e a falta de perspectiva de melhora fizeram com que a autoestima da população diminuísse consideravelmente e culminou na denominação de “Rio de todas as crises” dada pela professora doutora Sulamis Dain, em alusão ao trabalho de Carlos Lessa (Rio de todos os Brasis). Esta situação se agravou até meados da década de 1990, como destaca Natal (2004):

*“É sabido ainda que a crise em exame (econômica, relativamente longa, profunda e complexa) poderia, em verdade, ser classificada como sendo societária [...] até meados dos últimos anos 1990 era esse o quadro societário fluminense” (NATAL; Jorge, 2004, p. 72).*

Com a estabilização monetária conquistada com o Plano Real, o Brasil e o Rio de Janeiro passaram a ver a possibilidade de recuperação do seu crescimento, porém a desestruturação ocorrida nos anos de crise ficou marcada na economia, sendo bastante difícil de superá-la.

### **I.3 – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE A EVOLUÇÃO RECENTE DA ECONOMIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Esta seção tem como objetivo fazer um levantamento bibliográfico do que já foi produzido sobre a evolução recente do Estado do Rio de Janeiro. Inicialmente será feita uma revisão dos autores que abordam as causas e a periodicidade do início da crise, sendo realizada, em seguida, uma análise da produção bibliográfica sobre o período a partir da década de 1990. Para o primeiro momento, há um consenso da existência de uma crise, porém os autores discordam sobre o momento em que esta se inicia, tendo mais de 50 anos de diferença entre as abordagens. Já para o segundo período, a maioria da bibliografia existente aponta para uma mudança positiva da trajetória econômica do Estado do Rio de Janeiro no período recente, porém, assim como no momento da crise, discordam do momento de ocorrência da inflexão.

Como dito no último parágrafo, a existência de uma crise no Estado do Rio de Janeiro durante a última metade do século XX é unanimidade entre os autores, variando apenas do ponto de vista do momento de sua ocorrência e suas causas. NATAL (2004), aponta que a crise do ERJ "teria sua origem com a própria industrialização capitalista iniciada em São Paulo no último quartel do século retrasado". Ou seja, as causas da crise estariam no crescimento da economia paulista, que causaram um esvaziamento do complexo produtivo fluminense ao final do século retrasado, como o autor expõe:

*"(...) como a economia do antigo Estado do Rio de Janeiro, por razões diversas (solo; transporte; mão-de-obra empregada, a escrava; frágil mercado interno e*

*internacional; etc.), não tinha como competir com as formas mais tipicamente capitalistas implantadas em São Paulo, ela logo entrou em crise" (NATAL, 2004).*

Ainda segundo o autor, a mudança da capital e a fusão do Estado da Guanabara com o antigo Estado do Rio de Janeiro vieram apenas reforçar a crise que já se desenhava no período pregresso.

Já DAIN (1990) aponta que a crise do Rio de Janeiro, embora já ocorrendo desde o início do século XX, passa a ser percebida em maior escala depois de 1920, com a desaceleração da indústria fluminense, e o maior distanciamento da economia paulista.

Por outro lado, SILVA (2006) defende que apesar do distanciamento da economia paulista no período entre 1920 e 1960, a economia do ERJ ainda mantinha taxas de crescimento bastante próximas às do total do Brasil menos o Estado de São Paulo, o que indicaria que não ocorria uma crise no Rio, apenas que a economia paulista crescia mais do que o restante do Brasil. Já a partir da década de 1960, principalmente por causa da mudança da capital para Brasília, o ERJ passa a apresentar taxas de crescimento inferiores as existentes no total da nação.

*"A partir de 1960, no entanto, com a transferência da Capital para Brasília, a cidade do Rio de Janeiro, organizada desde a origem como porto e eixo de logística nacional e que a partir da vinda da Família Real consolida-se como centro de articulação nacional do ponto de vista político, cultural, econômico e social, sofre um processo de fratura em sua dinâmica institucional, o mesmo ocorrendo com a Velha Província, que deriva sua lógica econômica pós-ciclo cafeeiro do dinamismo existente em seu núcleo econômico central, a cidade do Rio de Janeiro, e dos investimentos federais nela realizados até 1960." (SILVA, 2006).*

Como dito na seção anterior, este autor aponta, ainda, que ocorreram diversos efeitos negativos a partir das cassações políticas do regime militar, tendo sido esse processo mais abrangente no Estado do Rio de Janeiro, por sua centralidade política de ex-capital.

Na análise da reversão da crise, pode ser destacada a produção de Jorge Natal que é reconhecido como sendo o primeiro autor a trazer luz sobre a questão da inflexão positiva da economia fluminense. Como explicitado na seção I.2, a economia do Rio de Janeiro vinha apresentando um cenário de crise econômica e social desde a década de 1980, porém com o advento do Plano Real em 1994, a economia brasileira retomou o caminho do crescimento e, acompanhando-a, o Estado do Rio de Janeiro apresentou uma inflexão econômica.

A análise deste autor aponta que a ocorrência desta guinada positiva na economia ocorreu pela percepção, por parte dos governantes, da ineficiência do setor público como agente ativo da promoção do desenvolvimento econômico. A partir deste momento, os realizadores de políticas



públicas passaram a preparar o estado e sua capital para atrair o capital privado, tanto nacional quanto internacional, de forma que estes desempenhem o papel de promotores do desenvolvimento. Para tentar sanar a dívida pública e aumentar os investimentos, muitas empresas estatais foram privatizadas (Light, CEG, BANERJ), atraindo investimentos externos para o estado e para que o setor público tenha maior enfoque nas atividades básicas por ele desempenhada.

Segundo o autor, com a melhora do ambiente institucional e o aumento da exploração de petróleo na Bacia de Campos, o Rio de Janeiro passou a apresentar uma evolução econômica mais positiva do que ocorria anteriormente:

*“Em adição observe-se que não se está afirmando que a economia fluminense tenha ingressado a partir de meados dos anos 1990 recentes em uma fase espetacular de crescimento econômico sustentado, longe disso, e sim que houve uma inflexão econômica, positiva, em relação ao período pregresso de degradação” (NATAL; Jorge, 2004, p. 72).*

Ainda segundo Natal, esta inflexão econômica ocorreu, principalmente, no interior fluminense, que, aliado à produção petrolífera, recebeu investimentos privados consideráveis, como a indústria automobilística no Médio Paraíba.

Entre os principais argumentos utilizados para justificar a análise da ampliação da atividade econômica foi o do incremento da participação do PIB estadual no total nacional, em conjunto com o aumento do peso da indústria no total do PIB do ERJ.

Já para Floriano José Godinho de Oliveira, a mudança do desempenho econômico do Estado do Rio de Janeiro ocorreu um pouco antes, tendo como base o setor extrativo mineral (petróleo) e a indústria automobilística que se instala no Médio Paraíba. Como dito por ele:

*“[...] indicadores econômicos que mostram uma grande recuperação, no decorrer da década de 1990, dos índices referentes à economia do estado, tendo como marco da inflexão dos índices o ano de 1993. A variação anual do PIB no estado, nesta década, mostra essa inflexão que, para nós, mais do que uma mudança na tendência de queda dos indicadores econômicos no estado, reflete mudanças de ordem política (que agora não privilegia a concentração industrial no núcleo e admite direcionar os investimentos para o interior) e social, na medida em que o robustecimento e consolidação de economias regionais mais estruturadas influem nas relações que delineiam os usos e apropriação do território.” (OLIVEIRA; Floriano José Godinho de, 2003, p. 108).*

Ele destaca que o crescimento ocorreu pela mudança territorial dos investimentos, que foram direcionados para o interior fluminense, seguindo a lógica da desconcentração produtiva. Segundo ele, a recuperação da atividade econômica só não foi mais positiva, pois a cidade do Rio

de Janeiro não apresentou uma melhora de sua condição econômica, sendo a única que tenha apresentado uma queda de emprego entre 1985 e 2001.

O último autor que é considerado uma das principais referências da evolução recente da economia fluminense é Mauro Osorio da Silva, que afirma que apesar dos investimentos ocorridos, o Estado do Rio de Janeiro continua apresentando uma tendência de crescimento menos vultosa do que as demais Unidades da Federação.

*“Mesmo a partir de meados dos anos 90, apesar dos investimentos ocorridos na indústria automobilística no Vale do Paraíba; da dinamização e visibilidade adquirida pelo polo de moda íntima de Nova Friburgo; e da ampliação da extração de petróleo na Bacia de Campos, os dados da evolução econômica do ERJ continuam sendo um ponto fora da curva relativamente ao que ocorre nas demais unidades federativas brasileiras.” (SILVA; Mauro Osorio da, 2010, p. 1).*

Este autor ressalta, ainda, que a ampliação do PIB no final da década de 1990 decorre, quase exclusivamente, da produção de petróleo na Bacia de Campos e que os demais indicadores continuaram a apresentar uma evolução bastante tímida, comparativamente ao restante da nação.

Destaca, também, que ocorreu uma melhora significativa da gestão pública nos anos mais recentes, mas que o desafio ainda é grande para a resolução dos problemas estruturais que o Rio de Janeiro possui.

Porém a concretização dos futuros investimentos vinculados ao petróleo, à Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas em 2016, além da construção do porto do Açu em São João da Barra podem vir a dinamizar a economia, de forma a permitir que recupere o caminho do crescimento.

Posto isso, percebe-se que as análises tendem a afirmar que ocorreu uma mudança na economia a partir da década de 1990, porém discordam quanto à sua intensidade e localização, posto que alguns creem que a mudança ocorreu pela interiorização da atividade produtiva, outros pela maior prioridade dada ao setor privado e outros pela exclusividade da ampliação da extração de petróleo.

## **CAPÍTULO II – A EVOLUÇÃO ECONÔMICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO COMPARATIVAMENTE ÀS DEMAIS UNIDADES FEDERATIVAS ENTRE 1985 E 2010**

Este capítulo, que está dividido em quatro seções, tem por objetivo explicitar os dados que serão analisados e, a partir destes, traçar uma trajetória da evolução do Estado do Rio de Janeiro comparativamente às demais Unidades da Federação. Também se buscará clarear a questão do período em que se possa afirmar a ocorrência da chamada inflexão positiva no território fluminense e examinar sua intensidade e localização, posto que a evolução econômica não foi homogênea em todas as suas regiões.

Apesar de no Brasil haver uma grande dificuldade da disponibilização dos dados estatísticos, por causa de suas descontinuidades ou mudanças metodológicas, optou-se por analisar os dados a partir do ano de 1985, quando este disponível. As informações anteriores a 1995 possuem um grau considerável de inexatidão e muitas das séries tiveram alterações, porém a utilização deste período mais longo se faz necessária para buscar elucidar as questões da mudança da economia fluminense. O período escolhido permite a visualização de uma mudança da trajetória econômica do Estado do Rio de Janeiro, tanto pela abordagem de Jorge Natal, de Floriano José Godinho de Oliveira, quanto à de Mauro Osorio da Silva.

A partir da análise preliminar dos dados levantados, observou-se a existência de dois períodos bastante diferenciados, o primeiro que vai até o ano de 2003, em que a economia do Estado do Rio de Janeiro se mantém bastante estável, tendo um leve aumento a partir do ano 2000, mas mantendo uma trajetória de baixo crescimento. Já a partir do ano de 2004 observa-se uma aceleração do dinamismo do Estado do Rio de Janeiro, que pode marcar a existência de uma inflexão. A análise ao longo deste e do próximo capítulo se dará a partir desta periodização.

### **II.1 – DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS ANALISADAS**

Os principais indicadores que serão trabalhados nesta monografia são as variáveis de PIB, emprego e receitas fiscais estaduais.

A variável de PIB é uma das mais utilizadas nas análises de evolução econômica, pois estima o valor da produção de um território durante um período determinado. Diversas instituições possuem cálculos do PIB no Brasil, mas no período mais recente, com abrangência nacional, os dados reunidos pelo IBGE são considerados os mais completos para tal análise, além de serem os dados utilizados pelos órgãos oficiais.

Para esta análise, optou-se por utilizar os dados do PIB estadual entre 1985 e 2010, de forma a identificar a ocorrência de uma inflexão na trajetória do PIB fluminense. Por ser um período longo, há uma mudança na metodologia a partir do ano de 2002, por este motivo escolheu-se o uso da base de dados disponível pelo IPEADATA, que já realizou previamente uma equiparação das diferenças metodológicas.

A abrangência do PIB do IBGE é até municipal, porém as análises a partir desta variável no âmbito municipal devem levar em conta que para este nível o PIB é estimado, ou seja, o produto estadual é dividido entre os municípios seguindo alguns critérios de importância e peso relativo, mas não são calculados diretamente. Além disso, no âmbito municipal, o IBGE disponibiliza dados com uma mesma metodologia a partir do ano de 1999.

A variável do emprego será analisada pela ótica do emprego formal, posto que as estatísticas que incluem a informalidade são esparsas e imprecisas. A base de dados utilizada será a Relação Anual de Indicadores Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A RAIS é, basicamente, um censo dos empregos, posto que toda empresa formal deve declarar, a cada ano, o levantamento das contratações e algumas características de seus empregados. A temporalidade utilizada para a análise é entre 1985 e 2010.

Além disso, esta base permite uma abrangência municipal com qualidade considerável, o que a torna uma das variáveis mais fidedignas da situação do mercado de trabalho formal, permitindo também a separação por diversos setores e ocupações.

De acordo com o pensamento keynesiano, a propensão a consumir e o nível de investimentos, que juntos são denominados de demanda efetiva, é o que determina o nível de emprego da economia<sup>6</sup>. Como estas variáveis são determinantes na formação do PIB, podemos deduzir que a variável de emprego é determinada pelo produto.

Em relação às receitas fiscais estaduais, serão utilizados os dados de Receita Corrente do Governo do Estado, de forma a medir a capacidade de gastos que este possui. Além desta variável, serão utilizados os dados de Receita tributária, que permite medir a evolução tanto da

---

<sup>6</sup> Sobre o assunto ver NEVES JR. e PAIVA (2007)

atividade econômica, quanto a melhora da fiscalização. A base escolhida é a da Secretaria do Tesouro Nacional, órgão vinculado ao Ministério da Fazenda. Como o setor público é o principal ente econômico da maior parte das economias, a análise de suas receitas disponíveis permite observar variações na atividade econômica, posto que suas principais receitas provêm de impostos sobre o consumo e produção, e que um aumento de receita permitiria melhorar a infraestrutura e ampliar a produção do território.

Em relação a variável de receitas públicas, é importante destacar que ela não apresenta uma trajetória semelhante ao que ocorre no PIB e no emprego. Apesar de haver uma relação positiva entre um maior dinamismo econômico e uma ampliação das receitas, por existir um complexo sistema tributário e redistributivo essas variações são menos perceptíveis. Além disso, a partir da década de 1990 há um aumento da carga tributária em todo o país<sup>7</sup>, tanto pelo aumento das taxas, quanto pelo maior controle e, conseqüentemente, pela diminuição da sonegação. Porém, mesmo com esses fatores, o índice de correlação entre a variação das receitas correntes e do PIB é muito próximo de 1, demonstrando que há uma relação positiva entre as duas variáveis.

## **II.2 – EVOLUÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO**

Nesta seção será analisada a evolução do Produto Interno Bruto dos estados de três formas, a primeira levando em conta a evolução temporal do PIB fluminense, a segunda comparando a trajetória do produto do Estado do Rio de Janeiro com o restante do país. Por fim, será feita uma análise da evolução desta variável segundo seus diferentes setores. O PIB foi posto por Natal (2004) e Oliveira (2003) como um dos indicadores mais claros da ocorrência de uma mudança na trajetória da economia fluminense. Além disso, analisaremos a trajetória do PIB

### **II.2.1 – Evolução do PIB fluminense**

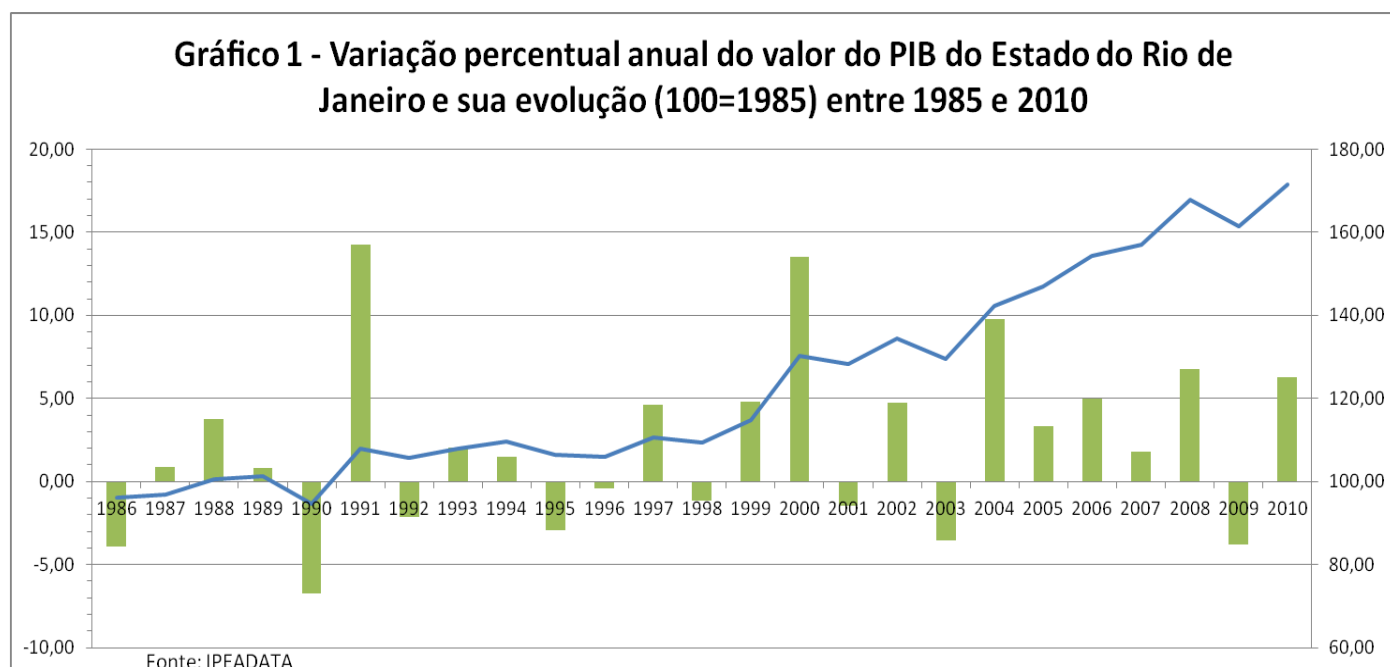
A análise da evolução do PIB do Estado do Rio de Janeiro durante os últimos anos é essencial, pois permite determinar, ou ao menos estimar, mudanças na trajetória da economia do estado, de forma a comprovar a ocorrência de uma inflexão e quando esta aconteceu.

Pode ser visto através do gráfico 1, que apresenta a variação anual do PIB do Estado do Rio de Janeiro, entre 1985 e 2010, que a economia fluminense nesse período passou por fortes

---

<sup>7</sup> Sobre este tema, BATISTA JR (2000) comenta: “É na década de 90 que se retoma a tendência de longo prazo de crescimento da carga global”.

oscilações, sem conseguir obter um crescimento por mais de dois anos consecutivos, com exceção do período entre 1987 e 1989 e entre 2004 e 2008. Sob a luz desta variável pode ser observado que, pelo menos do ponto de vista da evolução do produto, o ERJ só passou a apresentar um crescimento mais vistoso do PIB a partir do ano de 2004 quando obteve cinco anos consecutivos de crescimento. A crise internacional deflagrada no final do ano de 2008 levou a uma queda do produto fluminense em 2009, porém o ano de 2010 demonstra que o impacto da instabilidade da economia mundial não foi tão severo na economia do ERJ, tendo ocorrido um crescimento de mais de 5% no PIB em relação ao ano anterior. Apesar dos efeitos desta crise ainda não terem se esgotado, a perspectiva de investimentos vinculados à extração de petróleo e a realização dos megaeventos leva a crer que o Estado do Rio de Janeiro mantenha o crescimento do seu PIB ao menos até 2016<sup>8</sup>.



Em relação à evolução acumulada do PIB, podemos observar que a década de 1990 apresentou uma evolução do produto do Estado do Rio de Janeiro bastante limitada, tendo ocorrido um aumento mais elevado e constante a partir da década de 2000. O crescimento ocorrido em 1999 e 2000 é vinculado, em boa medida, ao crescimento da exploração de petróleo na Bacia de Campos, e os investimentos feitos, tanto pela Petrobras, quanto pelas demais

<sup>8</sup> O levantamento realizado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) dos investimentos previstos no estado entre 2012 e 2014 estima que mais de 200 bilhões de reais serão investidos no período. O documento pode ser acessado pelo seguinte site:

<http://www.firjan.org.br/main.jsp?lumChannelId=402880811F24243A011F243843420638>.

empresas, que objetivavam esta atividade. A inserção de outras empresas no setor de petróleo foi possibilitada pela mudança da legislação feita em 1997, que retirou o monopólio da extração de petróleo da Petrobras. Com os novos investimentos e a ampliação da produção em alto-mar, o PIB do ERJ apresentou um crescimento nesses dois anos, porém os dados demonstram que a economia do estado não manteve essas taxas de crescimento nos anos subsequentes.

Como dito acima, a década de 1990 apresentou uma quase estagnação do produto do Estado do Rio de Janeiro, tendo tido, até o ano de 2000, um aumento inferior a 20% do PIB do ano de 1985. Isto leva a concluir que, ao menos do ponto de vista do PIB, é difícil de afirmar que ocorreu uma mudança na trajetória da economia fluminense na última década do século passado, em oposição ao que afirmam Oliveira e Natal, da ocorrência da inflexão positiva neste período. Apesar disso, nos últimos anos, principalmente a partir de 2004, a economia do ERJ passou por um período mais significativo de aumento do seu produto, com um crescimento em cinco anos consecutivos, indicando que este ano pode ser considerado como o momento de inflexão da economia fluminense pelo PIB.

## **II.2.2 – Crescimento comparativo do PIB fluminense**

Dando continuidade à análise, a comparação entre a trajetória do Estado do Rio de Janeiro em relação às demais Unidades da Federação é importante, pois permite identificar se as mudanças da evolução da economia fluminense são reflexos de alterações do cenário nacional, ou efeitos específicos da economia local. Além disso, a comparação com o restante do país também apoia a análise da economia, permitindo identificar se o Rio de Janeiro tem se mostrado mais dinâmico frente às demais regiões, uma vez que, como explicitado no Capítulo I, o estado vinha de uma crise relativamente longa, profunda e complexa.

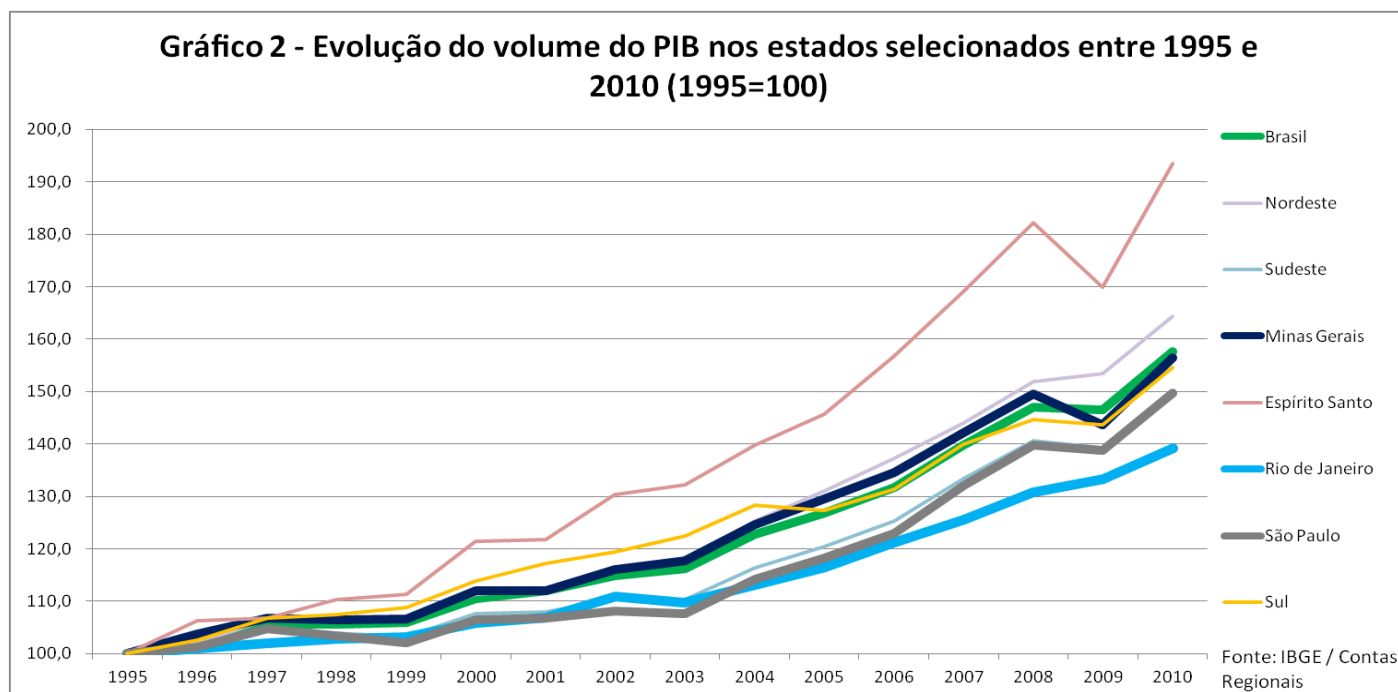
A ampliação da produção de petróleo em alto-mar, com os recursos dos royalties sendo repassado para o governo estadual e para as prefeituras, a retomada da autoestima do cidadão, tanto carioca quanto fluminense, e os novos investimentos em infraestrutura, realizados para os megaeventos e pela necessidade de melhoria das condições de competitividade dos produtos brasileiros, podem representar uma mudança duradoura da trajetória ao qual o Rio vinha passando.

Aqui optou-se por utilizar o PIB entre os anos de 1995 e 2010, pois esse período apresenta uma mesma metodologia de análise, sem necessidade de ajustes. Fez-se necessário a utilização de uma base com uma única metodologia já que as mudanças de cálculo poderiam favorecer alguma

determinada região ou estado, em detrimento de outra. Como a seção II.2.1 esclareceu que, ao menos do ponto de vista do PIB, a trajetória da economia do ERJ não sofreu grandes alterações durante a maior parte da década de 1990 (com exceção de 1999), rechaçando, em boa medida, a tese de Oliveira e Natal da ocorrência da inflexão em, respectivamente, 1993 e 1996.

Ressalta-se, ainda, que há uma diferença entre os dados apresentados no gráfico 2 com os do gráfico 1, que fica mais destacado pelo ano de 2009, em que o primeiro gráfico mostra uma queda neste ano, enquanto que o segundo apresenta um crescimento no Estado do Rio de Janeiro. Isto ocorre, pois um trata dos dados do PIB a preços de mercado, enquanto o outro trabalha com os dados de volume de PIB. A utilização do volume do PIB é mais indicada, uma vez que sofre menos flutuações dos preços e mede de forma mais consistente um aumento do produto local. Não se utilizou os dados de volume no gráfico 1, pois há incompatibilidade entre as diferentes metodologias de cálculo do PIB, permitindo apenas analisar os dados de valores para realizar a comparação com os anos anteriores.

Como pode ser visto pelo gráfico 2, que apresenta a evolução do volume do PIB nas principais Unidades Federativas, o Estado do Rio de Janeiro apresentou uma evolução, entre 1995 e 2010, bastante tímida, sendo o estado que menos cresceu nesse período.



Apesar do período de baixo crescimento da segunda metade da década de 1990, a situação era, inicialmente, semelhante nas demais unidades da federação, e no total do Brasil, fazendo



com que a trajetória do ERJ não se distanciasse muito das demais regiões entre os anos de 1995 e 2002. Porém, quando o Brasil passa a crescer de forma mais pronunciada, notadamente a partir de 2004, o Estado do Rio de Janeiro, mesmo apresentando taxas de variação consideravelmente superiores às do período pregresso, não acompanha na mesma medida o crescimento do país.

Mesmo o Estado de São Paulo, principal economia do país, que vinha apresentando um crescimento percentual semelhante ao da economia fluminense, passa a se distanciar desta a partir do ano de 2007. Cabe ressaltar que pela economia paulista ser bastante superior à fluminense, cerca de três vezes maior, um crescimento percentual equivalente é decorrente de um incremento do produto do ESP bastante superior ao do ERJ, levando a um aumento na diferença de investimentos e capacidade produtiva entre essas regiões.

Esse crescimento inferior da economia do Estado do Rio de Janeiro no período recente é preocupante, uma vez que o momento do Rio vem sendo percebido de forma positiva pela população e pelo meio acadêmico<sup>9</sup>. Ou seja, mesmo com a crença da melhora da economia, ainda há uma lacuna de crescimento, apesar dos esforços com a preparação para a realização dos megaeventos que acontecerão nos próximos anos na capital fluminense.

Os dados contidos no gráfico 2, apesar de mostrarem uma mudança na trajetória da economia fluminense, indicam que a aceleração do crescimento coincide com o mesmo efeito no total do Brasil, porém com maior intensidade no total da nação. O que leva a concluir que o aumento do PIB ocorrido no ERJ, principalmente a partir de 2004, é reflexo mais de uma mudança nas condições econômicas no total do país do que uma mudança da economia do ERJ. Nos últimos anos o crescimento brasileiro foi puxado, prioritariamente, pelo aumento do consumo interno<sup>10</sup>, sendo este efeito possível por três razões: aumento da renda, principalmente pela ampliação do salário mínimo; o aumento dos empregos formais e diminuição da taxa de desemprego; e a ampliação do crédito<sup>11</sup>.

Já o gráfico 3, que apresenta o crescimento anual do volume do PIB, entre 1995 e 2010, reforça que nos últimos anos, principalmente a partir de 2004, o produto fluminense vem apresentando um crescimento mais pronunciado e constante, o que difere do período pregresso. Nos 8 anos anteriores a 2004, apenas em dois anos a variação do volume do PIB do ERJ foi superior a 1%, o que por si só não pode ser considerado de todo ruim, uma vez que a economia

---

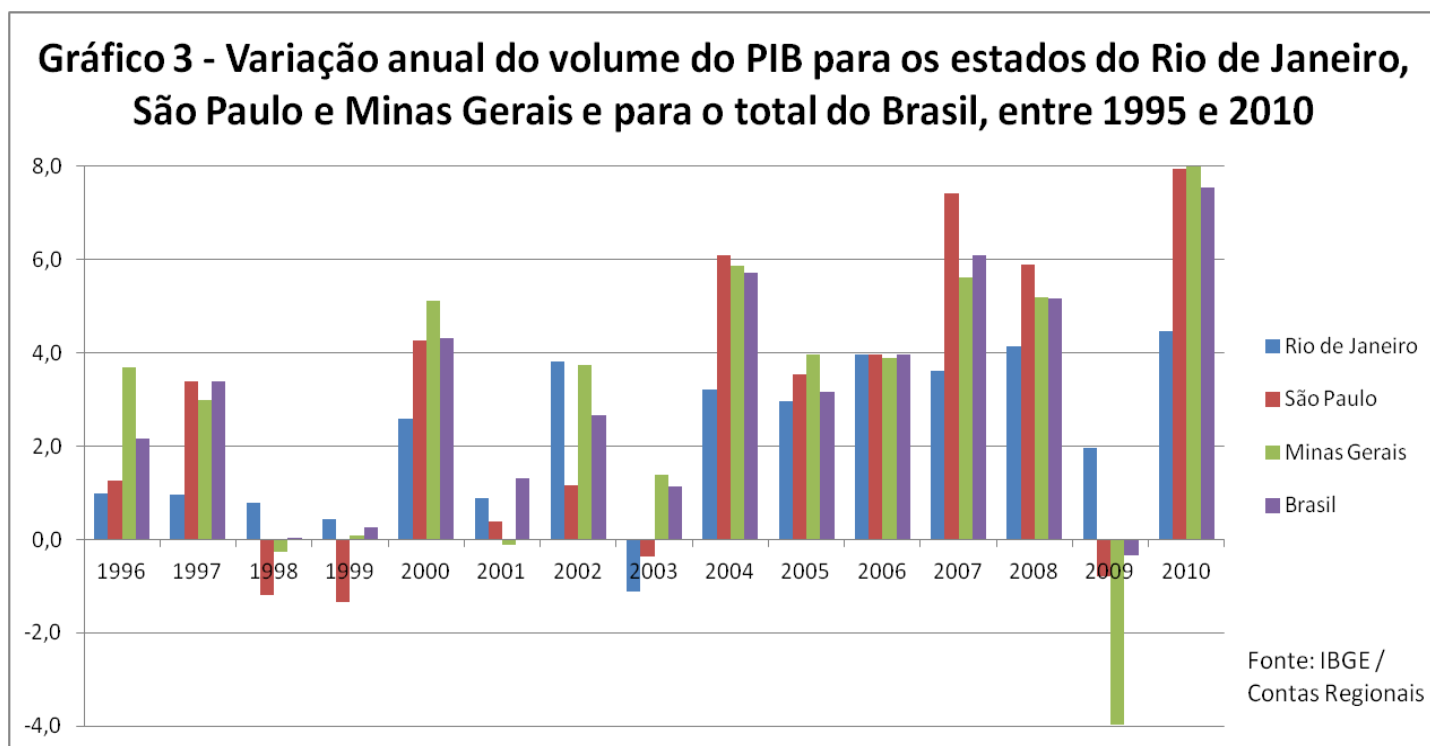
<sup>9</sup> Um reflexo dessa percepção positiva é o título do livro coordenado pelo falecido professor da UFRJ André Urani, em conjunto com Fabio Giambiagi, denominado Rio: A hora da virada (2011).

<sup>10</sup> Sobre o assunto, ver MOREIRA & MAGALHÃES (2013).

<sup>11</sup> De acordo com dados do Banco Central, apenas no ERJ o saldo de créditos concedidos para pessoas físicas teve uma ampliação nominal de mais de 600% entre 2004 e 2010.

brasileira vinha passando por um período de baixo crescimento, levando o estado a apresentar o maior crescimento entres as Unidades Federativas aqui analisadas em 3 destes anos.

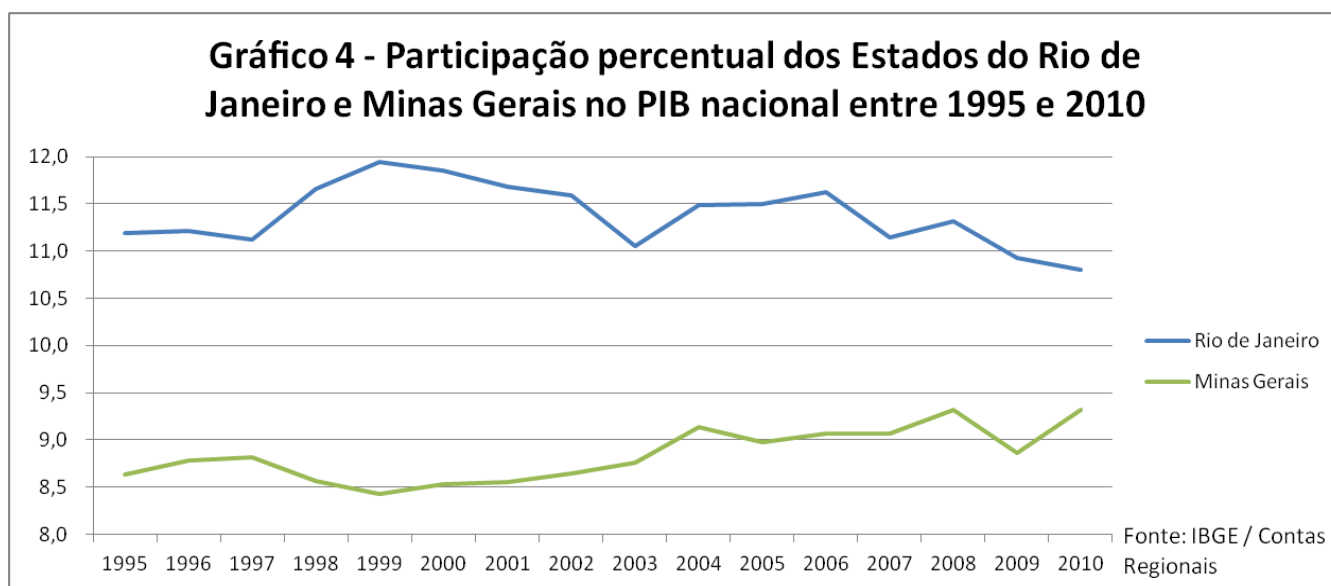
Apesar da variação positiva no período recente, desde 2004, o PIB do ERJ evoluiu de forma menos significativa do que os demais Estados analisados, com exceção ao ano de 2009, em que a crise se apresentou de forma mais significativa. Porém, pode ser destacado que nesse período as taxas de crescimento do estado, apesar de não serem muito elevadas, vêm apresentando uma constância que pode ser reflexo de uma mudança qualitativa da economia do Rio.



Este crescimento mais consolidado do PIB a partir de 2004 pode ser explicado pela ampliação da exploração do petróleo nas Bacias de Campos e de Santos. A partir deste ano o preço do petróleo no mercado internacional subiu consideravelmente, o que ampliou o valor da produção do Estado do Rio de Janeiro, além de aumentar os efeitos indiretos da cadeia do petróleo, como geração de renda e impostos. Porém a economia como um todo não demonstrou um dinamismo muito destacado, tendo obtido, desde 2004, entre os principais estados do Sudeste e o Brasil, apenas duas vezes o maior crescimento anual, sendo uma das vezes durante a crise, em que o restante dos territórios apresentou queda.

Além disso, durante os anos de maior crescimento, que foram 2008 e 2010, onde apresentaram mais de 4% de variação anual, o Estado do Rio de Janeiro obteve um incremento do seu produto consideravelmente inferior ao dos demais estados. Estes dados, apesar de apresentarem uma mudança na forma de crescimento do PIB a partir de 2004, demonstram que a economia do estado fluminense cresceu a taxas inferiores à nacional, mantendo a trajetória de perda de participação na economia brasileira.

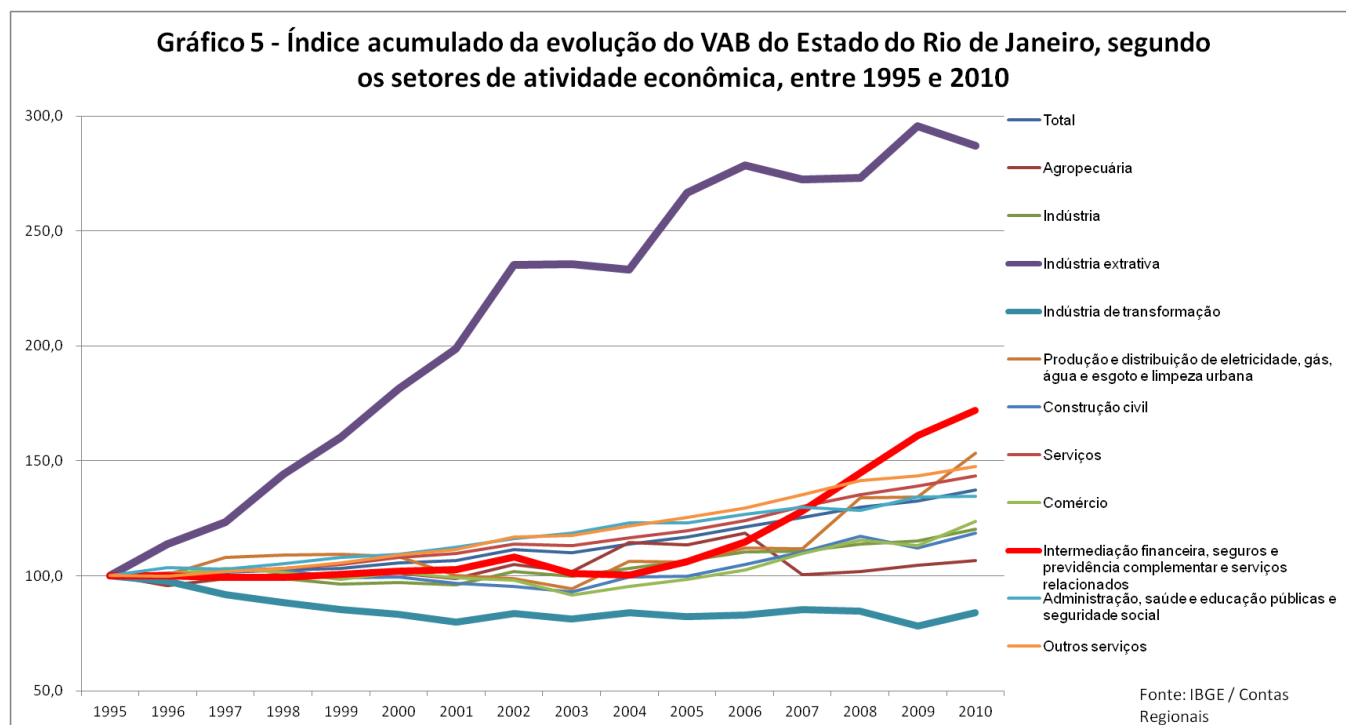
O gráfico 4 apresenta a evolução da participação do PIB dos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais no total do PIB nacional. Pode ser observado que, apesar de um incremento do peso do ERJ no final da década de 1990, houve uma redução de sua participação nacional nos anos mais recentes, reforçando a tese de que, mesmo no período recente, a economia fluminense vem apresentando uma evolução inferior a do total do país. Ademais, destaca-se que a participação do Estado de Minas Gerais no PIB nacional tem se aproximado do peso da economia fluminense, ou seja, se esta situação se mantiver, daqui a alguns anos a economia mineira será mais importante do que a do Rio de Janeiro.



A partir do que foi exposto pode ser concluído que apesar da aceleração do crescimento ocorrida no Estado do Rio de Janeiro, desde o ano de 2004, o dinamismo obtido nas demais Unidades da Federação foi mais elevado. Portanto, como dito na seção anterior, o crescimento observado pode derivar mais de uma mudança estrutural da economia do país, que passa a ter seu crescimento centrado no aumento do consumo, do que propriamente uma mudança qualitativa da trajetória da economia fluminense.

### II.2.3 – Evolução setorial do PIB fluminense

Já a partir do gráfico 5, que mostra a evolução do Valor Adicionado Bruto do Estado do Rio de Janeiro, a preços básicos, segundo os setores de atividade, entre 1995 e 2010, pode ser visto que a atividade que apresentou o maior crescimento no produto da economia fluminense foi a indústria extrativa mineral, tendo quase triplicado seu valor. Já o setor que apresentou a menor evolução foi o da indústria de transformação, que teve sua produção reduzida em quase 20%.



Estes dados demonstram que o setor mais dinâmico da economia fluminense nos últimos anos vem sendo a exploração de petróleo em alto-mar, e que a estrutura da indústria de transformação da economia do ERJ tem mantido uma posição discreta no desenvolvimento econômico do estado. Outro setor que apresentou alguma aceleração nos anos mais recentes é o de intermediação financeira, que vinha de sucessivas perdas levando à extinção da bolsa de valores no Rio de Janeiro. Apesar disso, a capital fluminense ainda mantém alguma importância neste setor, principalmente na área de seguros, uma vez que a Superintendência de Seguros Privado (SUSEP), que é o órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro, possui sua sede na cidade Carioca, o que influi na decisão de localização das empresas deste ramo.

A valorização recente dos preços dos imóveis, aliado aos investimentos feitos para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, levaram a um incremento do setor de construção civil nos últimos anos, que ainda não estão sendo captados por estes dados. Mas a ampliação deste setor pode beneficiar a indústria de produção de materiais para construção que já se encontra no ERJ.

A conclusão que pode ser retirada do gráfico 5 é a de que o único setor que vem se destacando na evolução do seu produto é o de extrativa mineral, puxado principalmente, como dito acima, pela produção de petróleo em alto-mar. Já os demais setores, excetuando-se a indústria de transformação, vêm apresentando uma evolução semelhante ao do total da economia, com uma aceleração recente da área de serviços financeiros.

Já do ponto de vista da composição setorial do produto estadual, a tabela 1, que mostra a composição percentual do VAB estadual segundo os diferentes setores, demonstra que, condizentemente com os dados apresentados anteriormente, o setor que mais apresentou aumento do seu peso no total do estado foi o de extrativa mineral, que chegou a possuir uma participação superior a 10 vezes o valor de 1995. Este setor foi o principal responsável pela ampliação da representatividade da indústria no PIB estadual, posto que os demais setores que a compõem ou apresentaram uma manutenção de sua participação ou uma queda.

<b>Tabela 1 - Composição do VAB do Estado do Rio de Janeiro, por setores de atividade, entre 1995 e 2010<sup>12</sup></b>																
<b>Setores de Atividade</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Agropecuária</b>	<b>0,8</b>	<b>0,7</b>	<b>0,7</b>	<b>0,6</b>	<b>0,6</b>	<b>0,7</b>	<b>0,7</b>	<b>0,5</b>	<b>0,6</b>	<b>0,6</b>	<b>0,5</b>	<b>0,5</b>	<b>0,4</b>	<b>0,4</b>	<b>0,5</b>	<b>0,4</b>
<b>Indústria</b>	<b>19,6</b>	<b>19,9</b>	<b>19,8</b>	<b>19,1</b>	<b>21,0</b>	<b>24,0</b>	<b>23,3</b>	<b>24,3</b>	<b>26,1</b>	<b>28,9</b>	<b>30,2</b>	<b>32,8</b>	<b>29,9</b>	<b>31,6</b>	<b>26,3</b>	<b>28,1</b>
Indústria extrativa	1,2	1,5	1,4	0,9	2,7	5,7	5,6	6,9	7,9	8,1	12,0	15,6	12,3	15,4	8,3	9,8
Indústria de transformação	9,8	9,5	9,4	9,1	9,7	9,8	9,3	9,1	10,1	12,0	10,2	9,6	10,0	9,9	10,1	9,9
Produção e distribuição de eletricidade, gás, água e esgoto e limpeza urbana	2,0	1,9	1,9	2,2	2,3	2,5	2,5	2,4	2,5	2,7	2,9	2,9	2,8	1,7	2,7	2,8
Construção civil	6,5	7,0	7,1	7,0	6,2	6,1	5,9	5,9	5,6	6,2	5,0	4,6	4,8	4,6	5,2	5,6
<b>Serviços</b>	<b>79,6</b>	<b>79,4</b>	<b>79,5</b>	<b>80,2</b>	<b>78,4</b>	<b>75,3</b>	<b>76,1</b>	<b>75,1</b>	<b>73,4</b>	<b>70,5</b>	<b>69,3</b>	<b>66,7</b>	<b>69,7</b>	<b>68,0</b>	<b>73,2</b>	<b>71,5</b>
Comércio	10,6	7,8	8,1	7,6	7,5	9,3	9,4	8,9	8,3	8,8	8,2	8,8	9,0	9,2	9,2	9,7
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	9,4	7,7	7,0	6,9	6,8	5,7	6,1	7,0	6,7	5,0	5,8	5,8	6,3	5,3	6,4	6,5
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	20,3	20,1	19,6	19,2	19,0	18,4	19,7	19,4	18,8	18,0	17,8	17,2	18,1	17,9	18,8	18,7
Outros serviços	39,4	43,8	44,8	46,6	45,0	41,9	40,9	39,8	39,6	38,6	37,5	34,8	36,4	35,6	38,8	36,6

Fonte: IBGE / Contas Regionais

<sup>12</sup> Estes dados se referem ao Valor Adicionado Bruto para cada setor, enquanto que o Gráfico 5 se refere ao índice encadeado do volume do Valor Adicionado Bruto. O IBGE não disponibiliza os dois índices com a mesma metodologia.

No setor de serviços ocorreu uma diminuição da participação, causado pelo menor crescimento comparativamente à indústria extrativa e pela crise ocorrida em alguns setores, como o de intermediação financeira que passou de 9,4% do Valor Adicionado Bruto estadual em 1995, para 6,5% em 2010. Além deste setor, o de Administração, saúde e educação públicas e seguridade social passou de 20,3% em 1995, para 18,7% no último ano, isto deriva de alguma desestruturação da máquina pública ocorrida no período, aliado ao aumento de terceirizações e uma retomada da atividade econômica, diminuindo, assim, o peso do setor público no total da economia. O setor público, que vinha apresentando sucessivas quedas está começando a mostrar alguma reversão, pois entre o ano de 2006, em que este setor apresentou o menor nível, e o último ano, houve um incremento da participação no VAB estadual de 1,5%.

Apresenta-se como uma das justificativas para a tese de inflexão positiva da economia fluminense a instalação de diversas plantas industriais no território do Estado do Rio de Janeiro, como exemplifica Jorge Natal (2004, p. 78), “foram realizados significativos investimentos privados na construção do parque gráfico de O Globo (na BR 040, a Rio-Juiz de Fora), na instalação da Peugeot-Citröen e da Volkswagen (em Resende), da Guardian (em Porto Real)”. Porém, os dados da composição do VAB demonstram que a instalação destes empreendimentos, apesar de importantes, não conseguiram promover sozinhos o aumento da participação do setor da indústria de transformação fluminense, tendo este apenas mantido seu peso frente aos demais setores da economia.

Ou seja, pode se concluir que o crescimento do PIB obtido desde 2000 e, principalmente, a partir de 2004 é reflexo, em grande parte, de um aumento da produção de petróleo e não de uma dinamização da economia como um todo. Por ser um recurso finito, é interessante que o Estado do Rio de Janeiro aproveite os investimentos realizados neste setor para promover uma maior diversificação de sua economia.

### **II.3 – EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL**

Esta seção tem por objetivo avaliar a evolução do emprego formal no Estado do Rio de Janeiro e está organizada em três partes. A primeira se centra no desempenho temporal da economia fluminense de forma a localizar mudanças na trajetória dos empregos formais. Em seguida é feita uma análise comparativa do mercado de trabalho fluminense com o dos demais

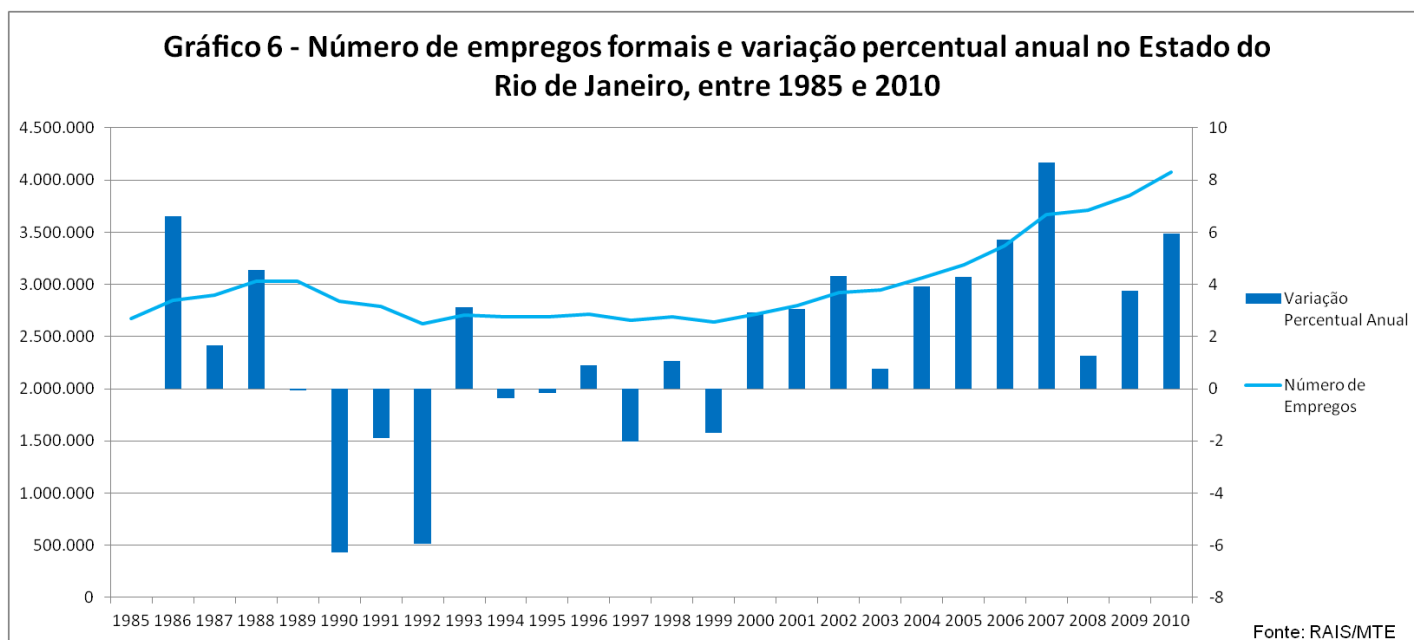
estados brasileiros e, por último, é feita um acompanhamento da evolução dos empregos segundo os diferentes setores da economia, buscando localizar aqueles mais e menos dinâmicos.

O nível de emprego é uma variável importante nos estudos econômicos, pois além de oferecer uma estimativa da situação da economia, permite uma análise mais consistente do bem-estar da população do que o oferecido pelo PIB, uma vez que um maior número de trabalhadores significa que, pelo menos em parte, a renda do produto deste território está sendo retida para seus habitantes.

Como dito na seção de definição de variáveis, a base de dados utilizada será a da RAIS do Ministério do Trabalho e Emprego. Esta base reúne o estoque dos empregos formais de todos os anos entre 1985 e 2010, sendo disponível, também, uma análise territorial até a esfera dos municípios. Nesta análise serão utilizados todos os anos da pesquisa, para tentar localizar uma efetiva retomada do crescimento econômico no Estado do Rio de Janeiro.

### **II.3.1 – Evolução do Emprego Formal fluminense**

O gráfico 6 apresenta os dados da evolução do número de empregos formais e suas variações percentuais anuais no Estado do Rio de Janeiro entre os anos de 1985 e 2010. A partir dele, pode se notar que, assim como no PIB, a década de 1990 apresentou uma estabilidade no nível de emprego, só passando a ter um crescimento mais continuado a partir do ano 2000. Deve ser ressaltado, inclusive, que o número de trabalhadores formais no ERJ foi, durante toda a década de 1990, inferior ao existente ao final da década anterior, sendo superado somente no ano de 2004. Destaca-se, também, a queda dos empregos ocorrida em 1990, 1991 e 1992, que levou o estado a apresentar um número empregados formais inferior ao de 1985. Esta queda se deveu, além da grave e profunda crise pela qual o território fluminense vinha passando, pelas políticas do Governo Federal à época, como a abertura do mercado e o descontrole inflacionário. Cabe ressaltar, porém, que este não foi um fenômeno exclusivo do ERJ, uma vez que as duas últimas causas afetaram toda a nação.



A partir do ano 2000 o nível de empregos passa a apresentar uma melhora significativa em comparação ao período anterior, o que levou ao mercado de trabalho fluminense a apresentar desde então variações anuais positivas do seu número de trabalhadores. Este efeito, assim como no PIB, passa a se acelerar do ano de 2004 em diante, fazendo com que os empregos formais tenham crescido nesse período (de 2004 a 2010) mais do que em todo o período pregresso aqui analisado.

Adicionalmente, a tabela 2, que apresenta a variação percentual anual dos empregos formais no ERJ, permite observar que a economia fluminense passou por quatro fases distintas em sua trajetória no período entre 1985 e 2010. Em um primeiro momento, que vai de 1985 a 1989, o mercado de trabalho do estado apresentou um crescimento, passando por uma queda e estagnação durante toda a década de 1990. Já a partir de 2000, os empregos no ERJ voltam a encontrar o caminho do crescimento, este sendo acelerado a partir de 2004.

<b>Tabela 2 - Variação percentual anual dos empregos formais no Estado do Rio de Janeiro</b>	
Período analisado	Variação percentual anual
1985-1989	3,16
1989-2000	-0,98
2000-2004	3,01
2004-2010	4,91

Fonte: RAIS/MTE

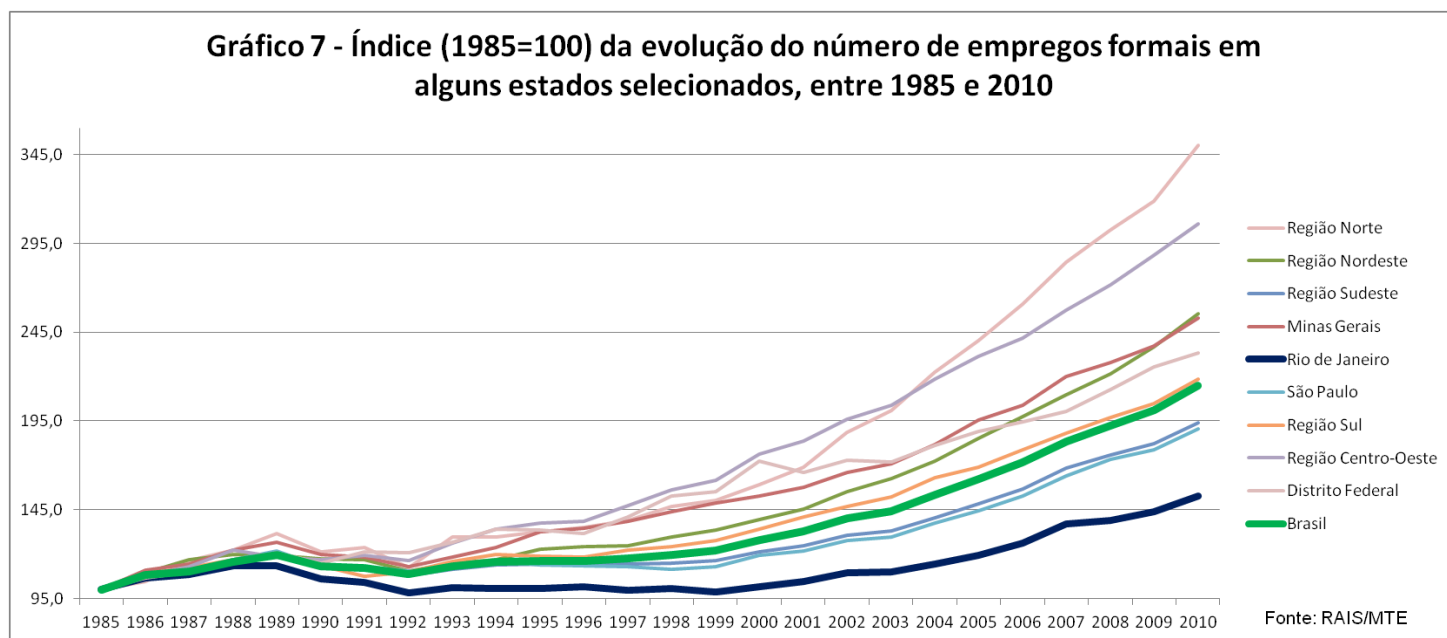


Ou seja, assim como na variável do PIB, a tese de uma inflexão positiva no Estado do Rio de Janeiro ocorrida na década de 1990 não pode ser comprovada pela análise temporal dos dados de empregos formais no estado. Porém pôde ser notada uma alteração da trajetória a partir do ano 2000, com uma aceleração considerável a partir de 2004, indicando que é mais provável ter ocorrido a inflexão neste último ano.

### II.3.2 – Crescimento comparativo do Emprego Formal fluminense

Do ponto de vista da evolução do mercado de trabalho do Estado do Rio de Janeiro comparativamente às demais Unidades da Federação, pode ser visto, através do gráfico 7, que apresenta o índice encadeado da evolução dos empregos formais no Estado do Rio de Janeiro, entre 1985 e 2010, que o desempenho do ERJ foi bastante fraco em relação ao total da nação.

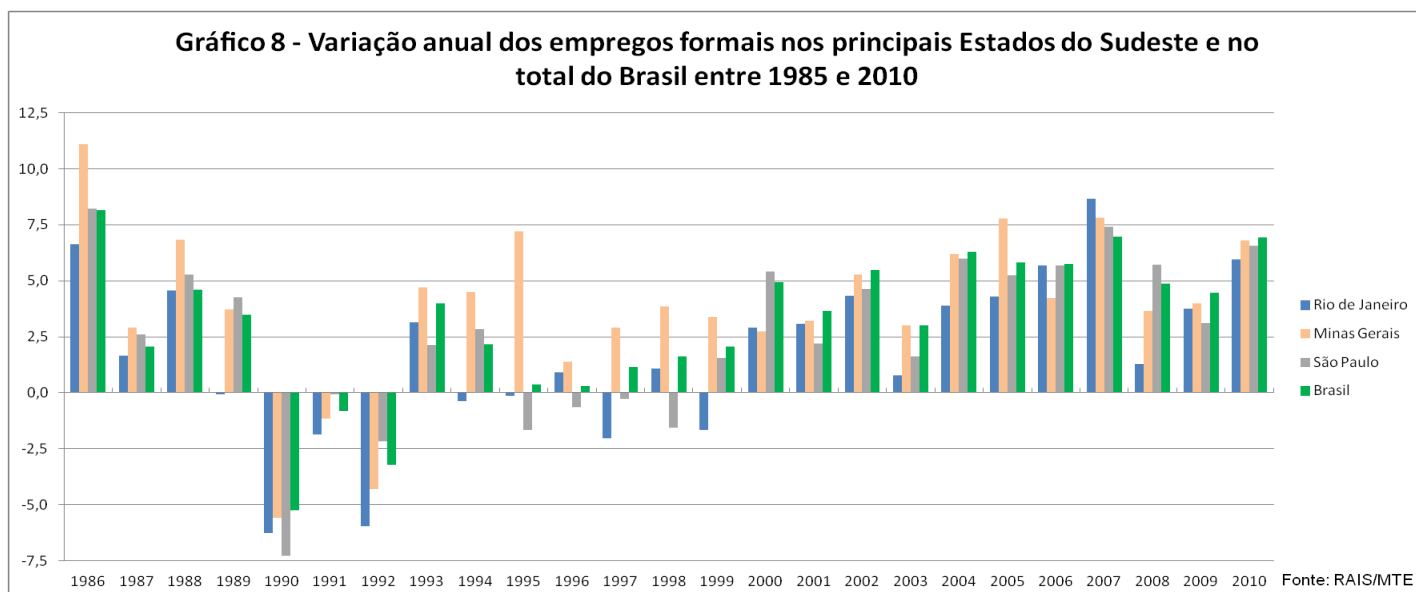
Até o ano de 1988, os empregos formais no território fluminense vinham acompanhando a trajetória de expansão do restante da nação, porém, como visto na seção anterior, houve uma grave crise no mercado de trabalho no início da década de 1990, que atingiu todo o país e levou a uma diminuição do emprego existente. Apesar de a crise ser nacional, ela atingiu em maior escala a economia do ERJ, fazendo com que este apresentasse um índice inferior ao das demais Unidades Federativas.



Durante toda a década de 1990 o baixo crescimento do nível de emprego formal do ERJ foi acompanhado pela média do país, porém, a partir de 1999, o Brasil passa a crescer de forma mais significativa, enquanto que o território fluminense apresenta uma variação mais tímida. Isto levou a uma ampliação da diferença entre o índice de emprego nacional e o fluminense, mesmo no período recente em que o crescimento do ERJ passou a ser mais consistente.

Isto demonstra que, apesar da melhora recente ocorrida no mercado de trabalho do Estado do Rio de Janeiro, esta pode ter sido, assim como explicitado na seção II.2.2 referente ao PIB, apenas um reflexo da mudança ocorrida no cenário nacional, que levaram a um crescimento a partir do consumo interno, causado pelo aumento da renda, do crédito e dos empregos formais, uma vez que as taxas de crescimento do ERJ vêm sendo menos importantes que as do total do Brasil.

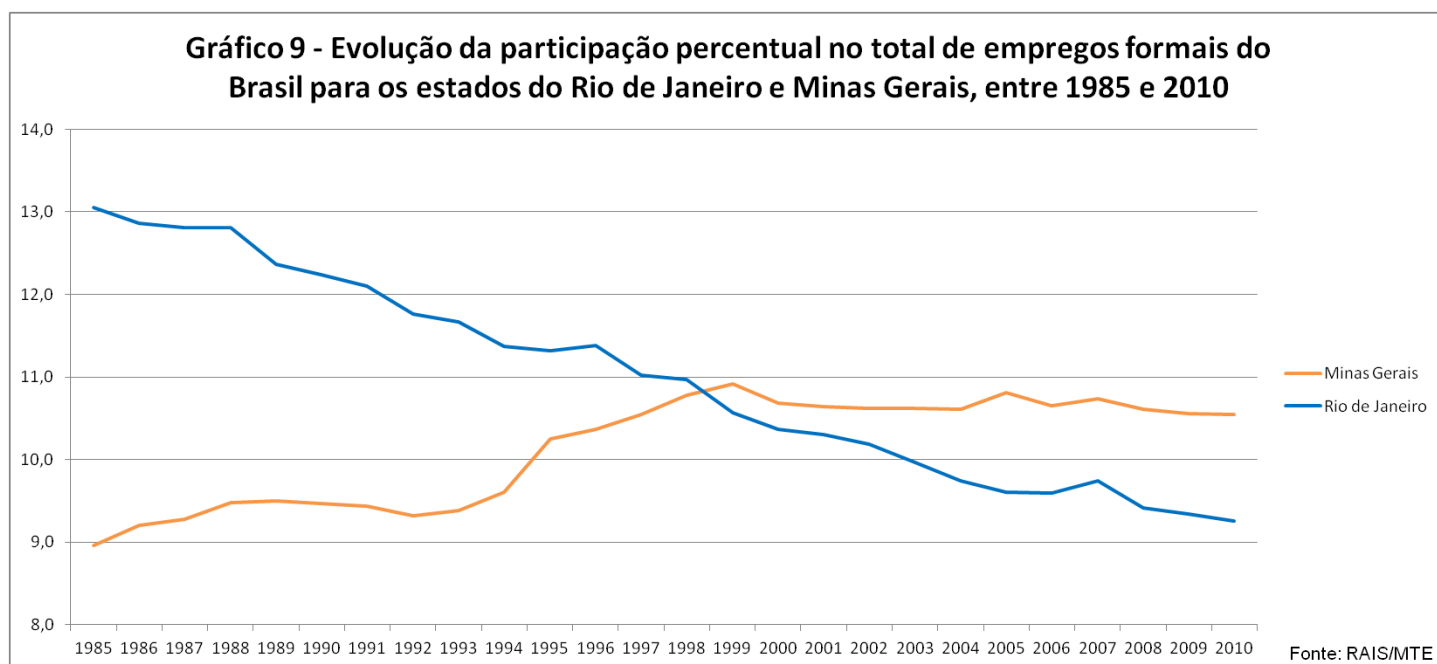
Somado a isso, pode ser visto através do gráfico 8, que apresenta as variações anuais do emprego formal nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e no total do Brasil, entre os anos de 1985 e 2010, que o crescimento do número de trabalhadores do território fluminense não acompanhou o dinamismo ocorrido nas demais regiões analisadas. Com exceção ao ano de 2007 em que o território fluminense apresentou o maior crescimento entre os estados aqui listados<sup>13</sup>, nos demais anos o ERJ obteve resultados, nos melhores casos, próximos ao das outras regiões analisadas.



<sup>13</sup> Cabe ressaltar que a variação mais contundente ocorrida no ano de 2007 no Estado do Rio de Janeiro deriva, em boa parte, de um erro de cadastramento do IBGE que incluiu na cidade do Rio de Janeiro todos os recenseadores do Brasil que foram contratados para realizar a contagem da população, realizada neste ano, tendo aumentado em mais de 100 mil o número de empregados formais. Este fato explica também o crescimento mais moderado no ano de 2008, pois a maior parte destes empregados foi demitida ao fim da pesquisa.

A título de conhecimento, cabe destaque para o efeito nefasto sobre o nível de empregos nos estados aqui analisados da alta inflação e da abertura comercial realizada no governo do presidente Collor, que levou à diminuição do número de empregos no país por três anos seguidos. Adicionalmente, pode ser visto que contribuiu para o baixo crescimento do mercado de trabalho brasileiro a manutenção do câmbio valorizado no início do Plano Real, sendo que, com o fim do uso da âncora cambial ocorrida no início de 1999, o país passou a apresentar uma dinamização dessa variável.

Assim como no PIB, ao se comparar a evolução do peso dos empregos formais no total da nação, para os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, pode ser visto, através do gráfico 9, que o ERJ apresentou um perda de participação bastante forte, enquanto que o seu equivalente mineiro obteve um aumento de seu peso relativo. Este aumento de Minas Gerais, aliado à queda ocorrida no território fluminense, fez com que o primeiro destes estados passasse a possuir um número superior de empregados formais. Mesmo no período mais recente, com a retomada de um crescimento, inicialmente a partir de 2000 e, com mais força, após 2004, como citado na seção II.3.1, o peso dos empregos do Estado do Rio de Janeiro continuou a diminuir no cenário nacional.



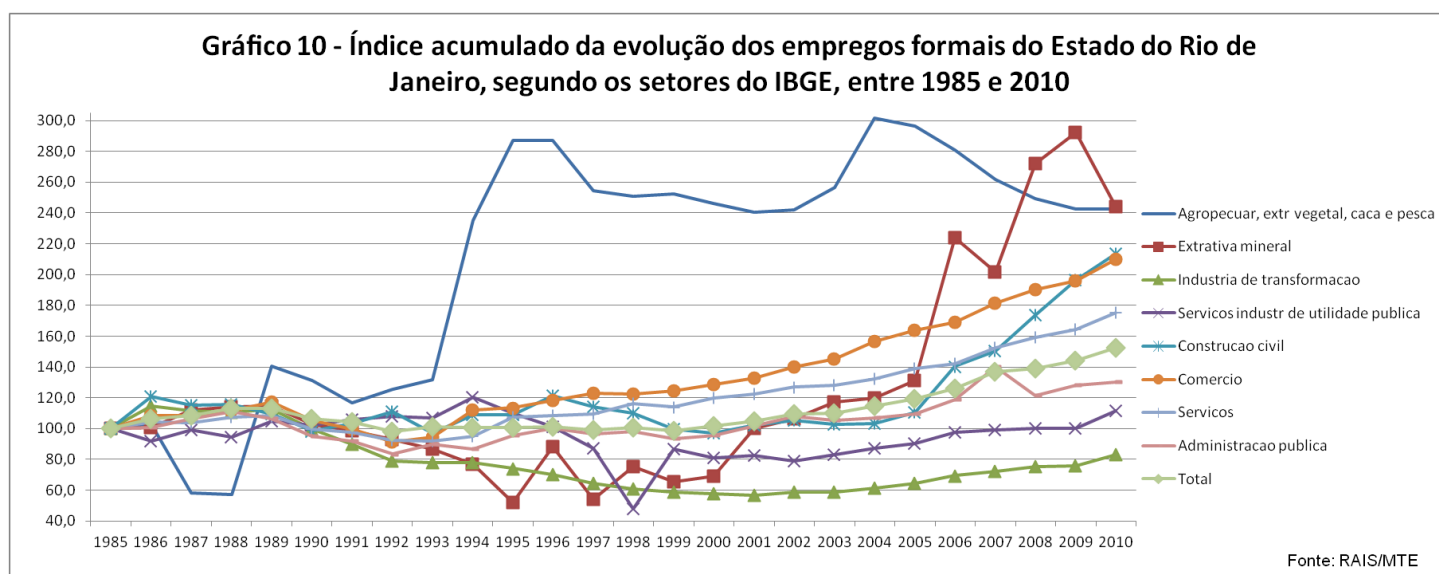
Concluindo, apesar do crescimento ocorrido no território fluminense a partir de 2004, o restante do país apresentou variações superiores, o que leva a ideia de que a dinamização ocorrida

no Estado do Rio de Janeiro derivou mais da mudança de padrão de crescimento da economia nacional do que uma dinamização própria da economia local.

### II.3.3 – Evolução setorial do Emprego Formal fluminense

Do ponto de vista da evolução setorial dos empregos formais no Estado do Rio de Janeiro, pode ser visto, a partir do gráfico 10, que os setores mais dinâmicos foram da indústria extrativa mineral e da agropecuária. Este último, apresentou uma variação percentual bastante elevada, mas ainda representa uma quantidade muito pequena do total de trabalhadores do estado. Este setor ainda passou por uma forte fiscalização a partir do início da década de 1990, que levou a um aumento de empregados formais, mas que provavelmente já exerciam tal atividade sem possuírem vínculos formais de trabalho.

A indústria extrativa mineral, que possui como sua principal atividade no ERJ a extração de petróleo, apresentou um forte crescimento a partir de 2006, após mais de uma década de estagnação. Esta atividade, além de ter tido um dinamismo considerável no emprego formal, foi a que obteve o maior incremento do PIB, como visto na seção II.2.3. Porém, diferentemente do que ocorreu no produto desta atividade, em que houve um crescimento forte e constante desde 1995, no quesito de número de trabalhadores esse efeito só pôde começar a ser observado a partir do ano de 2001, com uma aceleração mais pronunciada em 2006.



Já a indústria de transformação, assim como no PIB, obteve uma queda no número de empregos formais ao longo dos anos analisados, fazendo com que este setor tenha tido o menor crescimento entre os setores do ERJ. Se a análise se baseasse apenas no crescimento do mercado de trabalho, a conclusão que poderia ser tirada é a de que ocorreu um crescimento da produtividade do trabalhador, via melhoras nos processos produtivos e mecanização, e, conseqüentemente, uma diminuição no número de trabalhadores necessários. Porém, ao se calcar nos dados de evolução do PIB, pode ser visto que ocorreu, na realidade, uma diminuição, tanto de produção quanto de valor produzido, da indústria de transformação no Estado do Rio de Janeiro.

Por ser um setor de grande importância para o total da economia, uma vez que a sua produção demanda uma série de produtos, matérias-primas e serviços de outros setores, a queda da indústria de transformação pode ser um dos principais fatores que fizeram a economia fluminense crescer menos do que os demais estados, apesar da melhora recente das perspectivas.

Cabe, porém, ressaltar que durante a década de 1990 houve, de acordo com Saboia (2001), uma queda do número de empregos industriais em todo o Brasil, na ordem de 27,1% entre 1989 e 1998. Apesar dessa diminuição em todo o país, o autor destaca também que o Estado do Rio de Janeiro foi aquele que teve a maior perda de empregos industriais, causado por "um

**Tabela 3 - Composição dos empregos formais do Estado do Rio de Janeiro, por setores do IBGE, entre 1985 e 2010**

<b>Setores de Atividade</b>	<b>1985</b>	<b>1986</b>	<b>1987</b>	<b>1988</b>	<b>1989</b>	<b>1990</b>	<b>1991</b>	<b>1992</b>	<b>1993</b>	<b>1994</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Agropecuária, extr. vegetal, caça e pesca	0,4	0,3	0,2	0,2	0,4	0,4	0,4	0,5	0,5	0,8	1,0	1,0	0,9
Extrativa Mineral	0,6	0,6	0,7	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,5	0,5	0,3	0,6	0,3
Indústria de Transformação	19,5	20,9	20,0	19,0	19,3	18,3	16,8	15,7	15,0	15,1	14,3	13,5	12,6
Serviços Industriais de Utilidade Pública	1,9	1,6	1,7	1,5	1,7	1,8	1,9	2,0	2,0	2,2	2,0	1,8	1,6
Construção Civil	3,9	4,5	4,2	4,0	3,8	3,6	3,9	4,5	3,8	4,3	4,3	4,7	4,5
Comércio	14,0	14,3	14,0	13,8	14,5	13,9	13,4	13,1	13,1	15,6	15,8	16,4	17,4
Serviços	37,9	37,1	36,3	35,8	36,2	35,6	35,5	35,7	34,5	35,8	40,4	40,5	41,8
Administração Pública	21,3	20,1	20,9	20,8	20,0	19,0	18,8	18,1	18,9	18,4	20,3	21,1	20,7
<b>Setores de Atividade</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Agropecuária, extr. vegetal, caça e pesca	0,9	0,9	0,9	0,8	0,8	0,8	0,9	0,9	0,8	0,7	0,6	0,6	0,6
Extrativa Mineral	0,5	0,4	0,4	0,6	0,6	0,7	0,7	0,7	1,1	0,9	1,2	1,3	1,0
Indústria de Transformação	11,8	11,6	11,1	10,5	10,5	10,4	10,4	10,5	10,7	10,3	10,6	10,3	10,6
Serviços Industriais de Utilidade Pública	0,9	1,6	1,5	1,5	1,3	1,4	1,4	1,4	1,4	1,3	1,3	1,3	1,4
Construção Civil	4,3	4,0	3,8	3,8	3,8	3,7	3,5	3,6	4,4	4,3	4,9	5,4	5,5
Comércio	17,1	17,7	17,7	17,8	18,0	18,5	19,2	19,3	18,8	18,6	19,2	19,1	19,3
Serviços	43,8	43,7	44,7	44,3	43,9	44,1	43,8	44,0	42,7	42,1	43,4	43,2	43,5
Administração Pública	20,8	20,1	20,0	20,6	21,0	20,4	20,0	19,5	20,0	21,8	18,6	18,9	18,2

Fonte: RAIS / MTE

processo de desindustrialização há anos".

Além destes setores, cabe destaque para a evolução dos empregos formais no comércio e, mais recentemente, na construção civil. O primeiro destes foi beneficiado pela melhora da economia e pela diminuição da desigualdade, levando ao mercado consumidor uma parcela importante da população que não participava ativamente destas transações, a chamada classe C. Esta classe social, aliado à queda dos juros e uma melhora da percepção da economia, impulsionaram o setor de construção civil no período recente, fazendo com que este setor possuía um número de empregados superior ao dobro existente em 2004<sup>14</sup>.

Já do ponto de vista da composição do emprego formal no Estado do Rio de Janeiro, segundo os setores do IBGE, fica marcante a perda de participação da indústria de transformação, que representava cerca de 20% da mão de obra na década de 1980 e, em 2010, passou a cerca de 10% do total de trabalhadores. O setor que mais aumentou seu peso foi o de serviços, que passou de 37% para cerca de 43% do total de empregos formais da economia fluminense. Esta última variação, porém, pode derivar da diminuição do primeiro setor citado, pois ocorreu a partir da década de 1990 um re-ordenamento da força de trabalho, com aumento das terceirizações e focalização na atividade fim das empresas, ou seja, os estabelecimentos que possuíam um advogado ou contador contratado diretamente passaram a contratar firmas independentes para realizar o mesmo serviço<sup>15</sup>, diminuindo, assim, o número de empregados nos estabelecimentos industriais. Este efeito pode explicar, em parte, a perda de importância da indústria de transformação, porém, como dito mais acima, o PIB demonstra que este setor apresentou uma real diminuição de sua produção no ERJ, ao menos entre 1995 e 2010.

Há, em contrapartida ao exposto no último parágrafo, que se destacar que, apesar da diminuição da produção e do número de empregados, ocorreu um aumento da produtividade do trabalhador industrial, pois enquanto que a participação dos empregados neste setor diminuiu para quase a metade, o produto industrial manteve seu peso na economia fluminense, como mostrado na tabela 1. Ainda na associação entre a participação no PIB e no emprego, cabe destaque para o setor de extrativa mineral, que no produto chegou a representar 15% do total, no emprego a sua participação mais elevada foi de 1,3%. Esta grande diferença decorre do fato da

---

<sup>14</sup> Sobre o assunto, MOREIRA & MAGALHÃES (2013) dizem: "[...] a renda da população brasileira aumentou substancialmente nos últimos anos, levando a uma maior participação da classe C no total, em substituição as classes D e E. O resultado deste processo é que uma parcela considerável da população, que não tinha acesso aos bens de consumo, tornou-se a grande consumidora destes bens".

<sup>15</sup> Segundo Zanellato (2007), "Para muitas empresas a subcontratação/terceirização foi uma medida estratégica encontrada para facilitar o enfrentamento do quadro de concorrência dos anos 90".

atividade de exploração de petróleo ser altamente intensiva em capital, ou seja, emprega uma quantidade pequena de pessoas em relação ao total do capital usado. Apesar do número pequeno de empregados diretos, em torno de 1% do total de empregos do ERJ, o setor é altamente demandante de produtos de outras áreas, o que acarreta em um valor considerável de empregos indiretos, além de oferecer um pagamento considerável de impostos e de royalties, que dinamizam os municípios mais litorâneos.

O comércio apresentou um forte crescimento de sua participação no número de empregados, principalmente a partir de 1994, quando da estabilização monetária, alcançada pela adoção do Plano Real, que permitiu um aumento substancial da garantia institucional dos lucros neste setor. Com a inflação controlada, os micro e pequenos empresários do comércio passaram a ter uma maior segurança no seu planejamento, possibilitando a expansão de seus empreendimentos e, conseqüentemente, ampliando o número de empregados contratados. Além disso, a melhora da renda da população das faixas menos favorecidas colaborou com o aumento de importância deste setor na economia.

A diminuição da participação dos empregos na administração pública pode ser explicada por três movimentos principais, o primeiro da desarticulação deste setor, com um pequeno número de contratações e uma quantidade considerável de funcionários se aposentando e, um segundo movimento pode ser justificado pelo aumento da contratação de serviços terceirizados, diminuindo, assim, os contratados diretamente pelos entes públicos. O terceiro é a ocorrência de um aumento do número de empregos nos demais setores da economia o que diminuiu o peso da administração pública no total.

Porém, este último ponto, como vimos, pode explicar somente a diminuição recente dessa participação, pois os empregos só passaram a crescer de forma mais consistente a partir de 2004, não podendo ser justificativa da redução anterior.

Por fim, conclui-se que apesar de um forte aumento da indústria extrativa mineral, associada a exploração de petróleo em alto-mar, os empregos diretos deste setor não podem ser responsáveis pela dinamização recente do mercado de trabalho fluminense, pelo seu peso diminuto no total da economia, diferentemente do que ocorreu no PIB. Os setores que apresentaram o maior aumento de importância no total de empregos, são o comércio e os serviços, que refletem um aumento da renda da população e uma maior terceirização da economia. Porém estes efeitos podem ser associados aos impactos indiretos das atividades vinculadas a exploração de petróleo em alto-mar.

## II.4 – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS FISCAIS DOS ESTADOS

Nesta seção será realizada uma análise da Receitas do Governo do Estado do Rio de Janeiro, tanto do ponto de vista das suas receitas correntes, quanto de suas receitas tributárias. A análise será dividida em duas seções, a primeira buscando analisar a evolução das receitas do ERJ ao longo dos anos, desde 1986 até 2010. Já a segunda busca traçar um comparativo entre essas receitas fluminense e a dos estados de São Paulo, Minas Gerais e da soma do total das Unidades Federativas.

Com isto espera-se traçar um panorama da evolução, tanto da economia do ERJ, quanto da capacidade de gastos do Governo. As receitas tributárias, que são compostas pelos impostos, taxas e contribuições de melhoria, permitem ter uma estimativa da evolução da economia, uma vez que sua composição depende mais diretamente da atividade econômica realizada no território, além de indicar a capacidade de geração de receitas próprias do Governo.

Já as receitas correntes apresentam uma composição mais segmentada, incluindo não só as receitas tributárias, como as provenientes de Contribuições, Patrimonial, Agropecuária, Industrial, de Serviços, Transferências Correntes e Outras Receitas Correntes. Estas receitas representam a quase totalidade das receitas públicas disponíveis aos Governos Estaduais, com mais de 95% do peso das receitas totais. Apesar de indicar mais precisamente a capacidade de gastos do setor público estadual, ela é menos eficiente do que as receitas tributárias na estimativa da atividade econômica, posto que o peso das transferências de outros entes públicos (principalmente o Governo Federal) interfere na aferição da capacidade produtiva local.

A diferença entre as receitas tributárias e as receitas correntes advém, em boa medida, das transferências correntes recebidas. Em estados com menor capacidade produtiva, as receitas tributárias representam cerca de 20% do total das receitas correntes<sup>16</sup>, enquanto que as transferências correntes chegam a representar mais de 60% das receitas correntes. Já aqueles estados que possuem um maior parque produtivo, estas proporções se invertem.

Pela existência dessas diferenças, é válido que a análise leve em consideração as duas receitas, tanto a tributária quanto a corrente. Isto irá permitir a análise tanto da capacidade de gastos do Governo do Estado do Rio de Janeiro ao longo dos anos mais recentes, quanto irá apresentar mais uma estimativa para a evolução econômica do território fluminense.

---

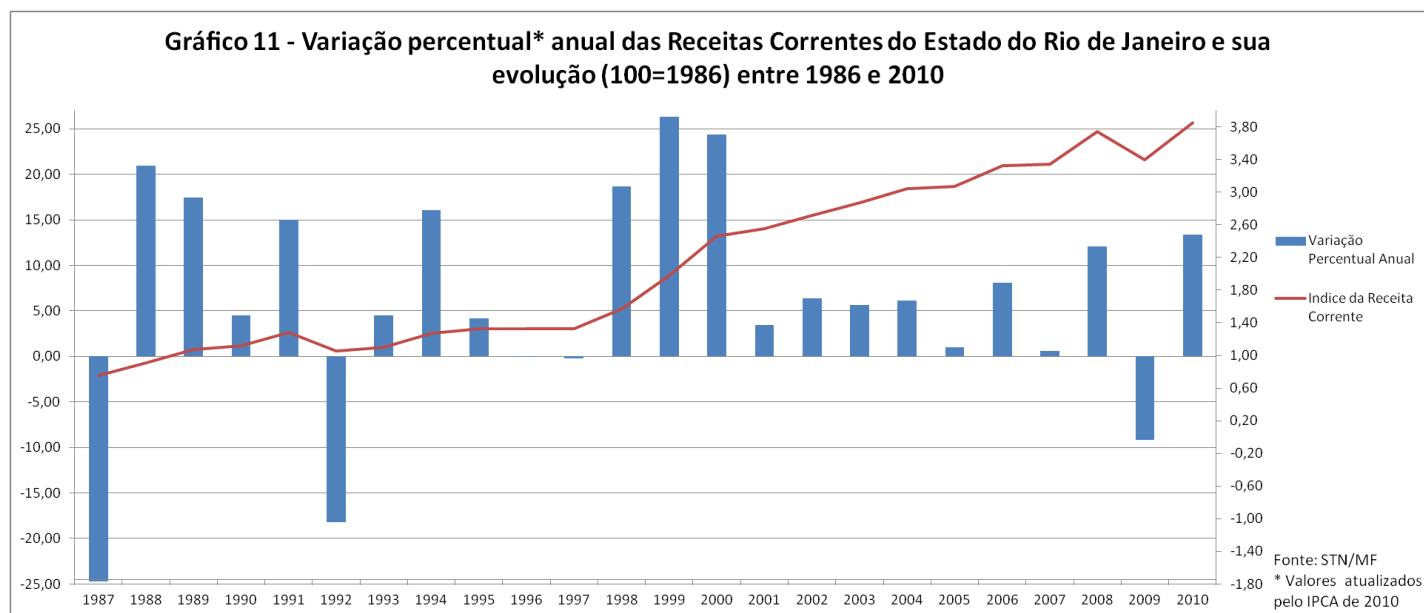
<sup>16</sup> No caso do Amapá, em 2010, 18,73% das receitas correntes do Governo Estadual proviam de receitas tributárias, enquanto que as transferências correntes representavam 74,94% do total.



## II.4.1 – Evolução das Receitas Fiscais fluminense

As Receitas Correntes que, como dito na última seção, correspondem a praticamente a totalidade das receitas disponíveis do Governo do Estado, apresentaram uma forte evolução no período analisado. O gráfico 11 mostra que estas receitas obtiveram uma expansão bastante considerável, tendo se ampliado quase 3 vezes durante estes anos. Ressalta-se que este crescimento é bastante importante, uma vez que o setor público estadual desempenha um papel relevante no desenvolvimento econômico do território fluminense.

Estes dados permitem, ainda, confirmar a existência de uma crise de proporções consideráveis no Estado do Rio de Janeiro, uma vez que entre os anos de 1986 e 1997 as Receitas Correntes do Governo Estadual só haviam sido ampliadas em 32% e no mesmo intervalo de tempo seguinte estas mesmas receitas foram quase triplicadas. Até o ano de 1997 os recursos da esfera estadual pouco oscilaram, refletindo o pequeno dinamismo da economia fluminense e a forte desestruturação ocorrida na máquina pública estadual, que não possuía mais uma capacidade de fiscalização, permitindo um grande nível de sonegação fiscal.

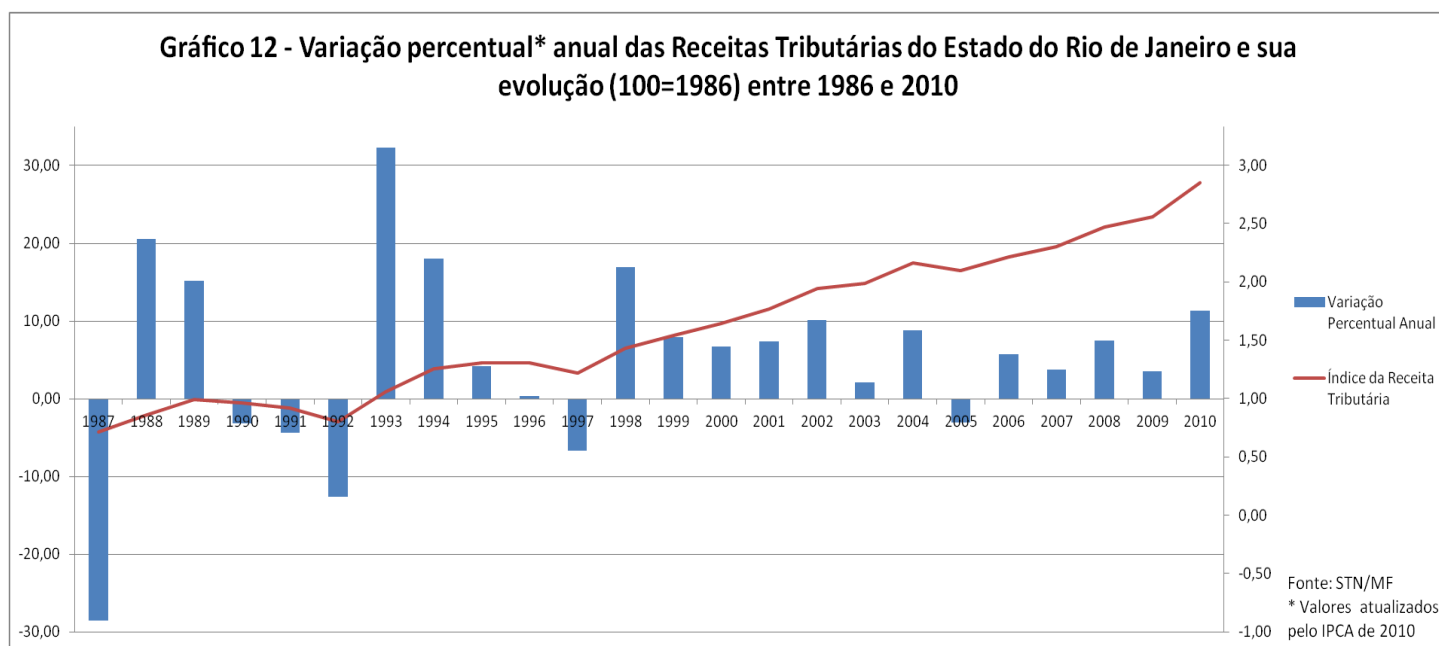


A partir de 1998 as Receitas Correntes do Governo do Estado do Rio de Janeiro passaram a apresentar um crescimento considerável, tendo altas taxas de crescimento nos anos seguintes, até o ano de 2000. Nestes 3 anos as receitas estaduais quase dobraram e apresentaram taxas

anuais de crescimento próximas de 20%. Este crescimento se manteve nos anos seguintes, apesar de ocorrer de forma menos expressiva, com exceção do ano de 2009, devido à crise internacional.

Uma das explicações para este forte aumento das receitas do ERJ, é a mudança ocorrida na regulação da exploração de petróleo e nos royalties, que levaram ao Rio de Janeiro, principal produtor desta commodity no Brasil, a obter grandes somas de recursos provenientes desta atividade. Além disto, os repasses da esfera federal foram ampliados e os Governos estaduais passaram, principalmente a partir de 1997, com a adesão ao Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal, que permitia uma renegociação das dívidas estaduais tendo como contrapartida uma série de metas a serem cumpridas<sup>17</sup>, a apresentar uma política mais agressiva de ampliação de suas receitas.

O gráfico 12 traz alguns elementos que podem comprovar que este forte aumento das receitas não derivou, em boa medida, de uma dinamização da economia do ERJ, mas sim de um aumento de outros recursos que não são diretamente vinculados à dinâmica econômica. Este gráfico apresenta os dados de variação percentual real anual e o índice de evolução das Receitas Tributárias do Governo do Estado do Rio de Janeiro, entre 1986 e 2010.



Como citado na seção anterior, as Receitas Tributárias são compostas pelos impostos, taxas e contribuições de melhoria, fazendo que estes recursos sejam provenientes, em sua maioria, da produção e da renda local. Posto isto, pode se observar pelo gráfico 12 que estas

<sup>17</sup> Para mais detalhes sobre este programa, consultar o site do Tesouro Nacional ([http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/estados\\_municipios/programa\\_ajuste\\_fiscal\\_leiamais.asp](http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/programa_ajuste_fiscal_leiamais.asp))

receitas apresentaram uma oscilação mais elevada do que as Receitas Correntes, o que era esperado dado a origem dos recursos.

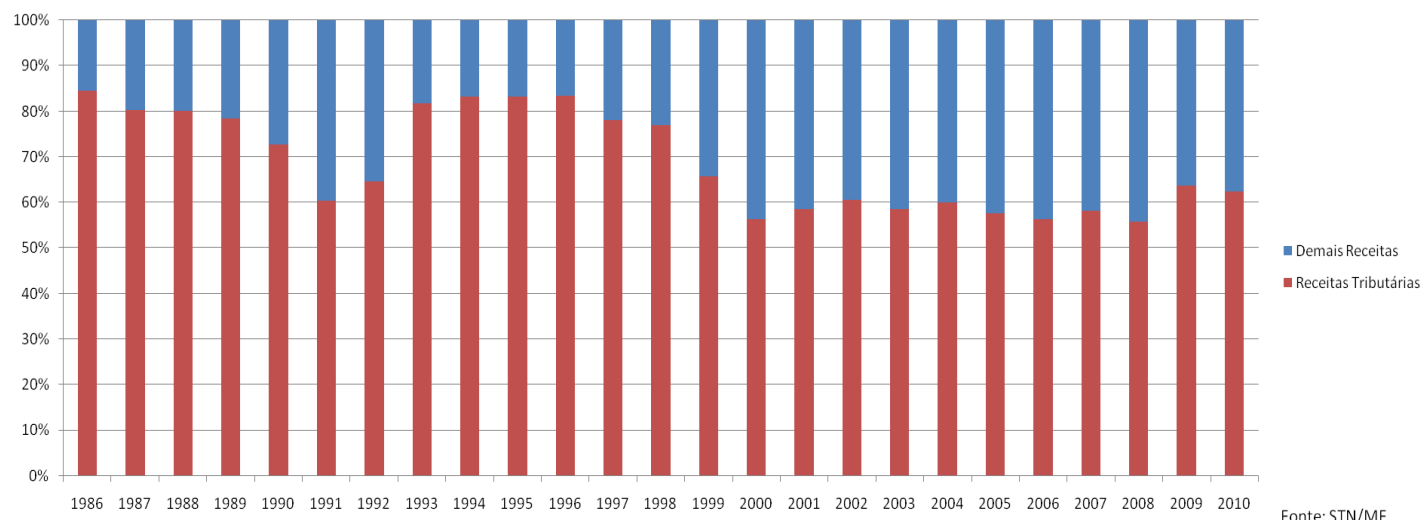
O crescimento destas receitas não foi tão elevado quanto o ocorrido na variável anterior, porém os movimentos de variações positivas e negativas foram bastante semelhantes. Até o ano de 1997 as Receitas Tributárias apresentaram uma variação bastante tímida, com um crescimento acumulado de cerca de 30%. Como nas Receitas Correntes, este efeito comprova a presença de uma crise acentuada da economia do Estado do Rio de Janeiro neste período. Já a partir de 1998, essas receitas passaram a ter um crescimento mais acelerado, o que levou a um valor, em 2010, quase três vezes superior ao de 1986.

Cabe destaque ao forte crescimento das Receitas Tributárias no ano de 1993, em que estas foram ampliadas em mais de 30%. Além disso, a variação positiva destas receitas no ano de 2009 é representativa, uma vez que neste ano a crise internacional fora bastante severa e provocou, inclusive, uma diminuição das Receitas Correntes neste ano. Ou seja, apesar das Receitas Correntes do Governo do Estado do Rio de Janeiro terem sido reduzidas, as Receitas Tributárias apresentaram uma evolução, demonstrando que os impactos da crise não foram tão fortes sobre a economia fluminense, posto que a arrecadação tributária não fora reduzida.

Em relação à composição das Receitas Correntes, segundo as Receitas Tributárias e as demais receitas, pode-se observar, através do gráfico 13, que nos anos mais recentes cerca de 60% das receitas eram originárias de arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria. Porém essa composição era diferente em boa parte das décadas de 1980 e 1990, quando as Receitas Tributárias representavam cerca de 80% das Receitas Correntes do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

As duas alterações na composição das Receitas Correntes tiveram causas diferentes, sendo a primeira, que ocorreu entre 1989 e 1992, fora causada por uma queda da arrecadação do Governo do Estado pela alta inflação e o controle de preços e fora acompanhada por uma diminuição das demais receitas. Já a segunda, que ocorreu entre os anos de 1998 e 2000, teve como causa um substancial aumento das demais receitas, visto que as Receitas Tributárias também apresentaram um crescimento neste período.

**Gráfico 13 - Composição das Receitas Correntes, segundo as Receitas Tributárias e demais receitas, nos anos de 1986 a 2010**



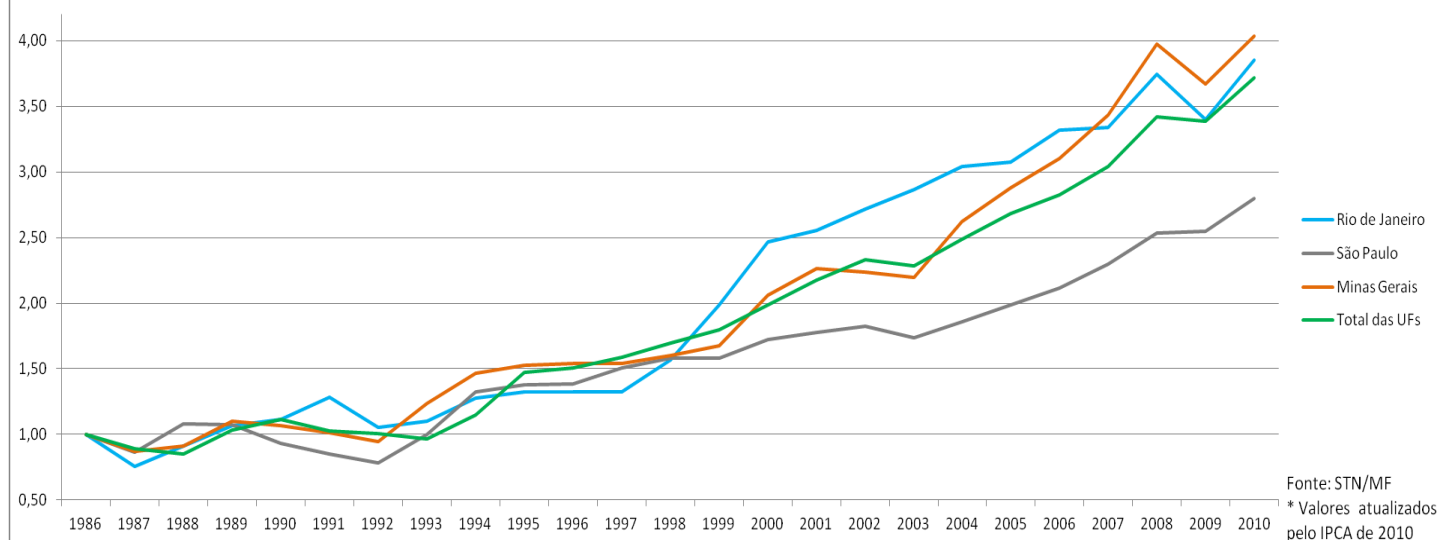
Analisando os dados de receitas fiscais, chega-se a conclusão que a mudança de trajetória destas variáveis ocorreu em um momento anterior ao ocorrido no PIB e nos empregos. Enquanto que naqueles a aceleração do crescimento se deu a partir de meados da década de 2000, nas receitas fiscais essa mudança é perceptível a partir do ano de 1998, reflexo direto do aumento da exploração de petróleo em alto-mar. Isto demonstra que a situação fiscal do Estado do Rio de Janeiro apresentou uma melhora significativa antes de haver uma percepção de mudança qualitativa da economia fluminense. Isto prova, ainda, que a crise não derivava apenas de uma falta de recursos públicos, mas de um conjunto de fatores.

#### **II.4.2 – Crescimento comparativo das Receitas Fiscais fluminense**

Em relação à evolução das receitas do Governo do Estado do Rio de Janeiro comparativamente aos governos estaduais de São Paulo, Minas Gerais e do total das Unidades Federativas, pode ser visto, através do gráfico 14, que o crescimento das Receitas Correntes foi bastante semelhante, com exceção do caso paulista.

Ressalta-se que, apesar da ocorrência de crise no Rio durante a década de 1980 e 1990, comprovada pelos dados já apresentados, as Receitas Correntes do Governo do ERJ apresentaram uma evolução bastante semelhante aos demais estados analisados. Além disso, destaca-se que no período entre 1999 e 2006 a trajetória das receitas disponíveis do Rio se descolou positivamente

**Gráfico 14 - Índice de evolução (100=1986) das Receitas Correntes nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e no total das Unidades Federativas, entre 1986 e 2010**



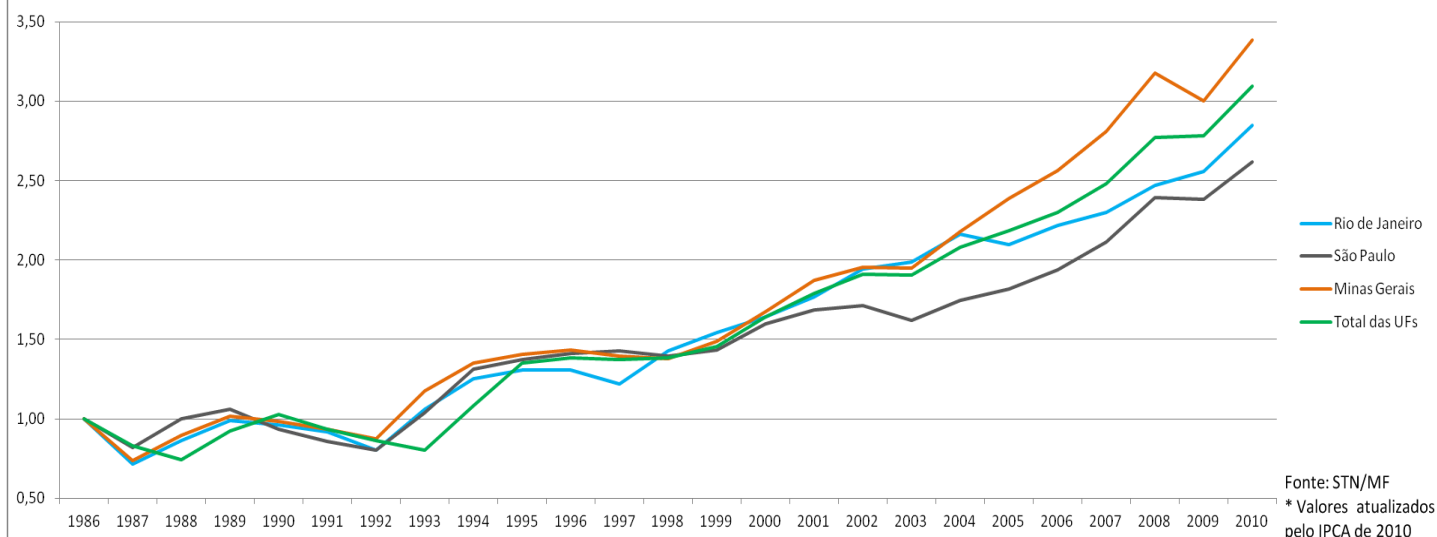
das dos demais. A principal explicação para tal efeito é a mudança do marco regulatório da exploração de petróleo, que fez com que o estado passasse a receber grandes somas de recursos advindos dos royalties e participações especiais.

Apesar dessa melhora, no período mais recente a evolução das Receitas Correntes do território fluminense foi inferior ao do total das Unidades Federativas e de Minas Gerais, fazendo com que este último estado obtivesse um índice de evolução superior ao do ERJ a partir de 2007.

Através do gráfico 15, observa-se que o descolamento das receitas do governo do ERJ relativamente à evolução do índice das Receitas Correntes durante o período de 1999 a 2006, foi causado, em grande parte, por receitas não oriundas dos impostos, taxas e contribuições de melhoria. As Receitas Tributárias do governo fluminense, neste período, se mantiveram na média das outras unidades federativas analisadas, reforçando a tese de que o aumento ocorrido em 1999 foi originado pelo recebimento de royalties e participações especiais da exploração de petróleo na costa do estado.

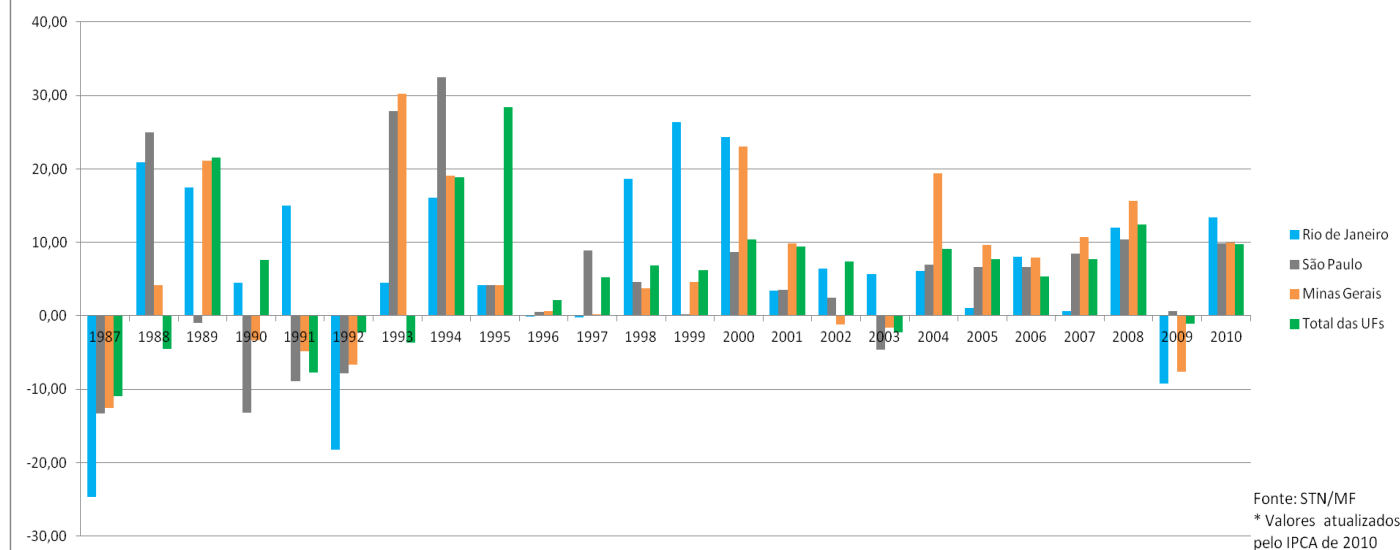
Do ponto de vista da evolução do índice de Receitas Tributárias, o ERJ manteve uma trajetória bastante parecida com outros estados analisados, levando a crer que, ao menos no quesito de arrecadação de tributos, o Governo do Rio de Janeiro não apresentou diferenças substanciais.

**Gráfico 15 - Índice de evolução (100=1986) das Receitas Tributárias nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e no total das Unidades Federativas, entre 1986 e 2010**



Já o gráfico 16, que aponta o crescimento anual real das Receitas Correntes, mostra que as receitas públicas do Governo do Estado do Rio de Janeiro apresentaram uma trajetória bastante semelhante à das demais Unidades Federativas. Nota-se em poucos anos variações do ERJ bastante destoantes do apresentado pelas outras regiões.

**Gráfico 16 - Variação percentual\* anual das Receitas Correntes nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e no total das Unidades Federativas, entre 1986 e 2010**



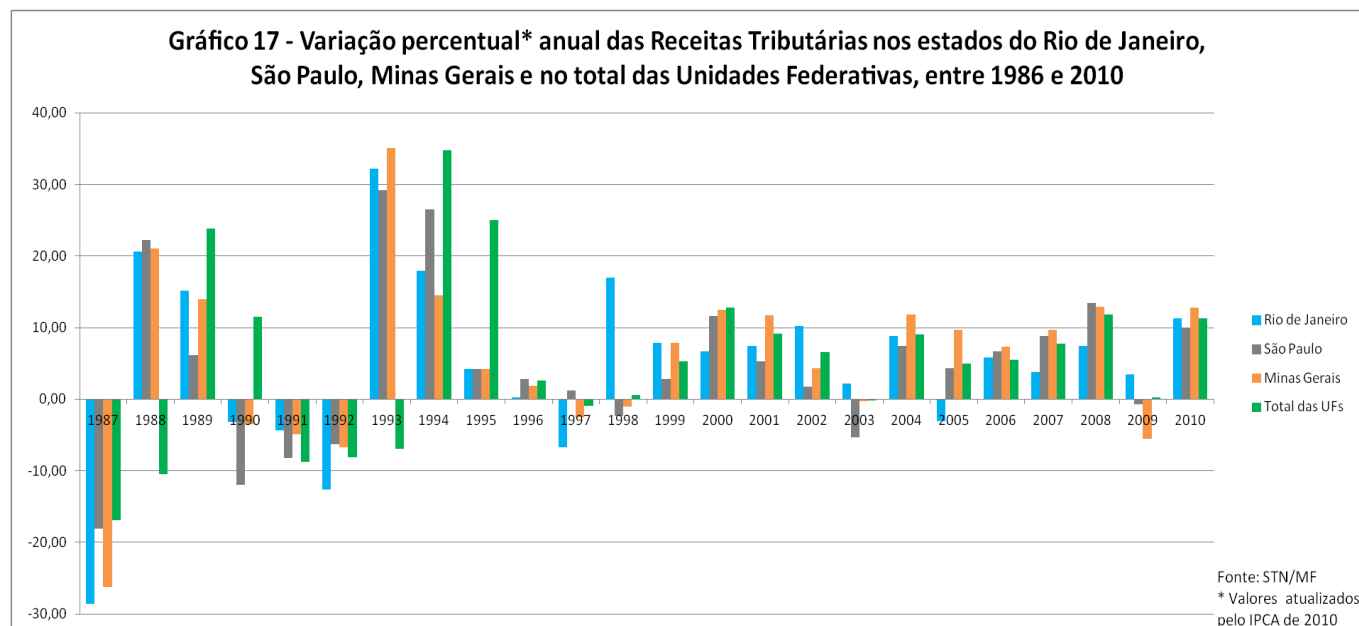
No período aqui analisado, as Receitas Correntes do território fluminense obtiveram variações próximas dos outros estados, com exceção dos anos de 1998, 1999 e 2000, em que o

ERJ apresentou um crescimento bastante superior. Essa elevação teve como uma das suas principais causas o aumento das receitas provenientes dos royalties do petróleo em alto-mar, que teve sua extração ampliada pela mudança do marco regulatório. Além disso, o governo do estado obteve um incremento de suas receitas superior à média brasileira em 8 anos neste período.

Apesar do bom desempenho da evolução das receitas disponíveis, as Receitas Tributárias, que não deixaram de apresentar uma variação considerável, obtiveram, no ERJ, crescimentos anuais menos vistosos. O gráfico 17 apresenta os dados do crescimento anual dessas receitas. Através dele é possível perceber que as variações ocorridas nas arrecadações do território fluminense apresentaram menos picos de crescimento do que nas receitas totais.

A maior diferença entre o crescimento das Receitas Correntes e das Receitas Tributárias se deu exatamente nos anos que o ERJ obteve variações anuais mais expressivas, entre os anos de 1998 e 2000, em que na primeira variável o crescimento fora importante, enquanto que nas arrecadações de impostos, taxas e contribuições, a ampliação não se deu de forma tão elevada.

Nota-se que em comparação às demais Unidades Federativas, as Receitas Fiscais do Governo do Estado do Rio de Janeiro apresentaram uma trajetória bastante parecida, mesmo na década de 1980 quando ocorria a crise fiscal, mostrando que o baixo crescimento econômico do ERJ não foi causado por uma diminuição da capacidade de investimento do governo estadual, mas de um conjunto de fatores que minaram sua economia.



Em relação à teoria da inflexão positiva, comparativamente às Unidades Federativas analisadas, o ERJ apresentou uma trajetória bastante semelhante, com exceção do período entre 1999 e 2006, nas Receitas Correntes, em que o território fluminense apresentou uma trajetória mais elevada. Esse aumento coincidiu com a ampliação das receitas provenientes de royalties e participações especiais da exploração de petróleo em alto-mar, o que ressalta a importância que essa atividade possui na trajetória recente da economia do Estado do Rio de Janeiro.



### **CAPÍTULO III – A DINÂMICA REGIONAL RECENTE DA ECONOMIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Este capítulo tem por objetivo buscar identificar os municípios e regiões do Estado do Rio de Janeiro que mais se dinamizaram no período recente, segundo alguns dos principais indicadores econômicos, são eles o PIB, o emprego formal e as receitas fiscais dos municípios fluminense.

Cabe lembrar que no capítulo anterior foi visto que as variáveis de PIB e emprego apresentaram para o total do ERJ uma evolução bastante semelhante, com uma estagnação durante toda a década de 1990, uma pequena aceleração a partir de 2000 e um crescimento mais robusto a partir de 2004. Apesar dessa forte variação recente, a economia fluminense obteve taxas de crescimento inferiores ao do total do país. Já em relação às receitas fiscais, o Estado do Rio de Janeiro apresentou taxas consistentes de crescimento, mantendo variações semelhantes às demais Unidades Federativas, demonstrando que do ponto de vista destas variáveis o ERJ não apresentou indícios de crise.

A análise na esfera municipal será dividida em três seções, cada uma das quais correspondendo a uma variável econômica, de forma a localizar, para cada uma delas, as regiões mais dinâmicas e aquelas menos, comparativamente ao total da evolução do total do Estado do Rio de Janeiro. Há uma seção inicial que explicita as variáveis e os dados analisados, explicando as especificidades de cada uma delas.

Para auxiliar nesta análise, utilizar-se-á mapas com as evoluções para cada variável nos diferentes municípios do ERJ, além de tabelas mais detalhadas para os casos específicos. Há, na bibliografia específica sobre o desenvolvimento recente do estado, teses que apontam que o crescimento da economia foi, prioritariamente, a partir do interior fluminense, enquanto que a capital e sua periferia apresentaram um crescimento menos positivo. Dentre os principais textos ressalta-se o seguinte trecho de Natal (2003):

*“A novidade presente na economia fluminense na segunda metade dos anos noventa parece ter sido o crescimento relativamente mais intenso da economia do interior fluminense em relação a da capital do estado.” (NATAL; Jorge, 2003, p. 6).*

### III.1 – DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS ANALISADAS

Assim como no Capítulo II, os indicadores que serão trabalhados nesta monografia são as variáveis de PIB, emprego e receitas fiscais, sendo que neste capítulo esta última variável se refere aos valores disponíveis para as administrações municipais. Destaca-se, porém, que alguns municípios foram criados durante a década de 1990, sendo que o último deles emancipado foi Mesquita, em 2000. Por esta razão, algumas municipalidades não apresentarão dados nas estatísticas oficiais.

De forma a contornar esse problema, utilizar-se-á o artifício de, nos períodos em que estiverem ausentes os dados para algumas municipalidades, analisar o desenvolvimento econômico pelas variações ocorridas no município original. Isto é justificável pela teoria dos polos de crescimento, em que, Segundo Perroux (1967 apud SIMÕES, 2009, p2), “o crescimento não surge em toda parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou polos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia”. Ou seja, o crescimento econômico não é delimitado pelas fronteiras políticas municipais.

Este método pode, em certa medida, sobrevalorizar o desenvolvimento, uma vez que a criação de novas instituições para a sede administrativa do novo município gera, além dos empregos, renda adicional, levando a uma ampliação dos dados econômicos, apesar de não ter ocorrido uma mudança na estrutura produtiva do município.

Para a variável do PIB, assim como dito na seção II.1, serão utilizados os dados do IBGE, que permitem uma abrangência até o nível municipal, porém neste nível deve-se ressaltar que o PIB é estimado, não sendo medido diretamente, além de ser trabalhado pela variável de preço de mercado, sem levar em conta as variações no volume. A estimativa é feita através de alguns critérios de importância e peso relativo em relação ao total do PIB estadual. Os dados do produto municipal possuem sua série mais extensa no período entre 1999 e 2010.

Já do ponto de vista dos empregos formais, assim como no capítulo anterior, será utilizada a base de dados da RAIS, que permite obter informações para os municípios desde o ano de 1985. Esta base é bastante precisa, principalmente a partir do ano 2000, em que as declarações passaram a ser preenchidas de forma digital. Diferentemente do ocorrido na análise do PIB, por incluir um período de tempo mais longo, diversos municípios foram emancipados no período

analisado, o que levou a necessidade, a fim de facilitar os cálculos, de desconsiderá-los, agrupando eles em uma categoria a parte nos mapas gerados.

Cabe relembrar aqui que segundo a teoria keynesiana, a demanda efetiva é determinante na formação do nível de emprego de uma economia, ou seja, é esperado que quanto maior for o aumento do produto do município, maior será o aumento dos postos de trabalho existentes. Destaca-se, porém, a singularidade existente na análise municipal da relação entre estas variáveis, com particular destaque para a estrutura existente no ERJ, em que há diversos municípios que apresentaram um forte incremento de seu PIB devido a exploração de petróleo em alto-mar, sem haver reflexos produtivos, com exceção do pagamento de royalties para as prefeituras.

Por fim, em relação às receitas públicas, serão utilizadas as Receitas Correntes e as Receitas Tributárias das prefeituras do Estado do Rio de Janeiro. Apesar de se tratar, diferentemente do ocorrido na análise do PIB e do emprego formal, de dados diferentes dos analisados no capítulo II, as mudanças nas trajetórias de crescimento são bastante semelhantes. Além disto, a análise irá auxiliar na medição, por um lado, da trajetória da renda e do produto local, via aumento de arrecadação de impostos, e, por outro, a capacidade de investimento do setor público local. Os dados serão analisados a partir de 1995, uma vez que a existência de diferentes unidades monetárias aumentaria muito o grau de dificuldade dos cálculos, dificultando assim a análise.

Assim como na análise para o total do estado, os dados das receitas públicas são bastante distintos ao que se observa nas variáveis de PIB e emprego. A complexidade do sistema tributário e a redistributividade do sistema levam a esta disparidade entre as variáveis. Além disso, a existência de municípios com grandes repasses de royalties para suas prefeituras faz com que estes tenham uma relação PIB - receita fiscal bastante inflada.

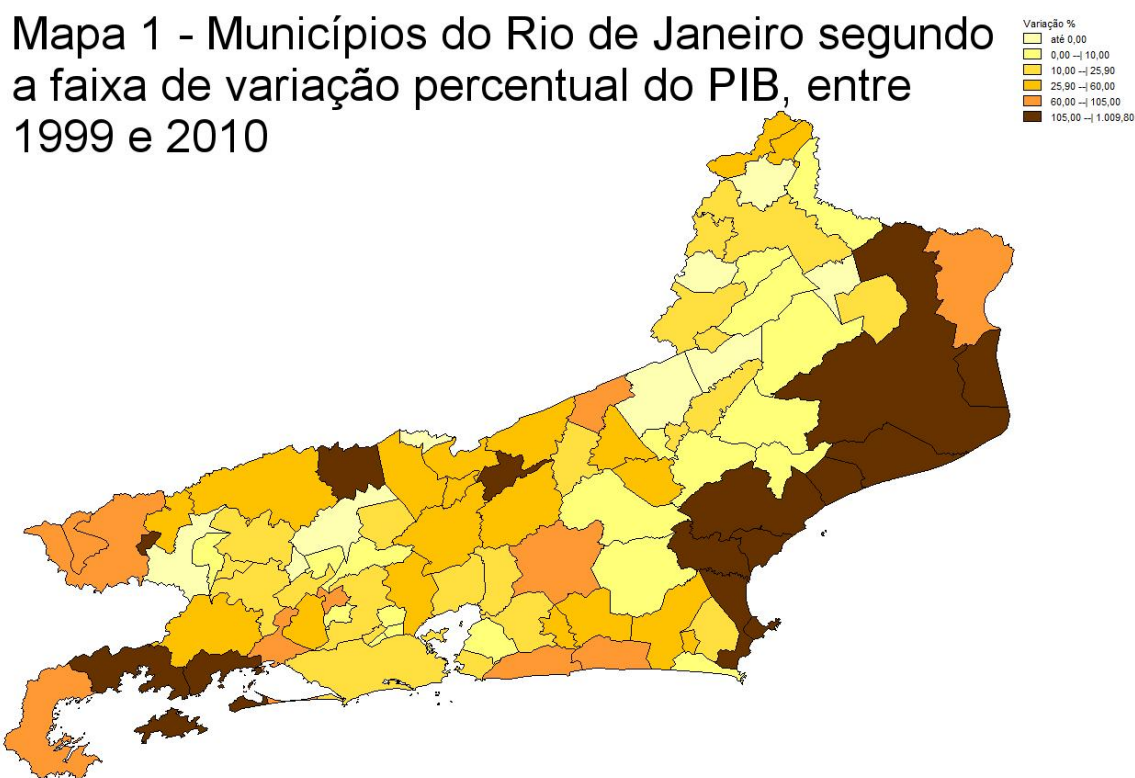
### **III.2 – EVOLUÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO NOS MUNICÍPIOS FLUMINENSE**

A análise da evolução do PIB do Estado do Rio de Janeiro realizada no capítulo anterior concluiu que o crescimento ocorrido no território fluminense foi, até 2004, tímido, enquanto que nos anos mais recentes ocorreu uma aceleração dessa variação e uma aproximação da trajetória nacional. Nesta análise observou-se, também, que o setor mais dinâmico no ERJ foi o da extrativa mineral, muito influenciado pela extração de petróleo em alto-mar. O fato da base de

dados do PIB municipal permitir a desagregação de setores apenas entre os setores de agropecuária, indústria, serviços, administração pública e impostos, leva a necessidade de realizar a análise do setor de extrativa mineral em conjunto com a indústria como um todo.

O fato do produto da extração do petróleo ser associado, pelo IBGE, aos municípios que se localizam de frente para as plataformas de exploração, de acordo com algumas regras da ANP, faz com que seja esperado que estes municípios litorâneos apresentem uma variação do PIB bastante elevada.

O mapa 1, que apresenta a distribuição dos municípios do ERJ por faixas de crescimento do PIB municipal entre 1999 e 2010, mostra que boa parte das municipalidades que apresentaram uma forte ampliação de seus produtos internos são aquelas que se localizam no litoral fluminense.



Fonte: IBGE

Todos os municípios litorâneos da porção leste do território do ERJ, o que corresponde a boa parte da Região de Governo do Norte fluminense e a alguns municípios das Baixadas Litorâneas<sup>18</sup>, apresentaram um crescimento expressivo do seu produto interno. Ademais, as

<sup>18</sup> A definição das Regiões de Governo adotada neste trabalho segue a divisão utilizada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro. O ERJ é dividido em 8 Regiões de Governo, são elas: Região Metropolitana, Região Noroeste

cidades que compõem a Costa Verde, ao sul do estado, também obtiveram uma variação positiva considerável. Nesses municípios do litoral a provável explicação do crescimento é ligada à extração de petróleo em alto-mar.

Outra região que concentrou um crescimento elevado do seu PIB foi a dos municípios do extremo oeste do território fluminense, principalmente Porto Real, Resende e Itatiaia. Nessas cidades a variação derivou, em grande parte, das atividades vinculadas à indústria automotiva, com as fábricas da PSA Peugeot Citroën, MAN e Michelin, levando a uma dinamização do produto industrial e, consequentemente, do PIB dos municípios.

Destaca-se negativamente a evolução do produto nos municípios da Região Noroeste fluminense, onde, além de nenhuma cidade ter obtido um crescimento muito elevado, houve algumas que apresentaram uma queda do seu produto, como Italva, Itaocara, Miracema e Natividade. Este efeito, associado ao forte crescimento da Região Norte fluminense, faz com que a desigualdade territorial dentro do ERJ se reforce cada vez mais.

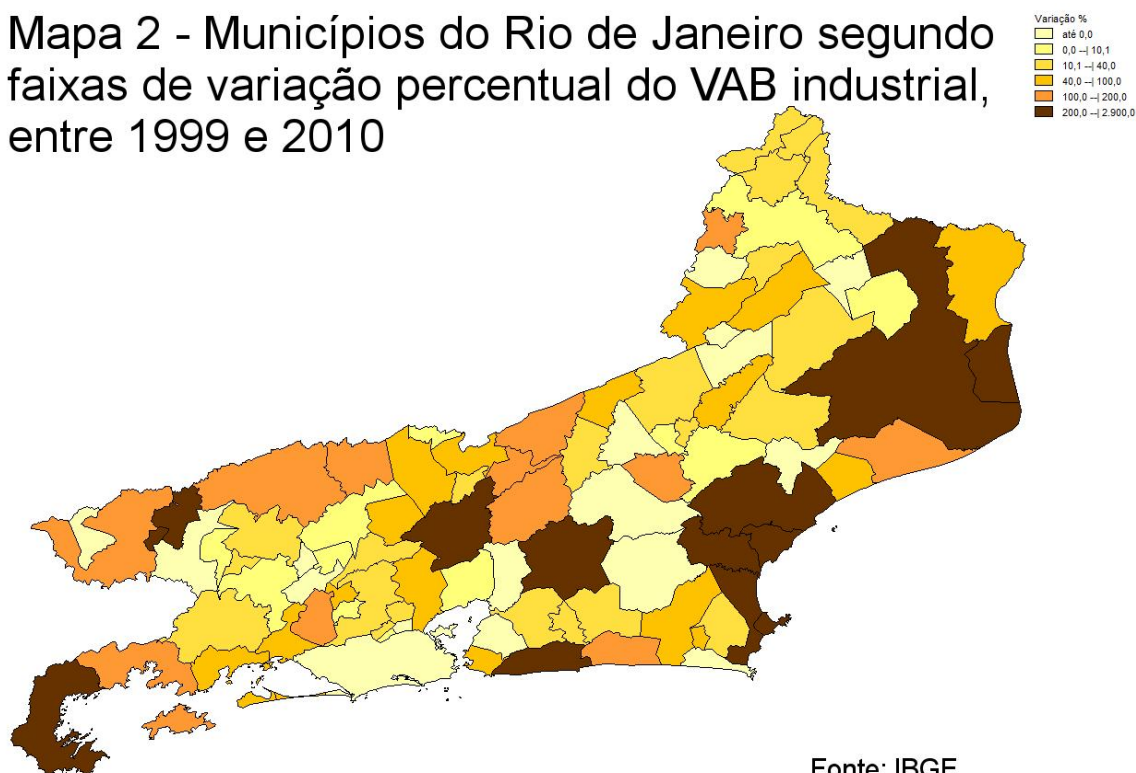
Já do ponto de vista da evolução ocorrida na Região Metropolitana, observa-se que nenhum município da região apresentou um crescimento muito elevado comparativamente aos demais. As cidades de Itaguaí, Japeri e Maricá foram as que apresentaram o maior ganho percentual de PIB, sendo que a variação na última possui uma influência mais forte da extração de petróleo, por possuir um litoral mais amplo.

Outra região que merece ser destacada é a dos municípios imediatamente ao norte da baía de Guanabara. Nessa área, onde se localizam cidades pertencentes às regiões Serrana e Centro-Sul fluminense, houve um crescimento de boa parte das cidades em mais de 25% do PIB, no período analisado.

Além disso, como exposto no início desta seção, para comprovar a hipótese de que o aumento do PIB nos municípios da Região Norte fluminense, alguns das Baixadas Litorâneas e na Costa Verde foi causado, em boa medida, pelo aumento da extração de petróleo em alto-mar, utilizar-se-á a evolução do Valor Adicionado da indústria nos municípios do ERJ.

Nesse sentido, o mapa 2, que apresenta a distribuição dos municípios do ERJ por faixas de crescimento percentual do Valor Adicionado Bruto (VAB) municipal, entre 1999 e 2010, permite referendar esta linha de análise. Nele observa-se que boa parte dos municípios que obtiveram um grande crescimento no PIB também apresentou uma forte variação no produto industrial.

## Mapa 2 - Municípios do Rio de Janeiro segundo faixas de variação percentual do VAB industrial, entre 1999 e 2010



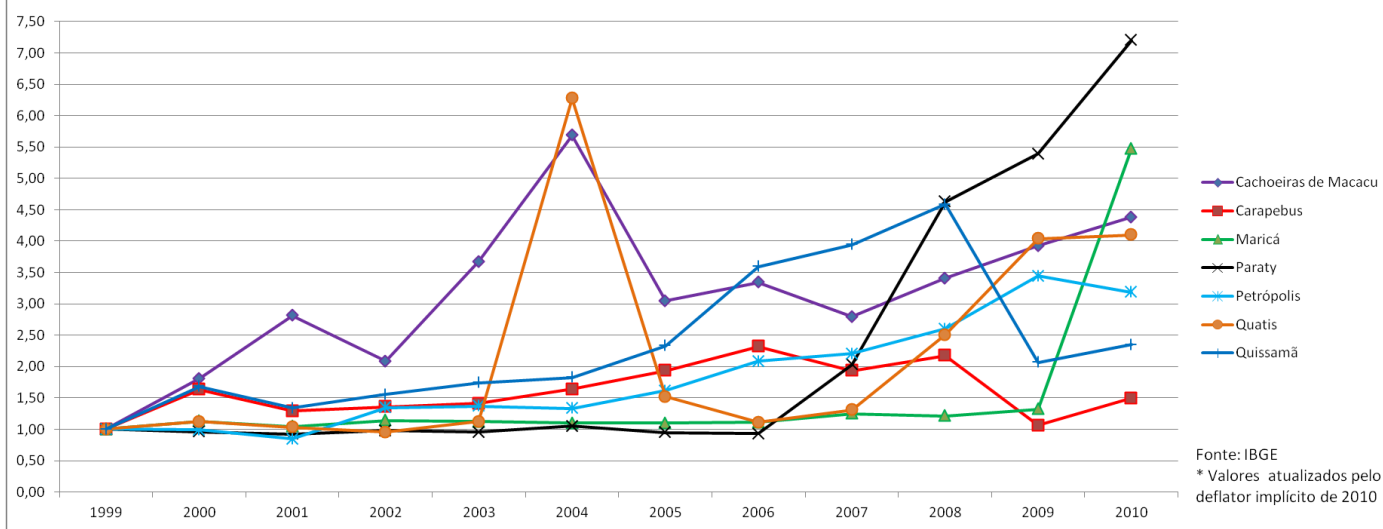
Entre os municípios litorâneos da Região Norte fluminense e aqueles que se localizam ao leste da Região das Baixadas Litorâneas que haviam obtido uma variação de mais de 105% no total do PIB, apenas Carapebus e Quissamã não aumentaram seu VAB industrial em mais de 200%. Todos os demais obtiveram um crescimento expressivo da área industrial. Além deles, os municípios da Região da Costa Verde também apresentaram uma variação do produto deste setor bastante elevada.

A região oeste do ERJ, que havia obtido um crescimento bastante elevado do PIB, também apresentou uma forte ampliação do produto industrial, o que era esperado e motivado pelo aumento da produção automobilística na área. Porto Real foi, inclusive, o segundo município do estado com o maior aumento do VAB da indústria, causado pelo início da produção na fábrica da PSA Peugeot Citroen em 2001.

Percebe-se, também, que os municípios localizados ao norte da baía de Guanabara também obtiveram um forte crescimento no produto industrial. Boa parte deles apresentando uma variação industrial superior a 40%, sendo que Petrópolis liderou o movimento, com um aumento de mais de 200%, mais precisamente 218,5%.

O gráfico 18 apresenta a evolução do produto industrial dos municípios de Cachoeiras de Macacu, Carapebus, Maricá, Paraty, Petrópolis, Quatis e Quissamã, entre 1999 e 2010.

**Gráfico 18 - Índice de evolução real\* do VAB industrial nos municípios selecionados, entre 1999 e 2010**



A partir deste gráfico, observa-se que os municípios de Carapebus e Quissamã apresentavam uma trajetória do VAB industrial ascendente, porém esta se reverteu nos dois últimos anos analisados. A provável explicação para esta queda é a diminuição da produção dos poços de petróleo da bacia de campos que eram vinculados a esses municípios. Este fenômeno também explica o crescimento surpreendente de Paraty e Maricá, tendo o primeiro multiplicado por mais de 7 o seu produto industrial em 4 anos, e o segundo em mais de 5 vezes em um único ano.

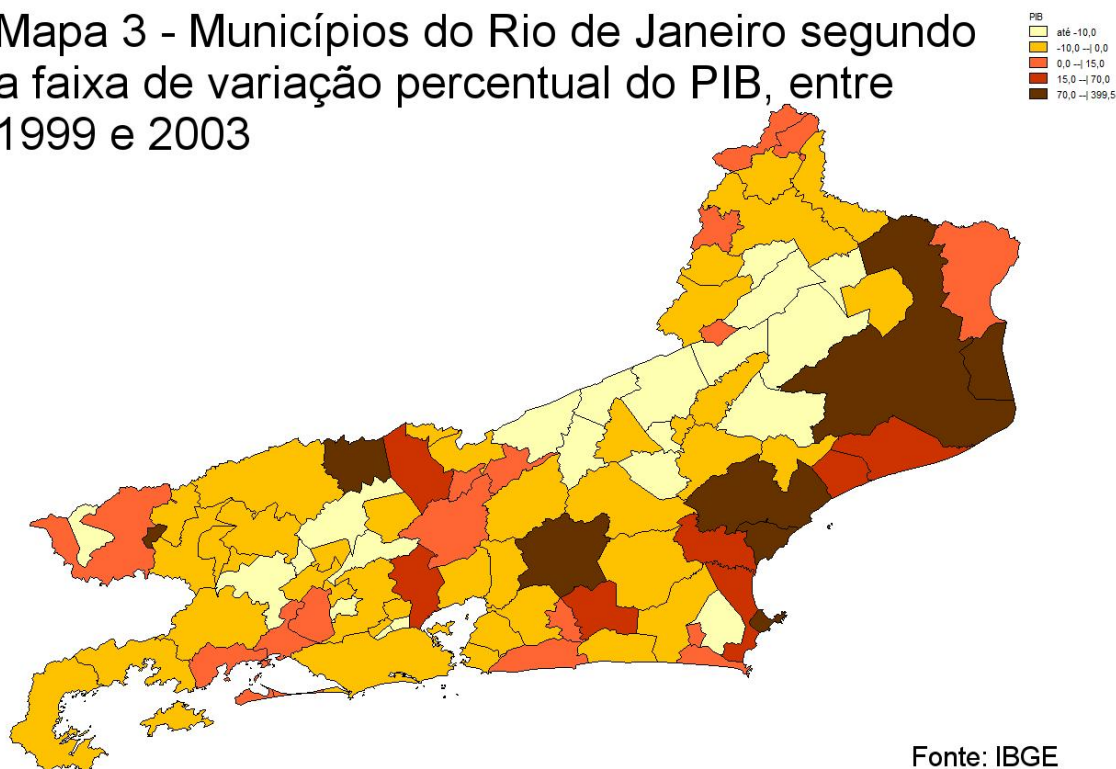
Já o município de Quatis, apresentou um forte crescimento industrial nos 3 últimos anos analisados, que deve refletir o espraiamento da atividade industrial vinculada à cadeia automotiva do município fronteiriço. Outra cidade que apresentou um forte crescimento foi a de Cachoeiras de Macacu, que tem como uma das explicações para esta variação a instalação da fábrica da Schincariol no seu território.

Além destes, Petrópolis obteve um crescimento forte e constante do seu VAB industrial no período analisado. A este município, que é o principal PIB e população da Região Serrana, pode ser creditado como o indutor do dinamismo da região ao norte da baía de Guanabara.

Como foi visto na seção II.2.1, o PIB do Estado do Rio de Janeiro passou por uma mudança de trajetória a partir de 2004, quando ocorre um crescimento mais pronunciado e constante. Desta forma, a próxima análise será feita comparando o período entre 1999 e 2003 e entre 2003 e 2010, com o objetivo de localizar as regiões ou conjuntos de municípios que passaram a apresentar uma trajetória diferente.

Através do mapa 3, que apresenta os dados da variação do PIB dos municípios do ERJ, entre 1999 e 2003, pode ser visto que a maior parte das cidades fluminense obteve uma queda no produto interno no período analisado. Dentre os 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro, 61 deles apresentaram uma queda no PIB, mostrando que a crise estava bastante difundida. A única região que apresentou um crescimento mais concentrado foi a dos municípios litorâneos do leste fluminense, que estão de frente para a bacia de Campos e, por isso, se beneficiam dos royalties do petróleo.

**Mapa 3 - Municípios do Rio de Janeiro segundo a faixa de variação percentual do PIB, entre 1999 e 2003**



Fonte: IBGE

Além destes, a região ao norte da baía de Guanabara apresentou uma concentração de municípios com certo crescimento, sendo o principal deles o município de Petrópolis. Adicionalmente os municípios de Porto Real e Resende obtiveram um crescimento considerável, muito vinculado à indústria automobilística.

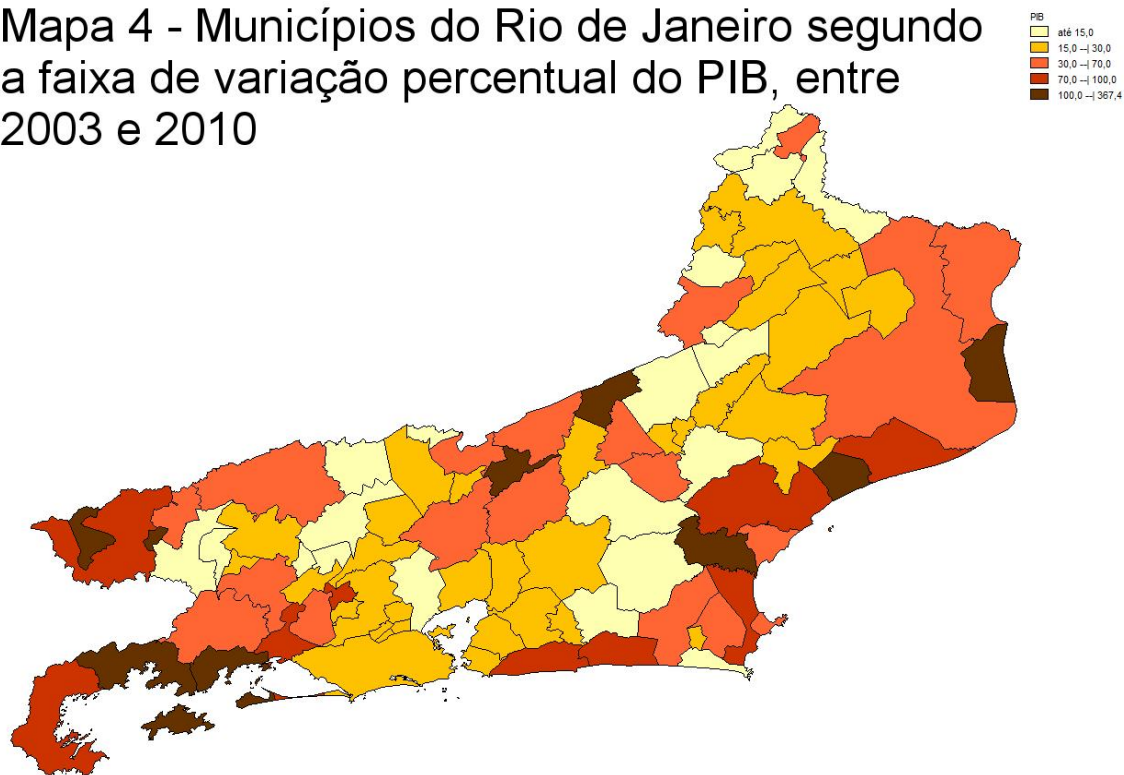
Apesar das variações positivas nestas cidades, a maioria dos municípios fluminense viu, durante boa parte da década de 1990, até meados da década de 2000, o seu produto se retrair. Mas mesmo com 61 municípios fluminenses, incluindo a cidade do Rio, apresentando queda no seu PIB, o total do ERJ apresentou um leve crescimento, de 1,6%, demonstrando que as variações positivas nas demais localidades foram bastante significativas.



Este mapa mostra, ainda, que apesar da cidade do Rio de Janeiro ter apresentado, de fato, uma queda substancial do seu PIB, grande parte dos municípios do interior fluminense também obteve uma retração do seu produto. Estes dados vêm rechaçar, ao menos em parte, a afirmação de Natal (2003), de "que todas as regiões estão se beneficiando com a inflexão econômica em curso [...]", uma vez que o crescimento ocorrido no período analisado (1999-2003), com exceção às regiões previamente citadas, foi bastante tímido, ainda mais considerando que este período já deveria incluir os efeitos da suposta inflexão econômica defendida pelo autor.

Já para o período entre 2003 e 2010, pode ser visto pelo mapa 4, que o crescimento dos municípios passa a ser um fenômeno mais difundido por todo o Estado do Rio de Janeiro. Enquanto que no período analisado anteriormente a maior parte dos municípios fluminenses haviam apresentado queda do seu produto interno, neste período todas as cidades do ERJ obtiveram um crescimento.

**Mapa 4 - Municípios do Rio de Janeiro segundo a faixa de variação percentual do PIB, entre 2003 e 2010**



Fonte: IBGE

Esta ampliação do número de municipalidades com crescimento se deve, também, pelo fato de que a economia do ERJ e do Brasil se dinamizou neste período, como fora demonstrado no capítulo II. Enquanto que entre 1999 e 2003 a economia fluminense cresceu 1,6%, nos anos entre 2003 e 2010 a variação foi de 32,4%.

Ainda que este crescimento mais difundido esteja concentrado nas áreas litorâneas, e, por conseguinte, vinculado à atividade de extração de petróleo em alto-mar, muitos municípios interioranos passaram a apresentar uma elevação de sua produção interna. Isto colabora com uma maior disseminação do desenvolvimento econômico, porém este fenômeno não se distribuiu por todo o estado, levando, a um aumento da disparidade entre as regiões.

Destaca-se nesse período o forte crescimento ocorrido nos municípios da região da Costa Verde, que passaram a se beneficiar de novos poços de exploração de petróleo localizados em frente ao seu litoral. Os municípios limítrofes desta região também foram beneficiados, seja pela ampliação da atividade do porto de Itaguaí, seja pelos repasses de royalties para a prefeitura que possibilitaram um certo dinamismo nessas cidades. Além desta região, no oeste fluminense, os municípios de Porto Real, Resende e Itatiaia obtiveram um forte crescimento neste período, associado diretamente à ampliação da indústria automotiva na região<sup>19</sup>.

Assim como no período de 1999 e 2003, os municípios localizados ao norte da baía de Guanabara apresentaram um crescimento considerável, fazendo com que esta região, apesar de sua condição bastante rural, obtivesse uma ampliação de seu produto considerável. A lei de incentivos fiscais implementada em 2005<sup>20</sup>, que reduzia as alíquotas de ICMS colaborou para a ampliação do PIB desta região.

Com crescimento aquém da média do estado e ampliando as desigualdades regionais, encontram-se os municípios da porção leste da região Serrana, e boa parte dos que compõem a região Noroeste. Estas cidades, em sua maioria bastante rurais, não encontraram um meio de dinamizar sua economia, visto que não recebem recursos de royalties e nenhum empreendimento de porte mais considerável se instalou na região.

Por fim, cabe destacar que a Região Metropolitana, a mais populosa e com economia mais desenvolvida, apresentou um dinamismo, apesar de percentualmente mais contido. O crescimento ocorrido nesta região é consequência, em boa medida, do aumento da renda ocorrida, causado

---

<sup>19</sup> Segundo dados da ANFAVEA, no período entre 1999 e 2003 a produção nacional de veículos automotores cresceu 34,7%, já no período entre 2003 e 2010 o crescimento foi de 99,5%. Isso mostra que a indústria automobilística apresentou uma dinamização considerável nos últimos anos.

<sup>20</sup> A lei n° 4533/05, modificada pela lei n° 4854/06, prevê a redução da alíquota do ICMS para 2% para os estabelecimentos industriais localizados nos municípios de Aperibé, Bom Jardim, Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Campos dos Goytacazes, Cantagalo, Carapebus, Cardoso Moreira, Carmo, Conceição de Macabu, Cordeiro, Duas Barras, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Macuco, Miracema, Natividade, Porciúncula, Quissamã, São Fidélis, Santa Maria Madalena, Santo Antônio de Pádua, São Francisco do Itabapoana, São João da Barra, São José de Ubá, São Sebastião do Alto, Sapucaia, Sumidouro, Trajano de Moraes, Varre-Sai, Três Rios e Paraíba do Sul.

pelo aumento do número de pessoas ocupadas<sup>21</sup>, que levou a uma ampliação do consumo de produtos não duráveis e de serviços. Cabe, ainda, consolidar um projeto de desenvolvimento para esta região, visto a importância desta no total do ERJ. Um aumento do dinamismo do Estado do Rio de Janeiro passa, necessariamente, por uma melhora na trajetória desta região, posto que mais de 60% do PIB, dos empregos e da população nela se localizam.

Como visto nesta seção, o crescimento do PIB estadual se deu de forma bastante desigual territorialmente, com uma forte concentração nos municípios litorâneos beneficiados pela produção de petróleo e pelos royalties a ele associado. Além disso, percebe-se que a dinamização ocorreu apenas a partir de 2004, pois a maior parte dos municípios apresentou queda no período entre 1999 e 2003. Gera preocupação a falta de crescimento ocorrido nos municípios da região Noroeste e no leste da região Serrana, o que pode vir a causar um aumento da migração dessas localidades para outras mais populosas, gerando impactos na necessidade de investimento na infraestrutura básica e de geração de empregos.

### **III.3 – EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NOS MUNICÍPIOS FLUMINENSE**

A evolução do emprego formal para o total do Estado do Rio de Janeiro, como visto no capítulo II, foi tímida durante toda a década de 1990, passando a apresentar certo crescimento a partir do ano 2000, fenômeno que foi acelerado de 2004 em diante. Mesmo com essa significativa melhora, as demais Unidades da Federação obtiveram variações mais positivas nesse período, distanciando-se da trajetória fluminense.

Apesar desta base de dados considerar apenas os empregos formais, ignorando uma parcela considerável dos trabalhadores que se encontram informalmente ocupados, ela apresenta os dados mais fidedignos para diagnosticar o mercado de trabalho existente nos municípios fluminense. A informalidade encontrada tem diminuído ao longo dos últimos anos, com a melhora da economia e com o aumento dos métodos e meios de fiscalização. Com isso, é esperado que ocorra um aumento considerável dos empregos em municípios de menor porte, que apresentavam, em geral, um maior nível de informalidade<sup>22</sup>.

---

<sup>21</sup> Segundo os dados da Pesquisa Mensal de Emprego, do IBGE, o número de pessoas ocupadas na periferia da RMRJ aumentou 20% entre 2003 e 2012. Já do ponto de vista da renda, este incremento foi de 35,8%.

<sup>22</sup> A menor presença de empregos formais em municípios menores é ressaltada por REIFF, SANTOS e ROCHA (2007): "o IEF [Índice de Emprego Formal] melhora em todas as regiões brasileiras e em municípios de todos os portes. A melhora é mais significativa nos municípios de menos de cem mil habitantes, provavelmente também em

Além disso, por se tratar de um período de tempo bastante longo, e pelo fato da não existência de um número considerável de municípios no primeiro ano da pesquisa, optou-se por fazer, em um primeiro momento, uma análise do total do período e, em um segundo momento, de desagregar esse período em quatro intervalos, que refletem as mudanças da trajetória da evolução dos empregos formais na totalidade do Estado do Rio de Janeiro, assim como citado no capítulo II. Em um primeiro momento, o mercado de trabalho fluminense apresentou uma expansão entre 1985 e 1989, passando a apresentar uma queda acompanhada de uma estagnação por toda a década de 1990. Já entre 2000 e 2004 os empregos formais do ERJ voltaram a crescer, marcando o terceiro intervalo. A partir do ano de 2004 o crescimento se acelera, levando ao 4º momento, que reflete o aumento do dinamismo da economia nacional como um todo.

Pela existência de diversos períodos de tempo na análise, optou-se por manter os mapas separados pelos mesmos intervalos de variação dos empregos, de forma a facilitar o entendimento do dinamismo através das diferentes regiões do estado. Esta metodologia será aplicada em todos os intervalos, com exceção do que compreende o período como um todo (de 1985 e 2010) pois as variações nele contidas eram muito desiguais em relação aos demais períodos. Esta metodologia não foi adotada para a variável do PIB, pois esta era uma variável de fluxo, que apresenta uma forte dispersão ao longo dos anos. Isto não ocorre nos empregos formais, pois a RAIS apresenta as informações de estoques de empregos.

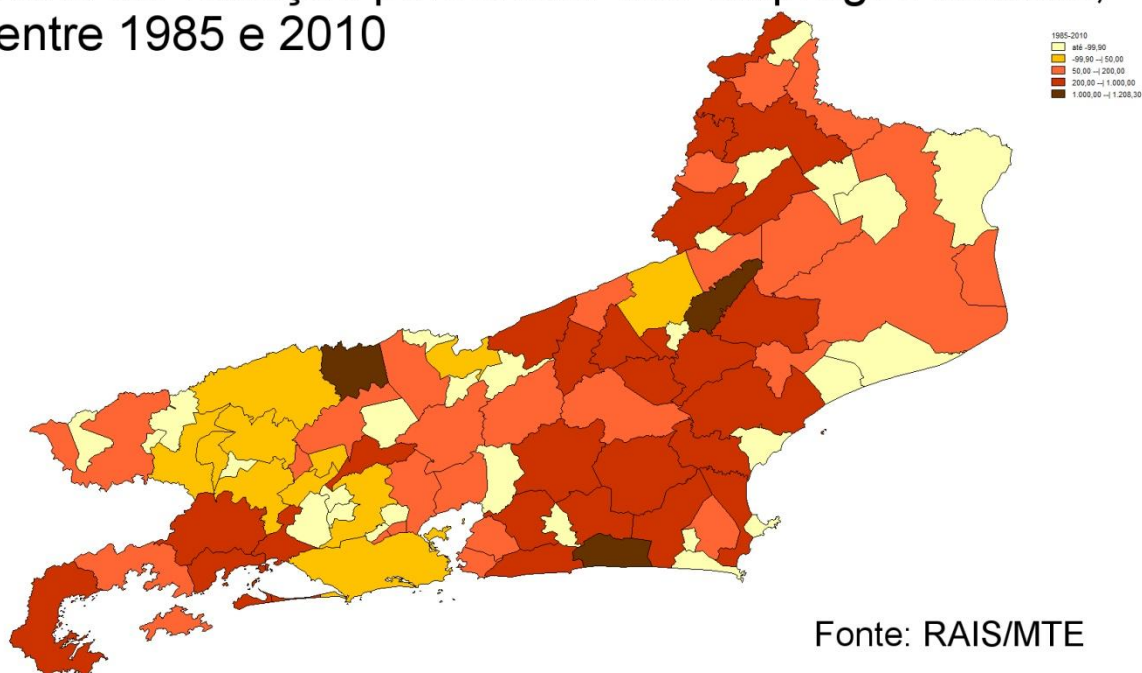
Entre 1985 e 2010, o total do Estado do Rio de Janeiro apresentou uma variação de 52,6% do número de empregados formais. Em relação à distribuição regional desse crescimento, que pode ser analisada através do mapa 5, com exceção dos municípios que ainda não haviam sido emancipados no ano de 1985<sup>23</sup>. Observa-se que neste período, ao contrário do ocorrido no PIB, os municípios mais interioranos e de menor porte apresentaram uma forte variação positiva, reflexo, não só de uma dinamização do interior, mas também de uma diminuição da informalidade existente nestas localidades. Como prova de tal afirmação, citam-se os municípios da Região Noroeste, posto que todos eles apresentaram variações superiores ao do total do ERJ.

---

decorrência do grande crescimento da agricultura e da indústria no período, pois nessas regiões o emprego formal nos serviços é relativamente menos importante do que nas grandes cidades".

<sup>23</sup> Entre 1985 e 2010 o Estado do Rio de Janeiro teve 28 novos municípios criados. Estes municípios estão destacados nos mapas como a faixa mais clara.

## Mapa 5 - Municípios do Rio de Janeiro segundo a faixa de variação percentual dos empregos formais, entre 1985 e 2010



Já para os municípios de porte mais significativo, todos aqueles que não foram diretamente beneficiados pela exploração de petróleo, tanto pela atividade direta ou pela renda proveniente dos royalties, e pela indústria automobilística, não apresentaram um crescimento considerável. Dentre estes, destaca-se a cidade do Rio, que ao longo destes 26 anos cresceu apenas 20,3%, menos da metade do ocorrido no total do ERJ.

Entre as regiões menos dinâmicas, destaca-se a que concentra os municípios que se localizam no entorno de Volta Redonda, com todos eles apresentando um crescimento inferior ao do total do território fluminense. Além destes, com exceção de Itaguaí, grande parte das cidades da Região Metropolitana não obteve um crescimento muito expressivo. Isto pode ser explicado pela crise que o Rio de Janeiro passou e que atingiu fortemente a sua capital, refletindo nos demais municípios da RMRJ.

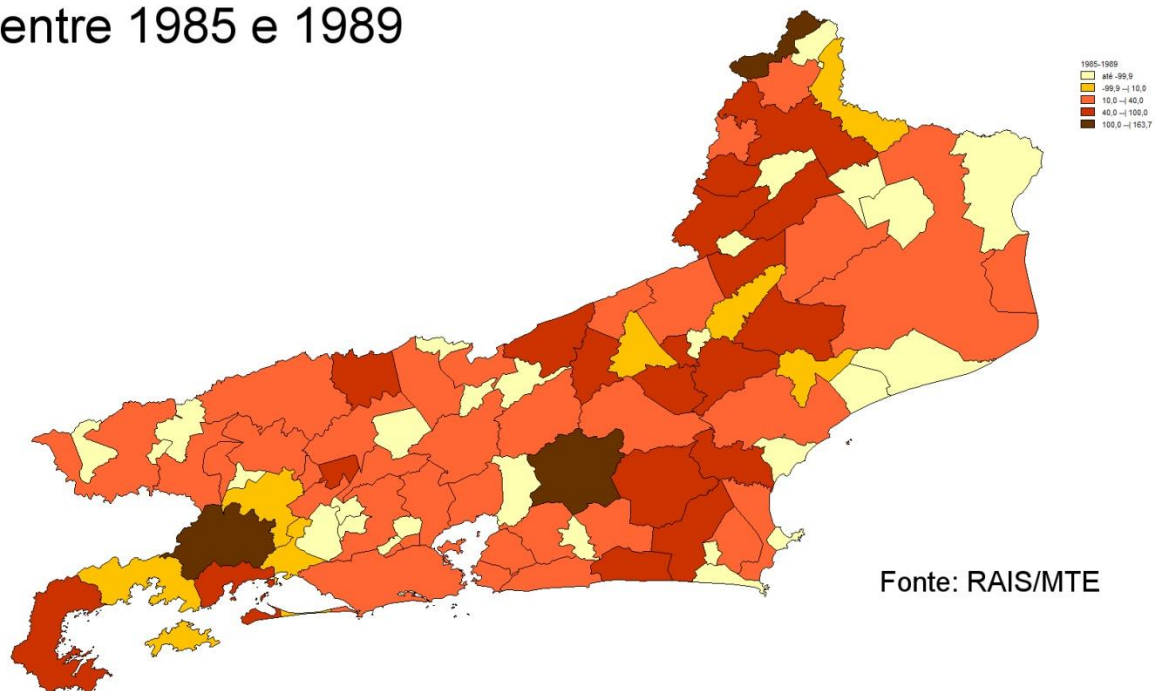
Destaca-se que todos os municípios litorâneos, com exceção da cidade do Rio, apresentaram um dinamismo considerável, muito provavelmente reflexo da ampliação da extração de petróleo e dos royalties a ela associada. Municípios como Macaé, além de receberem recursos de royalties, atraíram uma quantidade considerável de empresas e empregos nas atividades vinculadas à extração de petróleo, principalmente na área de manutenção de máquinas

e equipamentos. Estas receitas geradas colaboraram com uma dinamização do restante das atividades desses municípios, seja através das demandas das empresas associadas, ou seja pela ampliação dos gastos públicos, permitindo, assim, um aumento mais substancial dos empregos.

Como citado anteriormente, esta análise compreende um número considerável de anos, cabendo separá-la em diferentes períodos, que correspondem às diferentes fases da trajetória da economia do ERJ, como apontado no capítulo II. O mapa 6 apresenta os dados de variação dos empregos formais entre 1985 e 1989, nele observa-se que a maior parte dos municípios obteve um crescimento considerável do número de empregados formais existentes.

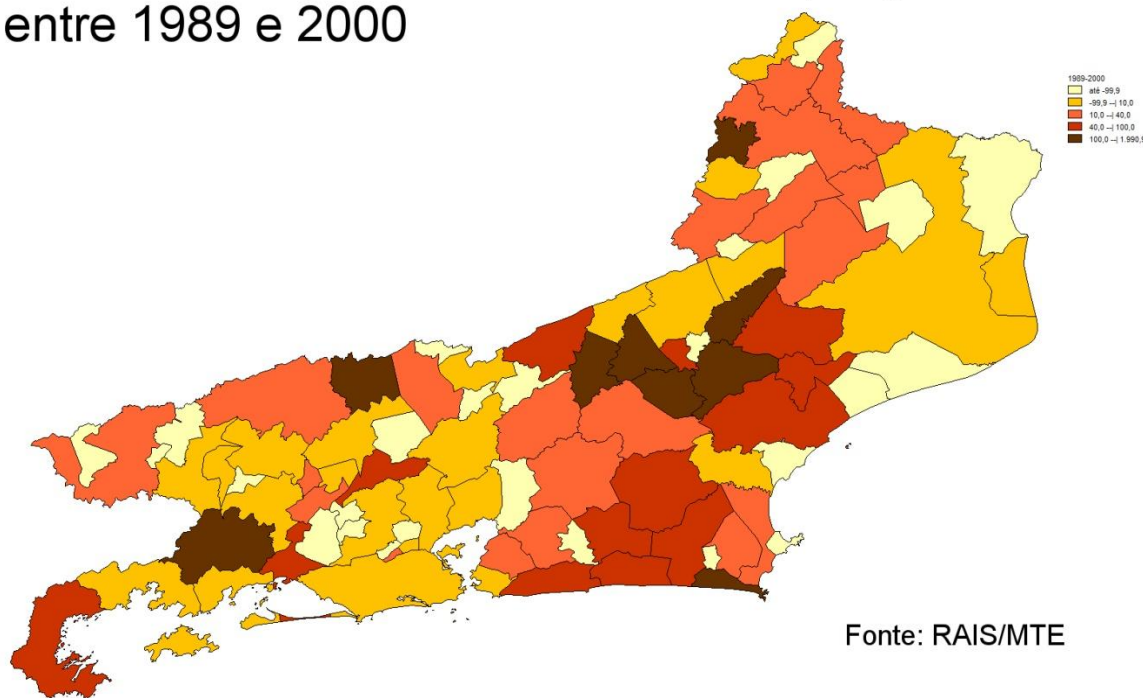
É possível observar que neste período a maioria dos municípios fluminenses apresentou um crescimento considerável, sendo que cabe destaque ao fato de que os municípios que apresentaram o maior aumento não se localizarem na porção litorânea do território. Este efeito reforça a importância que o setor ligado a extração de petróleo possui nestes municípios. Neste período as regiões mais dinâmicas, do ponto de vista do mercado de trabalho, foram boa parte da região Noroeste, os municípios mais interioranos da região das Baixadas Litorâneas e a porção leste da região Serrana.

**Mapa 6 - Municípios do Rio de Janeiro segundo a Faixa de variação percentual dos empregos formais, entre 1985 e 1989**



Já no segundo período analisado, entre 1989 e 2000, através do mapa 7, observa-se que, apesar do número de anos ser maior, grande parte dos municípios do ERJ apresentou uma variação acumulada do emprego inferior ao ocorrido nos anos anteriores. Enquanto que no período de 1985 a 1989 os empregos no total do estado haviam crescido 13,3%, entre 1989 e 2000 essa variação levou a uma queda de -10,3% no total do número de empregos existentes.

### Mapa 7 - Municípios do Rio de Janeiro segundo a faixa de variação percentual dos empregos formais, entre 1989 e 2000



O município que mais contribuiu com esta queda, não de maneira percentual mas em valores absolutos, foi a cidade do Rio, em que 19,7% dos empregos lá localizados foram extintos. Pela importância que a capital fluminense mantém até os dias de hoje, essa queda foi significativa não só para o município sede, mas para a Região Metropolitana e para o Estado do Rio de Janeiro como um todo. Observa-se que boa parte dos municípios fronteiriços à cidade do Rio não apresentaram variações muito positivas, o que levou a uma maior precarização da situação da população da periferia da RMRJ, posto que seus municípios eram, em geral, cidades dormitórios. Deve ser ressaltado que alguns municípios da RMRJ não apresentaram crescimento significativo neste período, pela ocorrência de desmembramento dos municípios, diminuindo assim o número de empregos de forma exógena à esfera econômica.



Mesmo com esse efeito negativo, alguns municípios do interior fluminense obtiveram um crescimento significativo do número de empregos formais. Como exemplo, podemos citar o caso de Macaé, que apesar de ter sido desmembrado dos territórios de Carapebus e Quissamã, apresentou uma das maiores variações no seu número de empregos. Além deste, Itaguaí também é um bom exemplo, posto que perdeu a maior parte de seu território com a emancipação de Seropédica, mas manteve um dos maiores crescimentos do ERJ.

Cabe destaque para o crescimento ocorrido nos empregos formais da porção leste da região Serrana, em que se localizam 5 dos 9 municípios do ERJ que mais do que dobraram o número de empregados existentes nesse período. Apesar dessa significativa evolução, por se tratar de municípios de tamanho reduzido, o ganho em valores absolutos foi pouco importante no total do estado. Cabe lembrar que estes municípios de menor porte possuíam um nível de informalidade bastante elevado, fazendo com que este ganho de empregos formais seja reflexo mais de um aumento da formalização do que efetivamente um aumento do número de pessoas ocupadas.

De forma a reforçar esta afirmação, basta observar o crescimento obtido na região Noroeste, que até os dias de hoje apresenta um baixo dinamismo, mas que durante este período foi uma das que apresentou o maior aumento percentual de empregos no Estado do Rio de Janeiro.

Além desta área, a região das Baixadas Litorâneas também apresentou uma concentração considerável de municípios com mais dinamismo no mercado de trabalho. Nesta região, apenas Casemiro de Abreu não apresentou um crescimento de mais de 10%, porém este município sofreu o desmembramento da atual municipalidade de Rio das Ostras, fazendo com que seus empregos caíssem. A evolução dos empregos nesta região foi influenciada pelo aumento da população ocorrido por lá, mais por um fenômeno de migração do que por um crescimento vegetativo. Com a crise do Estado do Rio de Janeiro e, principalmente, de sua Região Metropolitana, houve um efeito de desconcentração dos habitantes da RMRJ, que encontraram na região das Baixadas Litorâneas um local mais aprazível e com custo de vida menos elevado. Enquanto que o ERJ cresceu, entre 1991 e 2000, 12,4%, esta região apresentou um crescimento de 43,9%<sup>24</sup>.

---

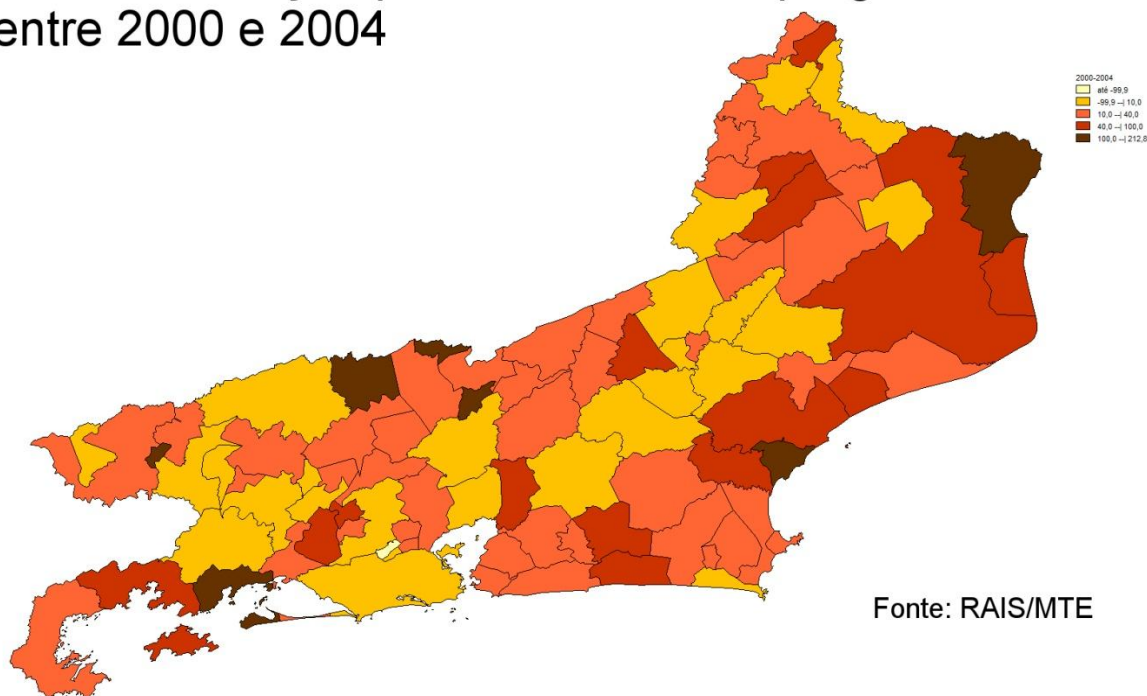
<sup>24</sup> Sobre este ponto, cabe destacar o seguinte trecho de OLIVEIRA, SIMÕES e ERVATTI (2005): "A região das Baixadas foi a que apresentou o melhor desempenho, do ponto de vista do saldo migratório, atraindo população de todas as mesorregiões do estado. Seu índice de eficácia migratória intra-estadual para o período foi de 0,62, caracterizando-a como área de forte absorção de migrantes. No tocante às relações com as demais regiões, essas se deram com a Metropolitana, que respondeu por aproximadamente 76% do saldo migratório das Baixadas[...]".



Outra região que obteve um pequeno dinamismo, é a dos municípios do entorno de Volta Redonda, fato mais marcante pela esperada existência de uma economia mais diversificada e robusta pela presença da CSN, desde a década de 1940. Pelo que pode ser visto, nesse período encontrou-se uma grande dificuldade de dinamização da região.

No período seguinte, entre 2000 e 2004, pode ser visto, em contraste aos anos anteriores, que o ERJ voltou a apresentar um dinamismo. Enquanto que no último o estado havia apresentado uma diminuição dos empregos formais, no intervalo mais recente este efeito foi revertido em um crescimento de 12,6%. O mapa 8 apresenta a distribuição desse crescimento segundo os municípios do Estado do Rio de Janeiro. Dentre os destaques positivos de crescimento, encontram-se as cidades litorâneas que passaram a obter a partir desse período um dinamismo bastante elevado.

### Mapa 8 - Municípios do Rio de Janeiro segundo a faixa de variação percentual dos empregos formais entre 2000 e 2004



O dinamismo do mercado de trabalho destes municípios está bastante ligado ao aumento da exploração de petróleo na bacia de Campos, que além de sua atividade direta, permite a geração de empregos indiretamente através dos royalties e participações especiais pagos às prefeituras, permitindo, com isso, aumentar a demanda agregada da localidade. Mas deve ser ressaltado que o crescimento superior ocorreu nos municípios voltados para a face leste, enquanto

que aqueles que possuíam seus litorais voltados para o sul não cresceram tanto, isto se deu pelo fato da exploração de petróleo estar sendo realizada em poços ao leste do litoral fluminense. Observa-se que mesmo com o crescimento encontrado no litoral fluminense, uma quantidade significativa dos municípios interioranos não tiveram um dinamismo satisfatório. Apesar de a região Noroeste continuar a apresentar, na maior parte dos seus municípios, uma variação superior à média estadual, há uma estagnação nos municípios ao leste da região Serrana e a situação de baixo crescimento da mão de obra persiste, ainda nesse período, nos municípios do entorno de Volta Redonda.

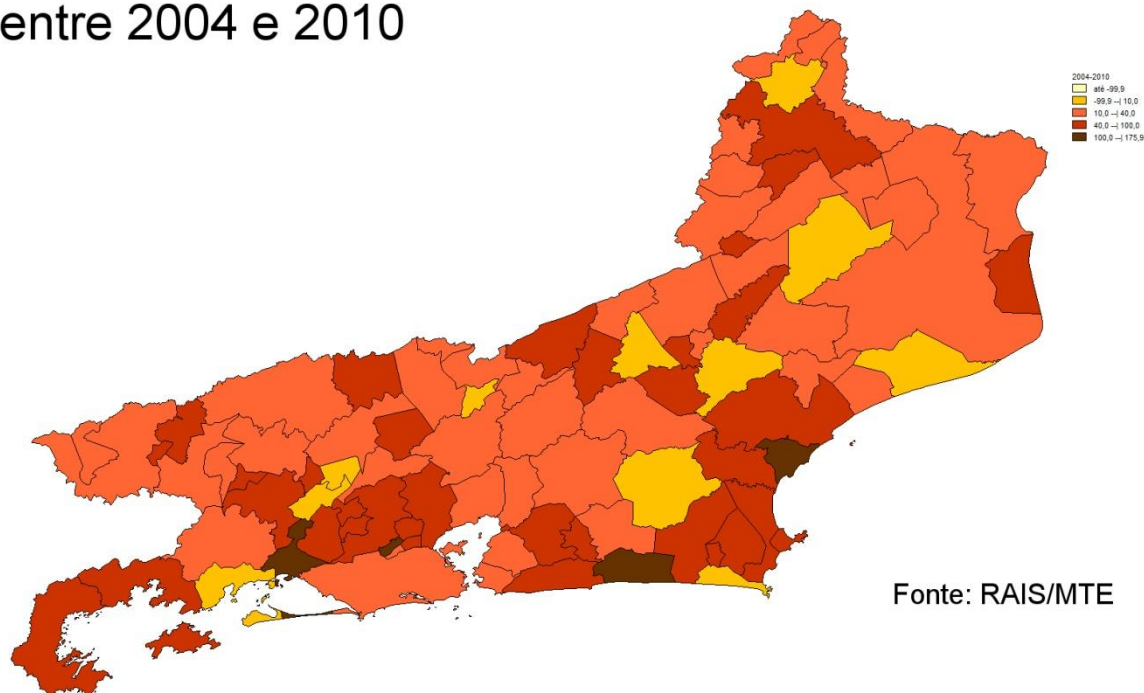
Já a parcela norte da região Serrana e da região Centro-Sul obteve um crescimento considerável, que é reflexo de uma mobilização das esferas públicas, principalmente municipais, para buscar a retomada da atividade industrial na região, por meio de redução de alíquotas e cessão de terrenos, aumentando a competitividade das empresas fluminenses lá instaladas.

Além desses, ocorre uma dinamização dos municípios localizados no oeste do Estado do Rio de Janeiro, movido principalmente pela ampliação da indústria automobilística lá existente, sendo puxada principalmente pela instalação da fábrica da PSA Peugeot Citroen no município de Porto Real, que fez com que uma série de fornecedores passassem a se instalar na região.

Em relação à Região Metropolitana, apesar da cidade do Rio não apresentar um dinamismo muito elevado, há uma dinamização dos municípios da sua periferia, puxado pelo início da melhora de distribuição de renda, que fizeram com que houvesse uma ampliação da demanda pelo comércio e os serviços existentes por lá. Com exceção dos municípios de Nova Iguaçu, Magé e Nilópolis, todas as cidades da periferia da metrópole Carioca apresentaram um crescimento superior ao do Estado do Rio de Janeiro.

No último período analisado, a partir de 2004, houve um aumento do crescimento obtido pelo ERJ, em comparação aos anos anteriores. Enquanto que no período pregresso, o crescimento anual havia sido de 3,01%, nos últimos anos analisados essa evolução foi de 4,91% anuais. Já pelo mapa 9, pode ser percebido que o dinamismo se disseminou mais pelo território fluminense.

## Mapa 9 - Municípios do Rio de Janeiro segundo a faixa de variação percentual dos empregos formais entre 2004 e 2010



Nesse período, observa-se que nem todos os municípios litorâneos apresentaram um forte crescimento, mostrando que os efeitos positivos dos repasses de royalties e participações especiais haviam diminuído, posto que esses recursos não mantiveram o mesmo crescimento que havia ocorrido nos anos anteriores. Destaca-se que, enquanto que no período entre 2000 e 2004 o aumento dos empregos das cidades litorâneas havia sido mais dinâmico nos municípios localizados ao leste do território fluminense, nos últimos anos este crescimento foi concentrado nos municípios mais voltados para o sul, refletindo a nova área de expansão dos poços de petróleo, localizados na bacia de Santos.

O forte crescimento obtido nos municípios de Macaé, Rio das Ostras e Cabo Frio é reflexo das receitas de royalties lá transferidos e da instalação de empresas que faziam parte das atividades de apoio para a extração de petróleo na região. Macaé e, em menor proporção, Rio das Ostras são os municípios que abrigam as empresas de manutenção e reparação de máquinas e equipamentos, que pagam salários bastante elevados, levando a um aumento da demanda agregada existente nesses municípios. Já Cabo Frio possui um aeroporto que concentra uma parcela significativa das atividades de transporte aéreo para as plataformas, gerando uma cadeia considerável de empresas de logística e manutenção de aeronaves para a cidade.

Na Região Metropolitana, principalmente na sub-região chamada baixada, ocorreu um forte dinamismo, levando a uma situação diferente à ocorrida nos demais períodos analisados. Enquanto que nos outros intervalos temporais a periferia da RMRJ se destacava com um crescimento inferior, observa-se que este fenômeno se inverteu do ano de 2004 em diante. O aumento do número de empregos nesta região populosa, mas menos favorecida, é reflexo da ascensão ao consumo das camadas menos abastadas (classe C), que passou a se inserir no mercado consumidor e gerar um aumento da demanda pelos produtos disponíveis por lá<sup>25</sup>.

Outra região que apresentou um crescimento considerável no número de empregos formais existentes foi a dos dois municípios do extremo sul fluminense. Angra dos Reis e Paraty obtiveram um aumento considerável dos seus empregos, que refletem um maior repasse de royalties, dinamizando assim o setor público. Além disso, o município de Angra foi beneficiado pela cadeia produtiva da extração de petróleo, uma vez que um estaleiro de grande porte para a construção de plataformas petrolíferas se instalou lá.

Outro município que apresentou um forte crescimento dos empregos formais lá existentes foi Itaguaí, que teve, além do aumento do consumo de sua população como ocorrido nos demais municípios da RMRJ, uma ampliação de sua atividade portuária, tanto pelo seu terminal de contêineres, quanto pelos terminais de minério.

Por fim, pode se concluir que apesar do dinamismo recente estar mais disseminado por todo o território, nos anos aqui analisados houve uma forte tendência a concentração do crescimento nos municípios mais litorâneos, muito influenciados pela extração de petróleo e os royalties associados. Nota-se, ainda, que a Região Metropolitana só começou a apresentar certo dinamismo nos últimos anos, sinal de uma melhora da renda. Adicionalmente percebe-se o forte impacto que a extração de petróleo no litoral fluminense teve sobre a economia dos municípios diretamente beneficiados.

### **III.4 – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS FISCAIS NOS MUNICÍPIOS FLUMINENSE**

Nesta seção será realizada uma análise da evolução das Receitas das prefeituras dos municípios do Estado do Rio de Janeiro, incluindo de um lado suas receitas correntes, e do outro suas receitas tributárias. Como explicitado na apresentação das variáveis utilizadas na primeira seção deste capítulo, estes dados se diferem daqueles apresentados na seção II.4, pois estes são

---

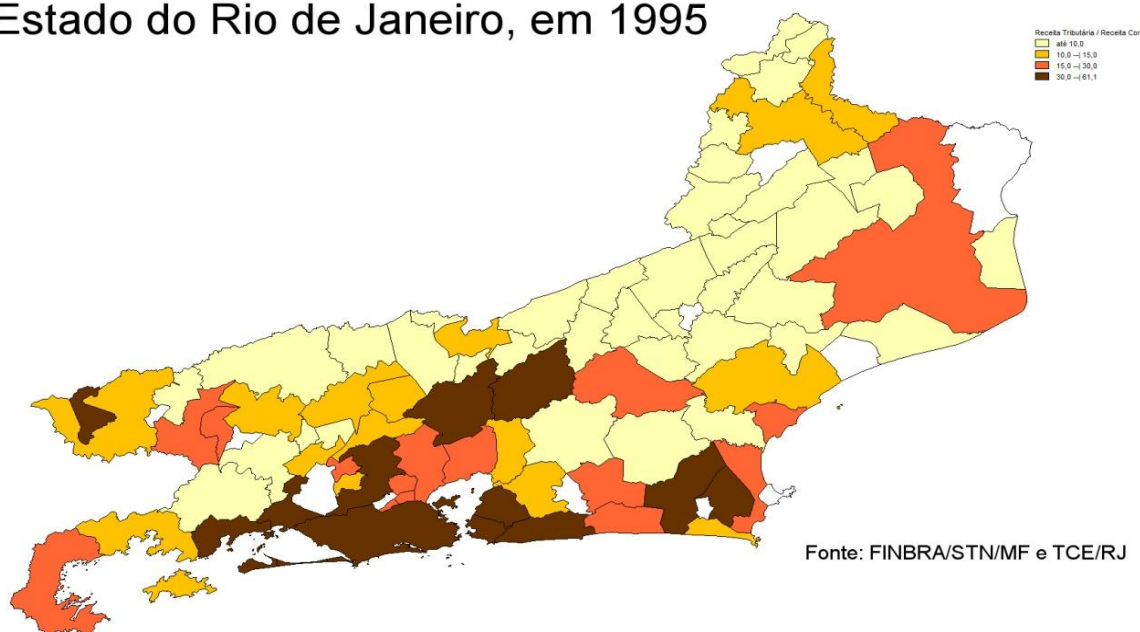
<sup>25</sup> Sobre o assunto, ver MOREIRA & MAGALHÃES (2013)

relativos aos recursos disponíveis na esfera municipal. Assim como ocorreu na análise do emprego formal, há diversos municípios que não existiam no ano inicial da análise, levando a necessidade de alocá-los em uma categoria separada. Relembrando que do ponto de vista das receitas estaduais, o ERJ apresentou uma forte evolução, acompanhando a trajetória das demais Unidades da Federação.

As receitas correntes permitem verificar a disponibilidade de recursos da esfera municipal para prestar os serviços à população local e a capacidade de investimentos dela para atrair um maior dinamismo. Já as receitas tributárias permitem analisar a evolução da economia local, uma vez que estas são compostas pelos impostos, taxas e contribuições de melhoria, e da sua organização tributária, pois quanto mais organizada for, mais difícil será a ocorrência de sonegação fiscal. Cabe ressaltar que as receitas tributárias não incluem o ICMS arrecadado no município, visto que este imposto é de competência estadual, e, por este motivo, esta variável não reflete de forma tão fidedigna os movimentos da economia local.

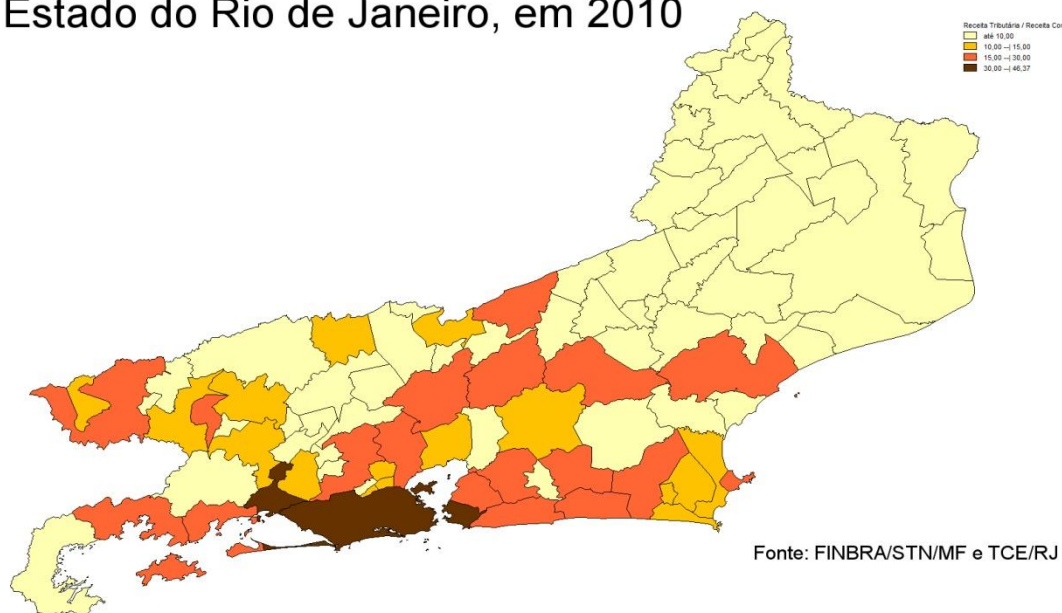
Analisando a relação entre a Receita Tributária e a Receita Corrente das prefeituras dos municípios do Rio de Janeiro, através dos mapas 10 e 11, pode ser visto que houve, entre 1995 e 2010, uma ampliação da dependência da administração municipal nas demais fontes de receitas, que incluem, entre outras coisas, os royalties e as transferências. Este dado retrata um fenômeno semelhante que ocorreu na esfera estadual, onde houve uma redução da participação das Receitas

**Mapa 10 - Relação entre as Receitas Tributárias e as Receitas Correntes das Prefeituras dos municípios do Estado do Rio de Janeiro, em 1995**



Tributárias no total das Receitas Correntes no mesmo período, como foi destacado na seção II.4.1.

### Mapa 11 - Relação entre as Receitas Tributárias e as Receitas Correntes das Prefeituras dos municípios do Estado do Rio de Janeiro, em 2010



Naquela análise ressaltou-se que no cenário estadual a participação das receitas oriundas de impostos, taxas e contribuições apresentavam uma participação de cerca de 80% nas Receitas Correntes disponíveis em 1995, sendo reduzida para em torno de 60% nos últimos anos analisados. Já os dados aqui apresentados demonstram que no cenário municipal também ocorreu esta diminuição, que atingiu mais fortemente os municípios com uma economia menos desenvolvida. Cabe destaque para o fato de que a participação das Receitas Tributárias no total das Receitas Correntes das prefeituras é inferior à ocorrida na esfera estadual por definições legais.

Agregando os dados individuais das diferentes prefeituras do Estado do Rio de Janeiro, observa-se que em 1995 as receitas tributárias representavam 37,2% das receitas correntes das administrações municipais, já em 2010 esse valor foi reduzido para 27,1%, demonstrando um aumento considerável da dependência. Mas como dito no parágrafo anterior, este é um fenômeno que ocorreu também na esfera estadual e reflete uma maior centralização no governo federal da arrecadação pública. Apesar da queda de participação das receitas tributárias, estas não apresentaram redução no mesmo período.

Cabe destaque para a redução do número de municípios com mais de 30% de suas receitas oriundas de impostos, taxas e contribuições, que em 1995 somavam 12 cidades fluminenses e em 2010 este número fora reduzido para apenas 3. Além disto, percebe-se que, na maioria dos casos, as cidades de maior porte, tanto de economia quanto de população, apresentam uma menor dependência das demais receitas. Este efeito faz com que todos os municípios da Região Noroeste possuam menos de 10% de suas receitas provenientes desta fonte.

Somado a isto, o pagamento de royalties e participações especiais fazem a proporção de receitas tributárias diminuir, levando a que todos os municípios da Região Norte, com exceção de Macaé, também tivessem uma participação destas receitas inferior a 10% do total das receitas correntes.

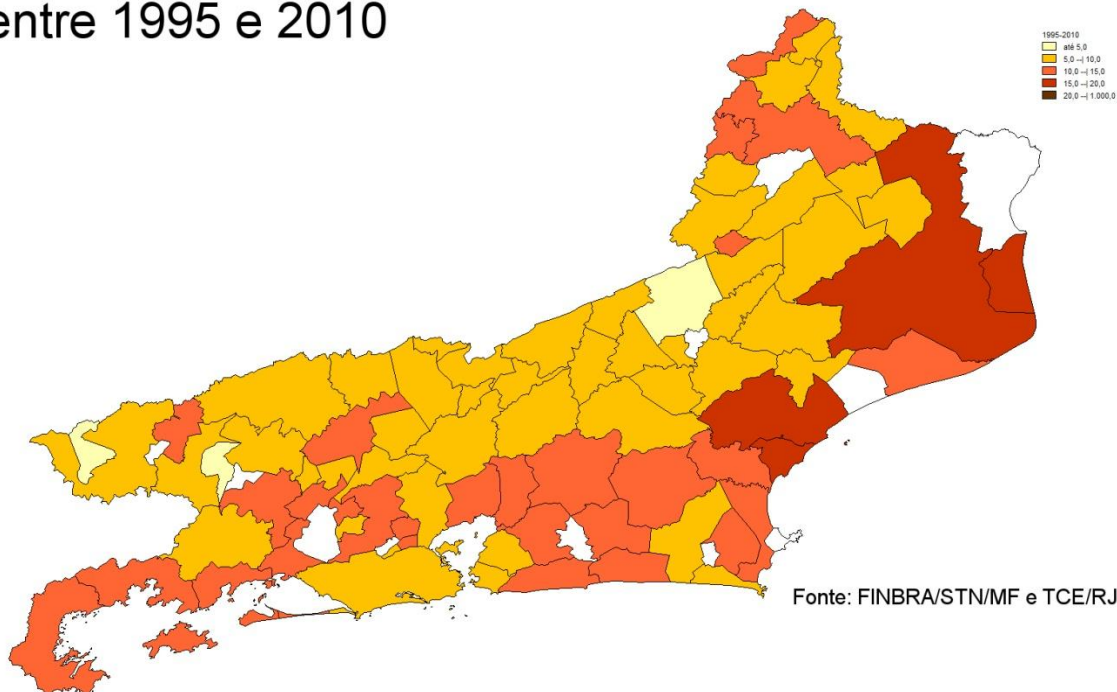
Por fim, estes dados indicam que, entre 1995 e 2010, as prefeituras aumentaram sua dependência nos repasses das demais esferas, levando a uma menor capacidade de gestão das suas receitas, uma vez que as receitas tributárias são as fontes de recursos que a esfera municipal possui mais autonomia para atuar.

Em relação à evolução das receitas, entre 1995 e 2010 as receitas correntes das prefeituras apresentaram um crescimento real de mais de 200%, o que corresponde a um crescimento anualizado de 8%, demonstrando que a disponibilidade de recursos para a esfera municipal, no agregado dos municípios fluminenses, teve um acréscimo considerável. A distribuição dos recursos entre as prefeituras pode ser vista a partir do mapa 12, que apresenta a variação anual das receitas correntes segundo os municípios do ERJ no período acima explicitado.

Nesses dados vemos que o aumento das receitas disponíveis, apesar de não ter sido semelhante em todo o território, não apresentou disparidades muito marcantes, posto que a maior parte desses recursos são provenientes dos repasses federais e estaduais, que tendem a se ampliar de forma homogênea. Os municípios da Região Norte apresentaram um crescimento bastante positivo, pois foram beneficiados pela ampliação da produção de petróleo que gerou recursos para eles através do pagamento dos royalties. Porém a maior parte dos municípios não obteve um incremento inferior a 5% anuais, o que permite uma ampliação consistente dos investimentos e serviços para a população.



## Mapa 12 - Variação percentual anual das receitas correntes das prefeituras dos municípios do ERJ, entre 1995 e 2010



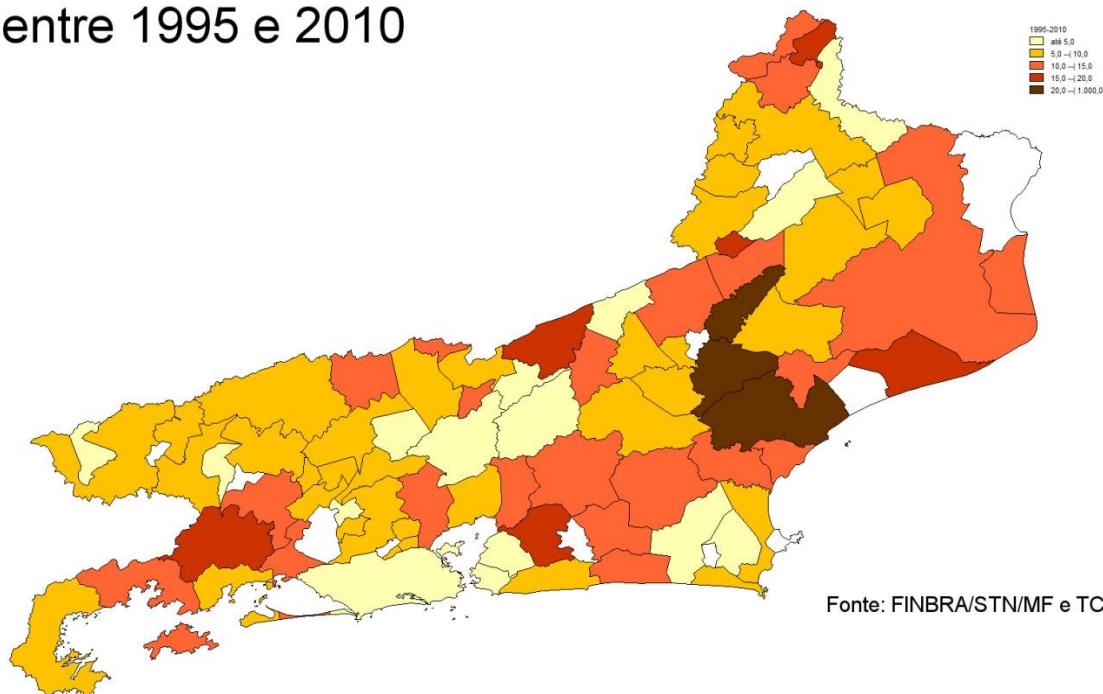
Mesmo com um crescimento considerável, nota-se que as regiões mais interioranas do Estado do Rio de Janeiro não obtiveram uma ampliação tão importante das suas receitas correntes. Com exceção da região Noroeste, que obteve 4 municípios com crescimento anual de mais de 10%, as demais regiões não litorâneas do ERJ (Serrana, Centro-Sul e Médio Paraíba) não possuíam mais de duas cidades com crescimento maior ou igual que este. Isto leva a supor que as receitas provenientes da atividade de exploração de petróleo possuíram um papel importante na ampliação dos recursos das prefeituras fluminenses neste período.

Para avaliar se tal suposição é crível, cabe realizar uma comparação da evolução dessas receitas correntes com a evolução das receitas tributárias neste mesmo período. O mapa 13, que traz os dados de evolução anual das receitas provenientes de impostos, taxas e contribuições entre 1995 e 2010, permite perceber que a capacidade de ampliação da arrecadação dos municípios é bastante desigual.

Enquanto que a quase totalidade das cidades das regiões interioranas apresentou uma pequena evolução nas receitas correntes, nas receitas tributárias este crescimento foi mais difundido, apesar de ocorrer de forma mais heterogênea. A região Norte também apresentou um forte incremento nestas receitas, reflexo provável da ampliação dos gastos das prefeituras desses municípios. Cabe destaque para o forte crescimento de Macaé, em ambas as receitas analisadas,



## Mapa 13 - Variação percentual anual das receitas tributárias das prefeituras dos municípios do ERJ, entre 1995 e 2010



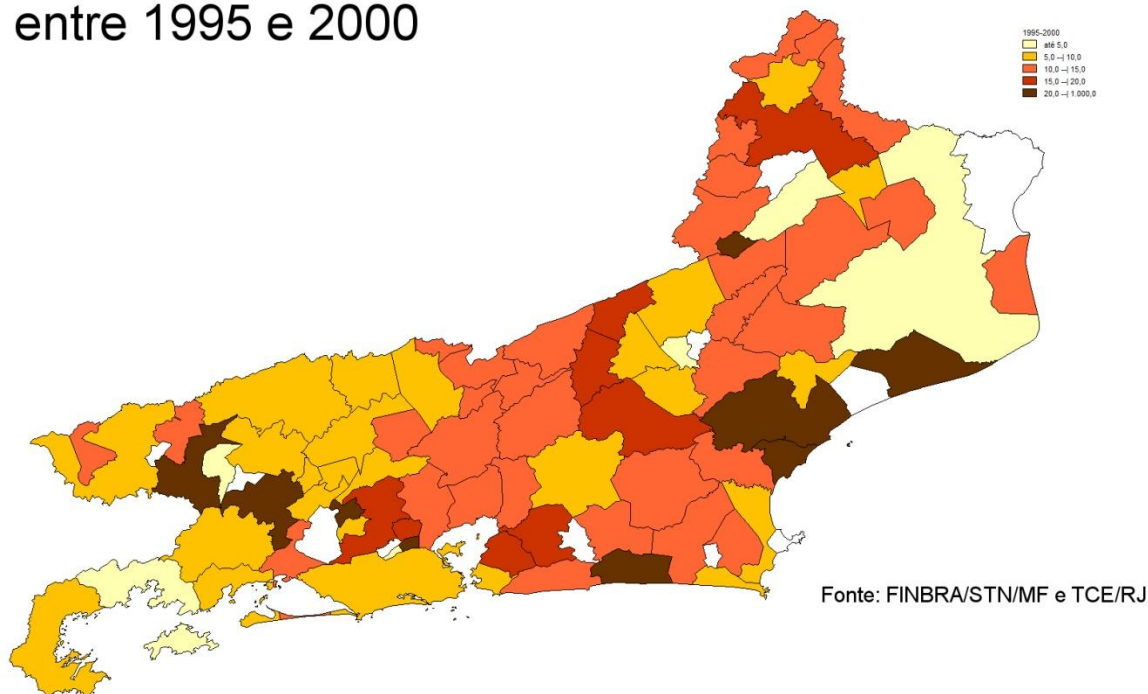
que apontam para um claro aumento de atividade econômica existente na cidade no período analisado.

Ressalta-se o baixo crescimento das receitas, tanto correntes quanto tributárias, ocorrido na cidade do Rio, que faz com que a evolução média do Estado do Rio de Janeiro seja menos importante. Essa variação não reflete necessariamente um baixo dinamismo da capital frente aos municípios do interior, pois a base de arrecadação da CRJ já era bastante elevada, tornando mais difícil a ampliação das suas receitas, além do sistema de cobrança já

estar implantado. Como visto na III.3, os municípios do interior fluminense apresentaram uma forte ampliação dos empregos formais, devido a um aumento da formalização, enquanto que na capital a fiscalização já era mais recorrente e diminuía a incidência de empregos informais. Este efeito ocorre de forma semelhante na arrecadação dos municípios, ou seja, a cidade do Rio já apresentava um sistema de cobrança mais desenvolvido, cobrando IPTU e buscando evitar a sonegação fiscal, enquanto que muitos governos municipais não possuíam tal sistema.

Já do ponto de vista da evolução das receitas apenas no período entre 1995 e 2000, que corresponde ao primeiro quinquênio da estabilização monetária e à ampliação da exploração de petróleo em alto-mar, observa-se, pelo mapa 14, que a maioria dos municípios fluminenses apresentou um crescimento anual considerável de suas receitas correntes. Nesses 5 anos, esses recursos apresentaram no acumulado do ERJ uma ampliação anual de quase 10%.

### Mapa 14 - Variação percentual anual das receitas correntes das prefeituras dos municípios do ERJ, entre 1995 e 2000



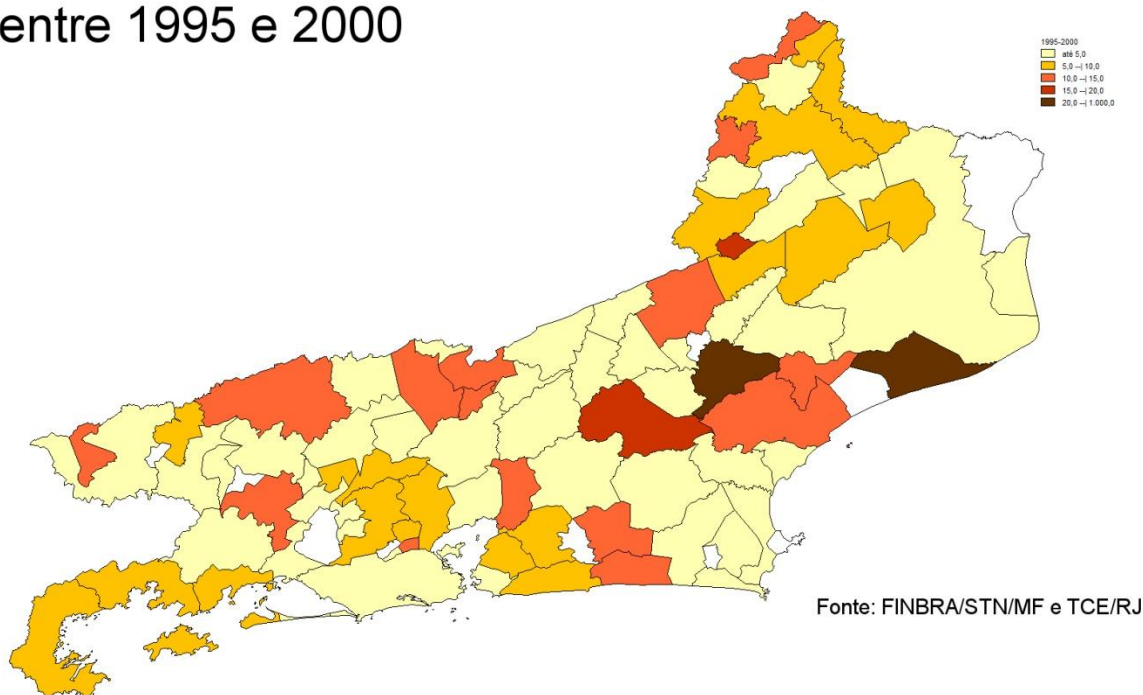
Nos municípios mais diretamente beneficiados pelos royalties, houve um forte crescimento, de mais de 20% ao ano, em Araruama, Macaé, Quissamã e Rio das Ostras. Esse forte aumento deve ser reflexo, em boa escala, das compensações pagas pela atividade de exploração em alto-mar. Além destes, as cidades da Região Metropolitana apresentaram um aumento considerável das suas receitas correntes, inclusive o município de São Gonçalo, que no período mais abrangente obteve um crescimento bastante tímido. Esta ampliação dos recursos disponíveis é provavelmente reflexo de uma política de maiores repasses das esferas federais e estaduais.

Os municípios das regiões Serrana e Noroeste, que no período mais extenso não apresentaram um crescimento muito elevado, obtiveram uma expansão bastante forte das suas

receitas correntes, com a maioria das suas prefeituras obtendo um aumento de mais de 10% ao ano.

Já ao analisar, no mesmo período, as receitas tributárias, observa-se, pelo mapa 15, que o aumento das receitas correntes não foi obtido pelo crescimento das receitas originárias de impostos, taxas e contribuições, posto que o no agregado dos municípios do ERJ a ampliação foi de apenas 4,1% ao ano. Dentre os municípios, observa-se que a grande maioria deles não obteve um crescimento anual superior a 5%, entre 1995 e 2000.

### Mapa 15 - Variação percentual anual das receitas tributárias das prefeituras dos municípios do ERJ, entre 1995 e 2000



Mesmo entre os municípios da região Norte que foram beneficiados pelos royalties do petróleo não houve um aumento muito elevado, apesar da região em torno de Macaé apresentar a maior concentração de cidades com crescimento das receitas tributárias no período. Dentre estes municípios há, inclusive, Trajano de Moraes, que foi o que obteve o maior crescimento nessas receitas, com um crescimento anualizado de expressivos 38,8%.

Cabe destaque, ainda, para os municípios da Região Metropolitana, que mesmo sendo, em sua maioria, municípios de porte mais elevado, conseguiram obter um acréscimo superior à

média estadual. Além deles, a região Noroeste também apresentou diversos municípios com crescimento mais elevado.

Pode ser visto que neste período, entre 1995 e 2000, as receitas correntes tiveram uma forte expansão, porém não foram acompanhadas pelo aumento das receitas tributárias, ampliando, assim, a dependência das prefeituras nos recursos externos ao município. As receitas provenientes dos royalties, apesar de colaborarem com algumas cidades, ainda não haviam sido disseminadas de forma a propiciar o crescimento mais amplo da renda e da atividade econômica nas localidades.

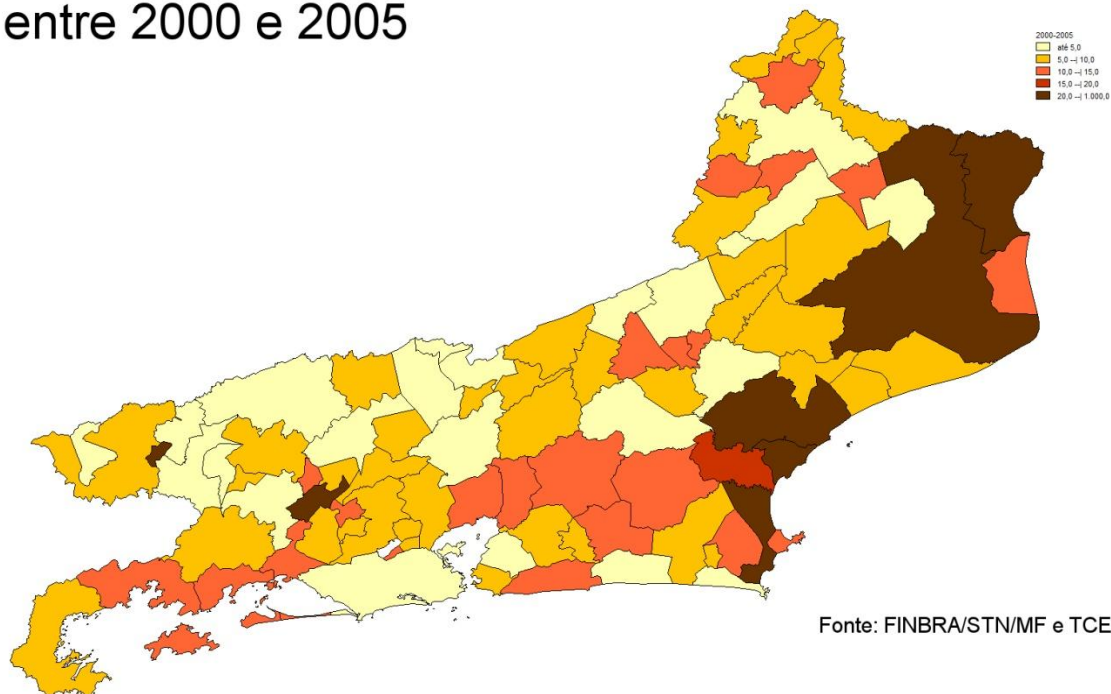
Já no quinquênio seguinte, entre 2000 e 2005, as receitas correntes apresentaram uma evolução ainda elevada, porém menos forte do que o ocorrido no período anterior. Nesse período o crescimento anual das receitas agregadas de todos os municípios fluminenses foi de 6,4%. Para as receitas tributárias observa-se que há uma certa desaceleração do crescimento, com apenas 3,2% ao ano. O mapa 16, que traz os dados da evolução das receitas correntes, mostra que as cidades que receberam recursos dos royalties foram aquelas que obtiveram o maior crescimento de suas receitas.

A grande evolução dessas receitas, neste período, foi dos municípios localizados na porção leste do litoral fluminense, possuindo cinco cidades com crescimento anual superior a 20%. Este grande crescimento da capacidade de gastos dessas prefeituras deveria ter sido revertido em um crescimento econômico bastante elevado, o que não pôde ser percebido na análise dos empregos formais da seção anterior. Adicionalmente, esse forte crescimento das receitas fez com que as prefeituras da região se habituassem a um gasto mais elevado, o que levará muitos desses municípios a sofrerem uma forte recessão quando estes recursos extraordinários chegarem ao fim.

Também vinculado ao recebimento de royalties do petróleo, os municípios das Baixadas Litorâneas apresentaram um crescimento considerável. Apesar do volume desses recursos ser bastante inferior ao dos citados no último parágrafo, esta região se beneficia até os dias de hoje dessas receitas adicionais.

A região do Médio Paraíba, obteve nesse período um aumento de suas receitas correntes bastante tímido. A única exceção é do município de Porto Real, que teve nessa época a instalação de uma montadora de carros, elevando consideravelmente as arrecadações na localidade. As demais cidades da região apresentaram um baixo dinamismo fiscal, apesar da sua importância na indústria fluminense.

## Mapa 16 - Variação percentual anual das receitas correntes das prefeituras dos municípios do ERJ, entre 2000 e 2005

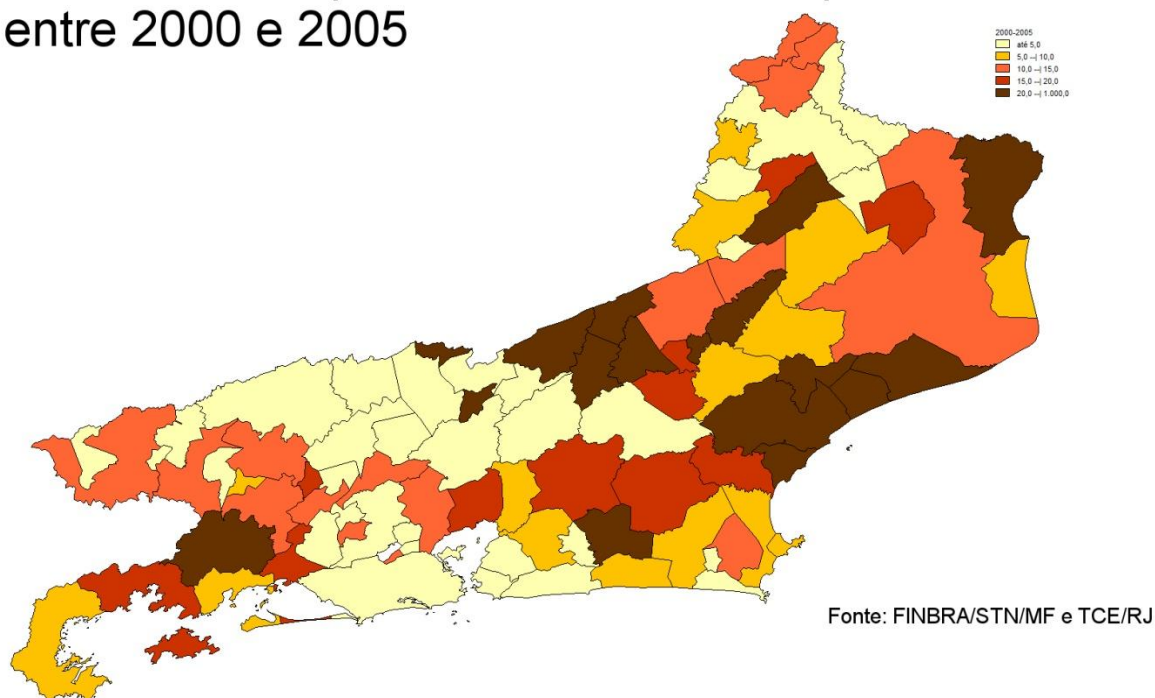


Já do ponto de vista das receitas tributárias, entre 2000 e 2005, pode ser visto, através do mapa 17, que houve um forte aumento da arrecadação nos municípios que possuem royalties. Toda a região Norte obteve um crescimento considerável, provavelmente fruto da ampliação dos gastos públicos municipais. As cidades das Baixadas Litorâneas também tiveram um crescimento considerável dessas receitas, pelo mesmo motivo dos municípios anteriores.

Além desses, os municípios de menor porte da região Serrana apresentaram uma elevação consistente de suas receitas tributárias. Apesar disso, as três principais cidades desta região não demonstraram o mesmo crescimento. Essa ampliação das receitas de impostos, taxas e contribuições nas municipalidades de população menor é reflexo de uma maior organização fiscal desses municípios, que passaram a implementar um sistema de cobrança somente no período recente. Neste sentido, o pequeno aumento obtido na cidade do Rio é consequência, além do baixo dinamismo econômico, da prévia existência de um sistema de cobrança já estabelecido.



## Mapa 17 - Variação percentual anual das receitas tributárias das prefeituras dos municípios do ERJ, entre 2000 e 2005



Cabe destaque, também, o município de Porto Real, que como já citado anteriormente apresentou um forte incremento das receitas correntes, porém suas receitas tributárias ainda não haviam apresentado tal melhora no período. Apesar das montadoras não recolherem, em geral, impostos para a esfera municipal, seja por não prestarem serviços, seja pelas isenções oferecidas pelas municipalidades, as empresas associadas à cadeia pagam tais tributos, o que indica que ainda não houve, nesse período, a instalação do restante da cadeia produtiva no município.

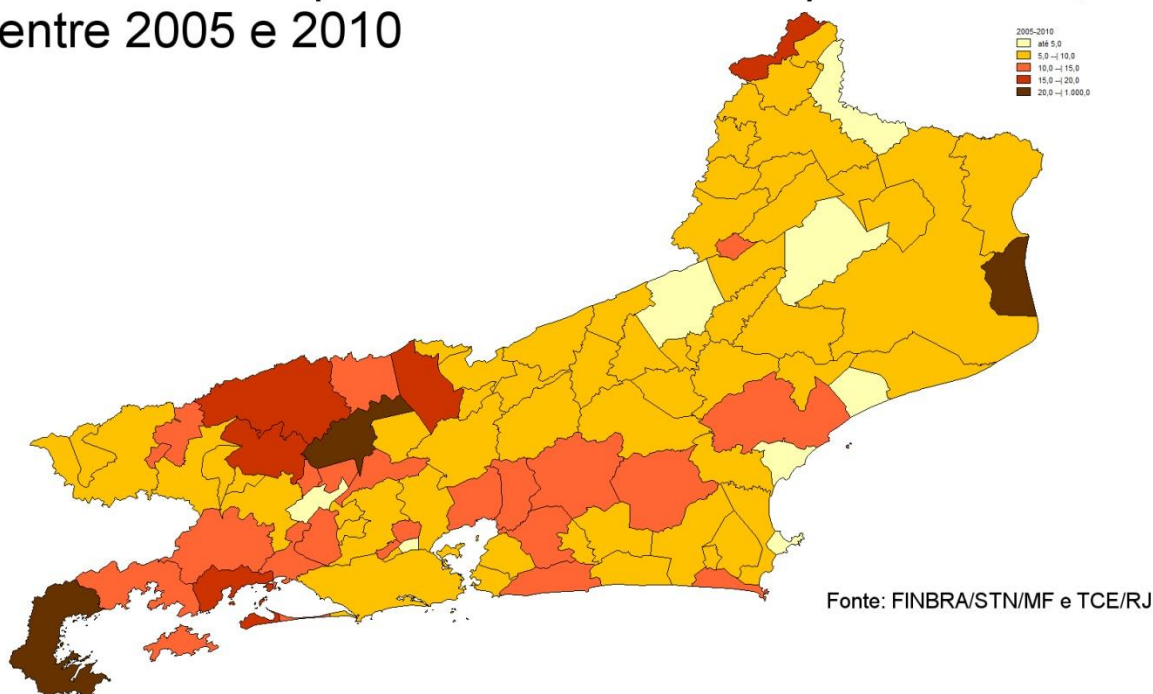
Por fim, nota-se que nesse período o crescimento das receitas, tanto correntes quanto tributárias, foram fortemente influenciadas pelo pagamento de royalties, levando a uma expansão mais vultosa nos municípios litorâneos. Além disso, percebe-se também que nesse período houve uma maior organização das prefeituras das cidades de menor porte, o que levou a uma ampliação considerável dos impostos, taxas e contribuições arrecadados, principalmente na região Serrana, Noroeste e Médio Paraíba. Porém os municípios com população mais elevada apresentaram um avanço muito aquém do esperado.

Já no período entre 2005 e 2010, último período a ser analisado, que corresponde a um período de retomada do crescimento tanto no emprego quanto no PIB, há uma recuperação da evolução das receitas das prefeituras. Enquanto as receitas correntes do agregado dos municípios fluminenses apresentaram uma ampliação de 7,8% ao ano, as receitas tributárias tiveram uma

ampliação de 10,1%, superior inclusive que a primeira. Este crescimento ocorre por diversos motivos, além da recuperação econômica, a modernização da administração tributária foi relevante para isso.

O mapa 18, que traz o crescimento anual das receitas correntes entre 2005 e 2010, mostra que a ampliação dessas receitas foi mais distribuída pelo conjunto do território fluminense, contendo poucos municípios com crescimento inferior a 5% ao ano e também apenas três com mais de 20%.

### Mapa 18 - Variação percentual anual das receitas correntes das prefeituras dos municípios do ERJ, entre 2005 e 2010



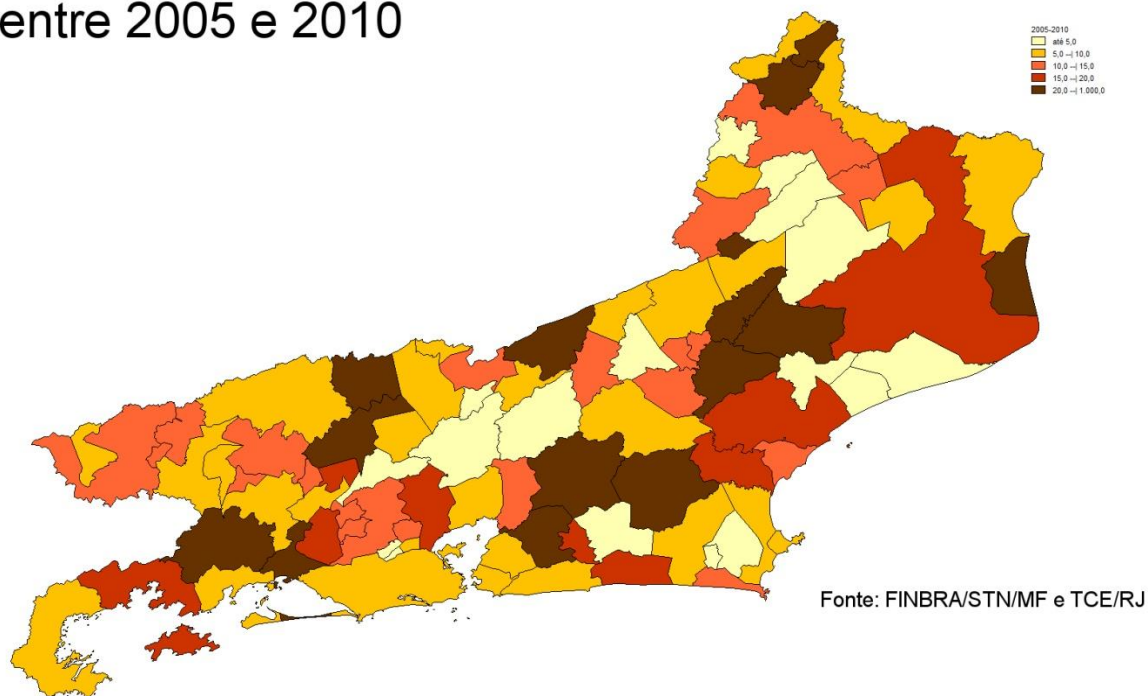
Cabe destaque, nesse período, a ampliação das receitas disponíveis para as prefeituras dos municípios do entorno de Valença e Vassouras, que nos demais períodos não apresentaram um crescimento significativo. Isto leva a uma menor desigualdade de recursos entre as esferas municipais do Estado do Rio de Janeiro.

Adicionalmente percebe-se que as receitas provenientes dos royalties não tiveram mais aumentos consideráveis para os municípios da região Norte. Porém é possível notar que o crescimento das receitas correntes das cidades litorâneas voltadas para o sul passou a apresentar uma ampliação considerável, fruto do início da exploração de petróleo em regiões em frente as suas costas, que vincula as compensações a estes municípios.

Além disso, observa-se uma mudança de eixo de crescimento das receitas, que no período entre 2000 e 2005 se concentrava mais na porção leste do território, já no período entre 2005 e 2010 o eixo foi deslocado mais para a porção oeste do estado. Não que tenha havido uma diminuição da arrecadação dos municípios da primeira, mas o crescimento destes estava bastante vinculado aos repasses de royalties, que não mantiveram o mesmo ritmo de expansão do período anterior.

Já o mapa 19, que possui os dados da evolução das receitas tributárias entre 2005 e 2010, mostra que a arrecadação dos impostos, taxas e contribuições obteve um aumento considerável no período e de forma bastante dispersa no território. Enquanto que nas receitas correntes o crescimento foi mais homogêneo, nessas receitas percebe-se a importância de uma estrutura de fiscalização bem desenvolvida para manter as receitas dos municípios.

### Mapa 19 - Variação percentual anual das receitas tributárias das prefeituras dos municípios do ERJ, entre 2005 e 2010



Fonte: FINBRA/STN/MF e TCE/RJ

Observa-se, também, um aumento da formalização nos municípios mais rurais, fruto da melhora da economia, além de uma mudança na estrutura econômica das atividades, fazendo com que os serviços passem a ter uma maior importância e ampliando a arrecadação de ISS.

A ascensão da renda da classe C nos últimos anos colaborou com a forte ampliação das receitas tributárias dos municípios da baixada fluminense. Apesar desse aumento, o município de São Gonçalo, segundo maior do Estado do Rio de Janeiro e o que apresenta a menor receita



corrente per capita do estado, não apresentou um crescimento muito elevado, se mantendo abaixo da média do agregado do ERJ. Isto demonstra a situação preocupante que este município se encontra, posto que mesmo com a ampliação da renda dos seus moradores, a arrecadação dos impostos, taxas e contribuições foi bastante aquém do esperado.

Por fim, cabe destacar que o crescimento das receitas, tanto correntes quanto tributárias, foi considerável ao longo de todo o período analisado, tendo uma ampliação mais elevada nos municípios que recebem royalties, principalmente entre 1995 e 2005. Nos últimos anos observa-se que este aumento foi mais pulverizado em todo o território fluminense, além de ter havido uma retomada de evolução das receitas tributárias, o que permite uma maior capacidade de investimentos e uma diminuição da dependência das localidades nos repasses das demais esferas de governo. Ainda assim, a maior parte dos municípios não possui nem 10% dos seus recursos oriundos de impostos, taxas e contribuições, o que mostra o baixo dinamismo da economia e a carência de organização das prefeituras.

## CONCLUSÃO

Antes de iniciar a análise da evolução econômica recente do Estado do Rio de Janeiro, este trabalho tentou traçar um retrato da economia desta Unidade da Federação, de forma a oferecer uma perspectiva mais abrangente ao leitor. Apesar de já ser bastante conhecida a importância do território fluminense no cenário federativo, sendo a segunda Unidade da Federação com maior PIB e a terceira no ponto de vista populacional, além de ser um dos principais polos culturais e turísticos do Brasil, este estado possui diversas singularidades que tornam as análises econômicas mais complexas.

Dentre estas especificidades do ERJ, se destaca a forte concentração existente na sua Região Metropolitana que traz características urbanas e econômicas bastante particulares para o território fluminense, visto que a maior parte de sua população e atividade econômica estão concentradas em apenas uma região.

Depois se abordou a questão histórica da formação da cidade e do estado do Rio de Janeiro, uma vez que a atual estrutura econômica é, em boa parte, explicada pela constituição histórica da região. O desenvolvimento do ERJ foi atrelado, em boa medida, à história nacional, ainda mais pelo fato de ter sido a capital do Brasil por cerca de 200 anos. Segundo Silva (2004), a forte influência que exercia a política nacional no pensamento político do Rio de Janeiro levou a certa carência na reflexão regional e, por este motivo, uma menor percepção dos movimentos por qual passava a economia fluminense.

Aliado a isto, o fato de que o atual território fluminense esteve dividido, por mais de 100 anos, em duas Unidades da Federação fez com que houvesse um desenvolvimento bastante desigual entre a cidade do Rio e sua Região Metropolitana, tanto na economia quanto na infraestrutura, que possuem reflexos até os dias atuais.

Com a mudança da capital para Brasília, o Rio de Janeiro, tanto a cidade quanto o estado, passou a apresentar um dinamismo econômico menos protuberante, o que foi piorado quando da crise fiscal que assolou o país na década de 1980. Esta crise perdeu força em meados da década de 1990 no Brasil, porém seus impactos perduraram no Estado do Rio de Janeiro até período recente.

Em seguida foi feito um levantamento dos principais autores que abordam o tema da economia do Estado do Rio de Janeiro e sua evolução recente. Primeiramente foram apresentadas

as principais linhas de pensamento que discorrem sobre a crise do ERJ e suas causas. Pela hipótese de Jorge Natal, a crise do Rio teve início no final do século XIX, com a perda do dinamismo fluminense comparativamente ao que ocorria em São Paulo. Para ele, o maior crescimento paulista fez com que tivesse início o processo de perda de participação do ERJ na economia nacional, sendo que a mudança da capital e a fusão foram apenas eventos que aceleraram tal processo. Já Sulamis Dain apontou que o início da trajetória de queda da economia fluminense ocorreu nos primeiros anos do século XX, mas que começou a ser percebida de forma mais nítida a partir da década de 1920, quando da superação da economia paulista sobre a do ERJ. Por fim, foi apresentada a hipótese de Mauro Osorio da Silva em que a crise teve início a partir da mudança da capital, uma vez que as taxas de crescimento da economia fluminense no período pregresso eram semelhantes às existentes no total do Brasil, salvo o Estado de São Paulo, e a partir de 1960 houve uma queda do dinamismo no ERJ. Ainda segundo este autor, este fenômeno de variações menos positivas foi reforçado pela carência de reflexões sobre a economia local e por um processo de cassações políticas, a partir do golpe militar, mais abrangente no território fluminense.

Para a análise da evolução da economia do ERJ no período mais recente, abordaram-se três autores, que apontam diferentes temporalidades da ocorrência de uma inflexão da trajetória da economia fluminense. O primeiro apresentado foi Jorge Natal, que propôs a hipótese de que a inflexão ocorreu principalmente a partir do ano de 1996, no momento que o setor público passou a dar maior enfoque na atração de investimentos privados. Além disso, ele afirma que a retomada do crescimento do Estado do Rio de Janeiro se deu pelos municípios do interior. Já o segundo autor abordado foi Floriano José Godinho de Oliveira, que para ele a reversão da economia se deu no ano de 1993, sendo causada principalmente por uma maior focalização dos investimentos produtivos no interior fluminense, sendo que o crescimento só não foi mais elevado porque a capital ainda continuou a apresentar um baixo dinamismo. Por último foi apresentada a hipótese de Mauro Osorio da Silva, nela ele expõe que a inflexão econômica apontada pelos demais autores só foi reflexo de um aumento da extração de petróleo em alto-mar e da instalação de uma montadora de veículos, sem ter havido uma disseminação desse crescimento para os demais setores. Ele diz ainda que no período mais recente, a partir de meados da década de 2000, o ERJ passa a apresentar um quadro de aceleração do crescimento, mas ainda a taxas mais baixas que o total do país.

Dando continuidade à análise dos dados da evolução econômica recente do Estado do Rio de Janeiro, as variáveis de PIB e de emprego formal, que apresentaram uma trajetória bastante semelhante, apontaram que em relação à sua própria evolução, a economia do ERJ passou por uma estagnação durante a década de 1990, com um crescimento moderado nos primeiros anos da década de 2000 e uma aceleração do dinamismo a partir de 2004, levando a conclusão de que a partir destas variáveis, a hipótese de Mauro Osorio da Silva é mais correta, posto que a inflexão da economia fluminense não apresentou evidências de ter ocorrido nos anos 1990.

Porém, ao analisar a trajetória da economia fluminense comparativamente às demais Unidades da Federação, observou-se que apesar da aceleração do crescimento do ERJ, esta variação foi mais importante no total do país, ou seja, chegou-se a conclusão que a inflexão positiva recente da economia do Estado do Rio de Janeiro refletiu mais de uma mudança no padrão de crescimento da economia brasileira, focado no consumo interno através do aumento da renda, dos empregos e do acesso ao crédito, do que uma mudança qualitativa da estrutura econômica local.

Ainda na análise destas variáveis, foi visto que o setor que mais apresentou dinamismo foi o de extrativa mineral, puxado pela exploração de petróleo em alto-mar e aquele que menos cresceu foi o da indústria de transformação, que ainda não conseguiu recuperar o mesmo patamar do final da década de 1980.

Já as variáveis de receitas fiscais analisadas apresentaram uma trajetória diferente das outras variáveis, tendo seu ponto de inflexão a partir do ano de 1998, alguns anos antes do ocorrido no PIB e nos empregos formais. Tanto as receitas correntes quanto as receitas tributárias foram beneficiadas por um aumento de recursos causados pelo aumento da extração de petróleo na costa fluminense. Na comparação entre a trajetória das receitas do ERJ com as demais UFs da Região Sudeste e com o total das Unidades Federativas, observou-se que nesses dados a evolução fluminense apresentou um comportamento muito similar, não se distanciando do ocorrido no total do país. Portanto, a partir desses dados, pôde ser concluído que o desempenho mais fraco da economia do ERJ não foi causado por uma carência de recursos públicos.

Em seguida foi realizada a análise da evolução econômica nos municípios do ERJ. Do ponto de vista do PIB, foi observado que os municípios litorâneos foram aqueles que apresentaram a maior evolução do seu produto, tendo o aumento da exploração de petróleo na costa fluminense contribuído por uma parcela significativa desse crescimento. Já em relação aos empregos formais, apesar de haver um dinamismo considerável nos municípios beneficiados pela

exploração desta commodity, há muitas outras cidades que apresentaram uma evolução forte, entre 1985 e 2010. Além disso, desde a aceleração do crescimento da economia fluminense, ocorrida a partir do ano de 2004, o dinamismo dos empregos formais foi bastante difundido pelo território, demonstrando que a inflexão, do ponto de vista dos empregos, não foi exclusivamente subordinada à cadeia do petróleo, diferentemente da importância que esta cadeia apresentou no PIB.

Em relação aos dados de receitas fiscais, há um crescimento bastante concentrado nos municípios litorâneos, que são beneficiados pelos royalties, tanto nas receitas correntes, quanto nas receitas tributárias. Ou seja, a dinamização da economia a partir do petróleo promoveu uma concentração do aumento das receitas públicas e do PIB nos municípios litorâneos, porém a falta de encadeamento nas atividades vinculadas a esta commodity fez com que estas cidades não obtivessem um incremento dos empregos muito superior ao dos demais municípios do ERJ, não havendo, portanto, um crescimento concentrado nesta variável.

Posto isto, acredita-se que este estudo realizou uma análise abrangente das características e da evolução recente da economia do Rio de Janeiro, destacando a temporalidade, a localização e as principais causas da inflexão econômica recente do território fluminense.

## Referências Bibliográficas

ANDRADE, Guilherme Paulo. Alterações na estrutura econômica do rio de janeiro (1970-2010): Uma análise da recuperação fluminense a partir da interiorização produtiva e o novo papel da região metropolitana. 2011. 79 f. Monografia (Graduação em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

ANFAVEA. Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores. Anuário Estatístico, 2012. Disponível em: <<http://www.anfavea.com.br/>>. Acesso em: 27 jan. 2013.

BATISTA JR. P. N. Fiscalização Tributária no Brasil: Uma perspectiva macroeconômica. Instituto de estudos avançados da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2000. Disponível em <<http://www.xn--estudosavanados-omb.usp.br/iea/textos/batistajrfiscalizatributos.pdf>>. Acesso em 30 de julho de 2013.

EVANGELISTA, H. A. . A luta pela fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. Revista Geo-Paisagem, v. 8, p. 1-24, 2005. Disponível em: <<http://www.feth.ggf.br/luta.htm>>. Acessado em 1º de julho de 2013.

FELICIANO, J. V. ; OLIVEIRA, I. A. . Caracterização do Cenário Macroeconômico - 10 anos (2012-2021). 2011.

FONSECA, P. C. D. ; MONTEIRO, S. M. M . O Estado e suas Razões: o II PND. Revista de Economia Política (Impresso), v. 28, p. 28-46, 2008.

GODINHO, Floriano José. Reestruturação Produtiva e regionalização da economia no território fluminense. Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo (USP). Novembro de 2003.

HIRSCHMAN, Alberto. Estratégia do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1958.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contas Regionais do Brasil 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produto Interno dos Municípios 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

LESSA, Carlos. O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca de autoestima. Rio de Janeiro: Record, 2000.

MAGALHÃES, A. S.; DOMINGUES, E. P.. Comércio Interestadual Brasileiro do Setor Agropecuário: uma Análise de Equilíbrio Geral Computável. Texto para discussão do CEDEPLAR/UFGM, nº 360. Belo Horizonte. 2009.

MOREIRA, Carlos Américo Leite; MAGALHÃES, Emanuel Sebag de. UM NOVO PADRÃO EXPORTADOR DE ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA? CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO BRASILEIRO. In: XVIII Encontro Nacional de Economia Política, 2013, Belo Horizonte. Anais do XVIII Encontro Nacional de Economia Política, 2013.

MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informações Sociais - RAIS. Brasília: MTE, 2011. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>>.

NATAL, Jorge. *Inflexão econômica e dinâmica espacial pós-1996 no Estado do Rio de Janeiro*. Revista Nova Economia, Belo Horizonte. Setembro de 2004.

NATAL, Jorge; OLIVEIRA, A. Mercado de trabalho e dinâmica regional – uma análise à luz da recente e positiva inflexão econômica do Estado do Rio de Janeiro. In: X ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: ANPUR, 2003.

NEVES JR., Leonardo; PAIVA, Luis Henrique. A relação entre crescimento econômico e emprego no Brasil: referencial teórico, evidências empíricas e recomendações de políticas. Nota técnica. [S.l.:s.n.], 2007. Projeto CEPAL/OIT/PNUD. (CD anexo). Disponível em: <<http://www.cepal.org/brasil/noticias/noticias/3/34013/arelacaoentrecrescimentoeconomicoLeonardoLuisHenrique.pdf>>.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de; SIMÕES, André Geraldo de Moraes; ERVATTI, Leila Regina. Deslocamentos populacionais no espaço fluminense: duas décadas de mudanças. In: IV Encontro Nacional de Migração, 2005, Rio de Janeiro. IV Encontro Nacional de Migração, 2005.

REIFF, Luís Otávio de Abreu; SANTOS, Gustavo Antonio Galvão Dos; ROCHA, Luís Henrique Rosati. Emprego Formal, Qualidade de Vida e o Papel do BNDES. Revista do BNDES, v. 14, n. 27, p. 5-26, junho de 2007.

SABOIA, J. . Modernização e Redução do Tamanho dos Estabelecimentos da Indústria de Transformação no Passado Recente. Econômica (Niterói), Niteroi, v. 1, n.1, 1999.

SABOIA, J. . Desconcentração Industrial no Brasil nos Anos 90: Um Enfoque Regional. Pesquisa e Planejamento Econômico (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 30, n.1, p. 69-116, 2000.

SABOIA, J. . Descentralização Industrial no Brasil na Década de Noventa - Um Processo Dinâmico e Diferenciado Regionalmente. Nova Economia (UFMG), Belo Horizonte, v. 11, p. 85-121, 2001.

SILVA, Mauro Osorio. Rio nacional, Rio local: mitos e visões da crise carioca e fluminense. Rio de Janeiro: SENAC, 2005.

SILVA, Mauro Osorio . A Crise do Rio de suas Especificidades. Instituto de Economia/UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

SILVA, Mauro Osorio. Trajetória e perspectivas do estado do rio de janeiro no cenário de megaeventos. Instituto de Economia/UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, Mauro Osorio. Características e evolução recente do emprego e da economia carioca e metropolitana. Coleção Estudos Cariocas/IPP-Rio. Abril de 2011.

SILVA, Robson Dias da. Rio de Janeiro: Crescimento, Transformações e sua Importância para a Economia Nacional. Universidade Estadual de Campinas (UNESP), 2004.

SIMÕES, R. ; LIMA, A. C. C. . Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil. In: XIV Encontro Regional de Economia, 2009, Fortaleza. Anais do XIV Encontro Regional de Economia, 2009.

STN. Secretaria do Tesouro Nacional. Portaria Conjunta STN/SOF nº 3, de 14 outubro de 2008. Aprova o Manual de Receita Nacional e de Despesa Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 out. 2008.



STN. Secretaria do Tesouro Nacional. Execução Orçamentária de Estados. Brasília: STN, 2011. Disponível em: <<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/prefeituras-governos-estaduais/sobre>>.

STN. Secretaria do Tesouro Nacional. Finanças do Brasil - Dados Contábeis dos Municípios. Brasília: STN, 2011. Disponível em: <<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/prefeituras-governos-estaduais/sobre>>.

ZANELATTO, J. H. . O Crescimento da Indústria e dos Trabalhadores no Setor do Vestuário na Região Carbonífera. In: I Encontro de Economia Catarinense: Desenvolvimento Regional Sustentável, 2007, Rio do Sul. I Encontro de Economia Catarinense: Desenvolvimento Regional Sustentável, 2007.